Diário OFICIAL Executivo

Ano CXI

Edição Digital nº 11631 | 96 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 03 de Abril de 2024

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 19
Procuradoria Geral do Estado 22

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 22
Secretaria da Agricultura e Abastecimento 32
Secretaria das Cidades 33
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 34
Secretaria da Comunicação 46
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 46
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 49
Secretaria da Educação 54
Secretaria da Fazenda 71
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 73
Secretaria de Infraestrutura e Logística 74
Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital ...75
Secretaria da Justiça e Cidadania 75
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 78
Secretaria da Saúde 81
Secretaria da Segurança Pública 84
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 94
Receita Estadual do Paraná 95

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 96

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Luciana Carla da Silva Azevedo — Controladora-Geral
Ivo Ferreira Neto — Diretor-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Elisandro Pires Frigo — Secretário
Luiza Cabel Corteletti — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Richardson de Souza — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Eduardo Pimentel Slavieiro — Secretário
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise Da Costa e Silva Garnica — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Renê de Oliveira Garcia Junior — Secretário
Marcia Cristina Rebonato do Valle — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Ricardo José Magalhães Barros — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
Marcelo Rangel Cruz de Oliveira — Secretário
Jessica Thais Ieger — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Rubia Marcieli de Lima Rossi — Diretora-Geral

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amador Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Mauro Rafael Moraes e Silva — Secretário
Kevin Luan Bossa — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado
Leonardo Weldt Franceschi
Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 21.892

3 de abril de 2024.

Cria os Quadros de Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros Militares do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Cria no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - CBMPR os seguintes quadros:
I - Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares - QOBM, composto pelos Oficiais Combatentes;
II - Quadro de Praças Bombeiros-Militares - QPBM, composto pelos Praças Bombeiros Militares;
Parágrafo único. As Praças Especiais do Corpo de Bombeiros Militar serão compostas pelos Aspirantes-a-Oficial BM e Alunos-Oficiais BM.
Art. 2º Os Oficiais e as Praças a que se refere o art. 60A da Constituição do Estado do Paraná passam a integrar, respectivamente, o Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares - QOBM e o Quadro de Praças Bombeiros-Militares - QPBM do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio do Governo, em 3 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 20.466.803-5

31418/2024

Lei nº 21.893

3 de abril de 2024.

Altera a Lei nº 19.776, de 18 de dezembro de 2018, que institui o teletrabalho no âmbito do Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 19.776, de 18 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 3º Institui, no âmbito dos órgãos e entidades que aderiram ao teletrabalho, a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho - CIGT, com o propósito de coordenar e monitorar as ações, avaliar os resultados e propor ajustes, respeitando-se o previsto no regulamento a que se refere o art. 5º desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 3 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 21.393.646-8

31421/2024

Lei nº 21.894

3 de abril de 2024.

Institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná, estabelecendo princípios e critérios, deveres, vedações, descrição das transgressões disciplinares e respectivas sanções, aplicação da pena, responsabilidade, procedimentos administrativos disciplinares, recursos, revisão disciplinar, prescrição, termo de ajustamento de conduta e sobre a prisão especial no âmbito da Polícia Civil do Paraná, em conformidade com o disposto no art. 47 da Constituição Estadual e legislação aplicada à Polícia Civil do Paraná.

Art. 2º São destinatários desta Lei:

I - os servidores do Quadro Próprio da Polícia Civil - QPPC;

II - os servidores efetivos, os ocupantes de cargos em comissão, os funcionários ou empregados cedidos por outros órgãos públicos e os servidores em gozo de licença ou em período de afastamento que estejam em exercício na Polícia Civil do Paraná.

Parágrafo único. Os servidores civis efetivos sujeitos à legislação própria e que estejam em exercício no Departamento de Polícia Civil sujeitam-se ao regime disciplinar estabelecido nesta Lei, excetuando-se o momento de julgamento e aplicação da pena, cuja atribuição deverá observar a lei específica do cargo.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS
Seção I
Dos Princípios

Art. 3º São princípios informadores dos procedimentos administrativos disciplinares previstos nesta Lei, dentre outros:

I - legalidade;

II - impessoalidade;

III - imparcialidade;

IV - eficiência;

V - finalidade;

VI - motivação;

VII - razoabilidade;

VIII - proporcionalidade;

IX - moralidade;

X - probidade;

XI - segurança jurídica;

XII - interesse público;

XIII - celeridade;

XIV - boa-fé.

Seção II
Dos Critérios

Art. 4º Nos procedimentos administrativos disciplinares previstos nesta Lei serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o direito;

II - atendimento ao interesse público, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, vedada a promoção pessoal de agente ou autoridade;

V - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VI - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VII - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

VIII - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei e as necessárias à reprodução de documentos;

IX - impulsão, de ofício, do procedimento administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados; e

X - utilização da tecnologia para a tramitação eletrônica de processos e gravação dos atos procedimentais de oitiva.

CAPÍTULO III
DOS DEVERES

Art. 5º São deveres do servidor policial civil:

I - promoção e defesa dos direitos humanos;

II - assiduidade e pontualidade;

III - discrição;

IV - urbanidade;

V - lealdade às instituições;

VI - cumprimento das normas legais e regulamentares;

VII - cumprir metas de produtividade e desempenho;

VIII - atender às requisições das autoridades judiciais e do Ministério Público e às solicitações da Corregedoria;

IX - manter atualizado o assentamento individual, da sua declaração de família e, havendo recusa de acesso aos representantes legais do Estado, sempre que solicitado, apresentar a declaração de bens junto ao setor competente;

X - informação à autoridade policial superior, reservadamente, quando necessário, mas sempre por escrito, sobre irregularidade que tiver ciência em razão do cargo ou função;

XI - zelar pela economia e conservação dos bens públicos e particulares que lhes sejam confiados ou que tenha acesso em razão do cargo ou função policial;

XII - não utilização, para fins particulares, sob qualquer pretexto, de instalações, veículos, materiais ou equipamentos destinados a uso oficial ou que se encontrem

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

apreendidos na Unidade Policial, salvo motivo justificado;

XIII - atender às determinações superiores, desde que não manifestamente ilegais, bem como expedir as certidões requeridas para defesa de direitos, observados os prazos previstos em lei;

XIV - observar o princípio da hierarquia funcional;

XV - frequentar, quando matriculado, os cursos instituídos pela Escola Superior da Polícia Civil;

XVI - observar o sigilo inerente à atividade policial;

XVII - zelar pelo bom nome e conceito da Instituição Policial, observando conduta irrepreensível na vida pública e particular;

XVIII - manter-se preparado física e intelectualmente para o desempenho da função policial;

XIX - manutenção da ordem e segurança pública na esfera de suas atribuições funcionais;

XX - comparecimento à unidade ou serviço policial, quando convocado, em casos de iminente perturbação da ordem ou de calamidade pública;

XXI - submissão à inspeção médica e/ou avaliação psicológica sempre que for recomendado pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos e determinado pelo Delegado-geral da Polícia Civil;

XXII - submeter-se a exame toxicológico, quando solicitado, nos termos de regulamento específico;

XXIII - tomada de providências preliminares em torno de ocorrência policial de que tenha conhecimento, independentemente de horário de serviço;

XXIV - aceitação de encargos para os quais for designado, exceto quando manifestamente ilegais;

XXV - residir na comarca onde exerce o cargo ou função, ou onde autorizado pelo Conselho Superior de Polícia;

XXVI - observar o tratamento protocolar destinado ao delegado de polícia, magistrados, membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e aos advogados;

XXVII - franquear o acesso de integrantes da Corregedoria às dependências das Unidades do Departamento da Polícia Civil, independentemente de horário, prévio agendamento ou necessidade de acompanhamento de determinado ocupante de cargo de chefia ou assessoramento, sem prejuízo da necessidade de autorização judicial para realização de buscas quando a lei assim o exigir;

XXVIII - apresentar-se decentemente trajado em serviço, e expressar-se com linguajar condigno à função e cargo desempenhados;

XXIX - comunicar imediatamente, através da via hierárquica, à Corregedoria Geral quando houver indícios de autoria de infração penal por parte de qualquer das pessoas mencionadas no art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO IV
DAS VEDAÇÕES

Art. 6º É vedado ao servidor policial civil:

I - quebrar o sigilo de informação, assuntos, métodos ou procedimentos policiais ou de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais ou de segurança;

II - retirar, subtrair, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de unidade policial, com o fim de criar direitos ou obrigações ou de alterar a verdade dos fatos;

III - valer-se da qualidade de servidor policial para melhor desempenhar atividades estranhas ou incompatíveis às funções, ou para lograr proveito direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, em detrimento da dignidade do cargo ou função;

IV - solicitar, exigir, aceitar promessa ou receber presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão do cargo ou função, para favorecer terceiro, ou ainda, para retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa em lei;

V - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim até o segundo grau, salvo quando se tratar de Unidade Policial única na localidade, sendo ambos policiais de carreira;

VI - cometer à pessoa estranha ao serviço policial ou à repartição o desempenho de encargos que lhe competirem ou a seus subordinados;

VII - coagir subordinados no sentido de se filiarem à associação profissional ou sindical ou a partido político;

VIII - participar da gerência ou administração de empresa, qualquer que seja a sua finalidade ou natureza, exercer comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como acionista, cotista ou comanditário.

CAPÍTULO V
DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES

Art. 7º São transgressões disciplinares todas as ações ou omissões contrárias aos deveres e às vedações, desde que não prevista expressamente em outra transgressão disciplinar - penalidade: repreensão a suspensão de um a dez dias para a hipótese de infração aos deveres e suspensão de trinta dias a demissão para a hipótese de infração às vedações.

Art. 8º São, especificamente, transgressões disciplinares:

I - deixar de identificar-se como policial, quando solicitado ou quando as circunstâncias o exigirem - penalidade: repreensão a suspensão de um a dez dias;

II - deixar de manter-se atualizado e capacitado para o acesso aos sistemas informatizados disponíveis e necessários ao desempenho da atividade policial, causando prejuízo ao serviço - penalidade: repreensão a suspensão de um a dez dias;

III - apresentar-se de modo incompatível com o decoro da função ou descuidar de sua aparência física ou de asseio, salvo quando a investigação assim o exigir - penalidade: repreensão a suspensão de um a dez dias;

IV - deixar, injustificadamente, de atender à convocação de autoridade policial correicional, bem assim de prestar-lhe diretamente as informações solicitadas e julgadas necessárias, no prazo estipulado - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

V - fazer uso indevido da identidade funcional - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

VI - praticar usura, em qualquer de suas formas - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

VII - tomar parte em jogos proibidos - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

VIII - permutar o serviço, sem expressa permissão da autoridade competente - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

IX - faltar ou chegar atrasado ao serviço, ou deixar de participar, com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer ao serviço, ou obedecer à pontualidade, salvo motivo plenamente justificável - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

X - fazer uso indevido dos símbolos e nomes designativos da Polícia Civil - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XI - utilizar-se da qualidade de servidor para pleitear como procurador ou intermediário em favor de terceiros perante repartições públicas, salvo quando se tratar de vencimentos, vantagens e proventos de parentes até segundo grau - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XII - retirar da unidade policial, para fins de uso indevido, sem prévia autorização de autoridade competente, qualquer documento, equipamento, veículo, armamento ou objeto a ela vinculado, desde que não configure transgressão mais grave - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XIII - negligenciar a condução e/ou deixar de concluir, nos prazos legais, sem justo motivo, procedimentos investigatórios ou disciplinares - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XIV - deixar de comunicar, imediatamente, ao superior hierárquico ou à Corregedoria, falta disciplinar ou irregularidade no serviço que haja presenciado ou de que tenha tido ciência - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XV - negligenciar parte, representação ou procedimentos administrativos ou criminais - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XVI - negligenciar a comunicação ao juiz competente, no prazo legal, da prisão ou apreensão de qualquer pessoa - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XVII - deixar de cumprir as atribuições inerentes ao seu cargo ou função, causando prejuízo ao serviço - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XVIII - portar-se sem compostura em local público ou praticar ato que importe em escândalo, comoção social ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XIX - não se apresentar, sem justo motivo, ao final de licença de qualquer natureza, férias ou dispensa do serviço, ou ainda, depois delas ter sido interrompida por ordem legal e superior - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XX - prevalecer-se da condição de servidor policial civil para lograr proveito, direta ou indiretamente, para si ou para terceiro - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XXI - favorecer ou prejudicar alguém, por evidente má-fé, no preenchimento de boletins de merecimento ou avaliação de desempenho, ou retardar o andamento de papéis de promoção - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XXII - praticar, em serviço ou em decorrência deste, ameaça contra servidor ou particular - penalidade: repreensão a suspensão de dez a trinta dias;

XXIII - solicitar ou fazer uso de atestado médico ou psicológico falso ou gracioso com o fim de obter licença para tratamento de saúde - penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XXIV - fazer uso indevido de arma de fogo - penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XXV - dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e em tempo hábil, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-los - penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXVI - concorrer para não ser cumprida ordem legal de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução - penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXVII - não comparecer ou abandonar o serviço para o qual tenha sido especialmente designado, salvo motivo justificado - penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXVIII - desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de ordem de autoridade superior, exceto quando manifestamente ilegal - penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXIX - praticar força desnecessária ou desproporcional no exercício da função policial, ou em razão dela - penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXX - negligenciar a utilização, conservação ou guarda de objetos, equipamentos e

veículos da Unidade Policial, ou a cautela de bens apreendidos que, em decorrência da função ou para o seu exercício, lhe tenham sido confiados, possibilitando que se danifiquem ou extraviem, exceto quando circunstâncias alheias impeçam o servidor de dar a devida manutenção - penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXXI - indispor funcionários contra seus superiores hierárquicos ou subordinados, provocando velada ou ostensiva animosidade entre os servidores públicos - penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXXII - recusar-se, injustificadamente, a aceitar encargos para os quais foi designado - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XXXIII - praticar ou incentivar atos de insubordinação, consistentes em desobedecer às ordens legais dadas pelo superior hierárquico - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias;

XXXIV - recusar-se a se submeter à inspeção médica, avaliação psicológica ou psiquiátrica, quando determinado para verificação da capacidade laborativa policial - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias;

XXXV - provocar intencionalmente a paralisação, total ou parcial, do serviço policial, ou dela participar, exceto nas situações permitidas em lei - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XXXVI - utilizar-se do anonimato para fins ilícitos - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XXXVII - deixar de assumir, no prazo legal, a função para a qual foi designado, salvo motivo justificado - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XXXVIII - coagir, instigar, induzir, auxiliar ou determinar que outro servidor, subordinado ou não, pratique transgressão ou dela participe - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XXXIX - atribuir-se a qualidade de representante de qualquer unidade policial ou de repartição da Secretaria de Estado da Segurança Pública ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XL - concorrer, de qualquer forma, para defesa de interesse ilegítimo de pessoa custodiada ou presa enquanto no interesse da investigação, fora dos casos previstos em lei - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLI - omitir ou enunciar conceito falso sobre servidor policial em regime de estágio probatório - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLII - levar à prisão ou nela conservar sem a devida fundamentação, quem quer que se proponha a prestar fiança permitida em lei - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLIII - dirigir-se, referir-se, portar-se ou se apresentar perante qualquer servidor policial civil de modo desrespeitoso ou sem a observância dos princípios de civilidade, urbanidade, respeito e hierarquia - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLIV - comparecer a qualquer ato de serviço em visível estado de embriaguez ou sob influência de substância psicoativa que determine dependência física ou psíquica, salvo no caso de prescrição médica - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLV - fornecer, permitir ou autorizar, injustificadamente, que a senha pessoal de acesso aos sistemas informatizados da Polícia Civil seja utilizada por outra pessoa, ou fornecer, injustificadamente, informações obtidas através do acesso aos mesmos sistemas a terceiros - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLVI - praticar assédio moral, compreendido este como a exposição de pessoa a situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho, de forma repetitiva e prolongada, no exercício de suas atividades - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLVII - proceder de forma desidiosa, incorrendo repetidamente em descumprimento de deveres e atribuições funcionais - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLVIII - dificultar, impedir ou procrastinar, as conclusões de investigações ou procedimentos administrativos, contribuindo para que ocorra a decadência ou prescrição - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

XLIX - dar, ceder ou entregar à particular insígnia, cédula de identidade funcional ou porta documento oficial, salvo em cumprimento a normas regulamentares - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias;

L - praticar, em serviço ou em decorrência deste, ofensa física contra servidor ou particular - penalidade: suspensão de dez a noventa dias a demissão;

LI - divulgar, indevidamente, documentos, peças oficiais, informações, assuntos policiais e de segurança sob os quais se deva manter sigilo, sem prévia autorização da autoridade competente para decretação ou manutenção do sigilo - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LII - divulgar a existência de dispositivos, métodos de segurança, recursos disponíveis e técnicas especiais de investigação - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LIII - quebrar o sigilo sobre informações, planos ou operações policiais, com o fito de prejudicar ou frustrar a investigação ou a realização da diligência, ou ainda, de obter vantagem de qualquer natureza para si ou para outrem ou favorecer terceiro - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LIV - promover a soltura, ainda que temporária, de pessoa presa ou custodiada, sem autorização legal, entendida como soltura a saída do preso ou custodiado da instalação policial - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LV - dar causa, intencionalmente, ao extravio ou dano de bens, objetos, equipamentos e veículos pertencentes a Unidade Policial, ou de bens apreendidos, os quais estejam confiados à sua guarda ou não, em razão da função policial - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LVI - permitir, intencionalmente, por ação ou omissão, que presos conservem em seu poder objetos que possam causar danos nas dependências a que estejam recolhidos ou produzir lesões em terceiros - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LVII - favorecer ou prejudicar alguém, por evidente má-fé, no preenchimento de boletins de ocorrência unificados, informações, relatórios ou certidões, para juntada em quaisquer procedimentos - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LVIII - cobrar custas, emolumentos ou qualquer outra despesa não autorizada em lei - penalidade: suspensão de quinze a noventa dias a demissão;

LIX - acumular cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas em lei - penalidade: suspensão de trinta a noventa dias a demissão;

LX - solicitar, exigir, aceitar promessa ou receber vantagem indevida, direta ou indiretamente, em razão do cargo ou função, para favorecer terceiro, ou ainda para retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei - penalidade: suspensão de noventa dias a demissão;

LXI - apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio - penalidade: suspensão de noventa dias a demissão.

LXII - promover ou facilitar a fuga de preso, independentemente de estar ou não sob sua custódia, guarda ou responsabilidade - penalidade: suspensão de noventa dias a demissão;

LXIII - abandonar cargo, como tal entendido a ausência comprovada ao serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos - penalidade: demissão;

LXIV - ausentar-se, de forma comprovada, ao serviço, sem causa justificada, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, não consecutivos, no período de um ano - penalidade: demissão;

LXV - praticar assédio sexual, definido como constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Penalidade: suspensão de trinta a noventa dias ou demissão.

§ 1º A prática das seguintes infrações penais também caracterizará transgressão disciplinar, obedecidas as regras abaixo:

I - crime doloso contra a vida, a pena será de suspensão de trinta a noventa dias a demissão;

II - nos arts. 240, 241, 241A, B, C e D, 244A e 244B da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a pena será de suspensão de noventa dias a demissão;

III - crimes contra a dignidade sexual, contra o patrimônio, contra a fé pública e contra a administração pública com pena mínima abstratamente prevista igual ou superior a dois anos, a pena será de suspensão de noventa dias a demissão;

IV - crimes contra a dignidade sexual, contra o patrimônio, contra a fé pública e contra a administração pública com pena mínima abstratamente prevista igual ou inferior a um ano, a pena será de repreensão a suspensão de um a trinta dias;

V - associação criminosa, organização criminosa, tráfico de drogas e crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a pena será de suspensão de noventa dias a demissão;

VI - demais infrações penais previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 1º de dezembro de 1940 - Código Penal, ou em outras leis com pena mínima abstratamente prevista igual ou superior a dois anos, desde que não prevista expressamente em outra transgressão disciplinar, a pena será de suspensão de noventa dias a demissão;

VII - demais infrações penais previstas no Código Penal ou em outras leis com pena mínima abstratamente prevista igual ou inferior a um ano, desde que não prevista expressamente em outra transgressão disciplinar, a pena será de repreensão a suspensão de um a trinta dias.

§ 2º A pena de demissão também poderá ser aplicada na hipótese de reincidência na prática de transgressão disciplinar apenada com suspensão superior a sessenta dias, desde que o servidor policial já tenha sido punido com a pena de suspensão superior a sessenta dias no período dos últimos cinco anos.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a responsabilização do servidor policial civil será feita através de processo administrativo disciplinar, em que a presidência e a defesa poderão arrolar até cinco testemunhas para cada fato em apuração, em relação a cada acusado.

CAPÍTULO VI
DA APLICAÇÃO DA PENA

Art. 9º Na aplicação da pena disciplinar serão considerados:

I - a culpabilidade;

II - os antecedentes e a conduta social do policial;

III - os motivos, as circunstâncias e consequências da infração;

IV - o comportamento da vítima;

V - a intensidade do dolo ou o grau de culpa;

VI - os danos decorrentes da infração para o serviço policial;

VII - a repercussão do fato;

VIII - a reincidência.

Parágrafo único. Os elementos previstos no *caput* deste artigo serão apreciados para a determinação da pena aplicável, dentre as cominadas, e de qual a quantidade dela, dentro dos limites previstos, conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção da transgressão disciplinar.

CAPÍTULO VII
DA RESPONSABILIDADE

Art. 10. Pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor policial responde civil, penal e administrativamente.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 11. A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo que importe em prejuízo à Fazenda Pública Estadual ou terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízos causados à Fazenda Pública será liquidada, mediante anuência do servidor, por meio de desconto em prestações mensais a serem fixadas entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do subsídio, à míngua de outros bens que por ela respondam, a ser cobrada após o término do procedimento disciplinar, independentemente de qualquer pronunciamento judicial.

§ 2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor policial perante a Fazenda Pública Estadual, em ação regressiva.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a ação regressiva dependerá do reconhecimento de atuação transgressional do servidor, culposa ou dolosa, no âmbito do respectivo procedimento administrativo disciplinar, na forma do Capítulo IX desta Lei.

Art. 12. A responsabilidade penal abrange as infrações penais imputadas ao servidor policial nessa qualidade.

Parágrafo único. No caso de condenação, não sendo esta de natureza a determinar a demissão, passará o servidor policial a prestar serviços em unidade policial onde o exercício do cargo ou função seja compatível com as condições impostas na sentença.

Art. 13. A responsabilidade administrativa resulta de ação ou omissão no desempenho ou em razão do cargo ou função, e alcança as ações e omissões atentatórias à dignidade da função policial, ainda que fora do serviço.

Parágrafo único. O afastamento, a licença e a disposição funcional não isentam os servidores policiais civis de responsabilidade administrativa, salvo na hipótese de afastamento para o exercício de mandato eletivo.

Art. 14. As cominações civis, penais e disciplinares cumular-se-ão, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as instâncias civil, penal e administrativa.

CAPÍTULO VIII
DAS PENAS DISCIPLINARES
Seção I
Das Penalidades

Art. 15. São penas disciplinares:

I - repreensão;

II - suspensão:

III - demissão;

IV - cassação de disponibilidade;

V - cassação da aposentadoria;

Art. 16. A pena disciplinar poderá deixar de ser aplicada com fundamento nas causas de exclusão de ilicitude, exclusão da culpabilidade, extinção da punibilidade e de isenção da pena, previstas na legislação penal.

Parágrafo único. A prescrição regula-se pelos dispositivos previstos neste Código, não se aplicando as regras da legislação penal, salvo na hipótese prevista no § 3º do art. 62 desta Lei.

Art. 17. São circunstâncias que atenuam pena, salvo nos casos de demissão:

I - haver o transgressor, antes do julgamento originário, de forma voluntária e com eficiência, procurado diminuir as consequências da falta, ou ter reparado o dano;

II - haver o transgressor confessado espontaneamente a falta perante a autoridade processante, de modo a facilitar a sua apuração.

Parágrafo único. As circunstâncias previstas no caput deste artigo não permitem a mudança do tipo de penalidade, como a transformação de uma pena de demissão ou cassação de aposentadoria em suspensão ou a transformação de uma pena de suspensão em repreensão.

Art. 18. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam a transgressão disciplinar:

I - a reincidência;

II - impedir ou dificultar, de qualquer maneira, a apuração da falta funcional cometida;

III - o concurso de dois ou mais agentes na prática da transgressão.

§ 1º Para os fins desta lei, verifica-se a reincidência quando o agente comete nova infração, ainda que de natureza diversa, depois da decisão administrativa definitiva que o tenha condenado por infração anterior.

§ 2º Para efeito de reincidência não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos.

Art. 19. A pena de repreensão, sempre aplicada por escrito, será publicada e anotada no assentamento individual do servidor policial.

Art. 20. A pena de suspensão acarreta a perda de ½ (metade) do subsídio, por dia, enquanto durar, não podendo exceder o prazo de noventa dias.

Parágrafo único. A pena de suspensão implica, enquanto durar, no recolhimento da arma, do conjunto documental e demais bens e equipamentos acautelados ao servidor.

Art. 21. A pena de demissão, dependendo das circunstâncias ou repercussão que cercam o fato ou da extensão dos danos causados, poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público".

Art. 22. A aplicação de penalidades pelas transgressões disciplinares constantes nesta Lei não exime o servidor policial da obrigação de indenizar o Estado pelos prejuízos causados.

Art. 23. A deliberação que propuser a demissão do servidor policial poderá também afastá-lo imediatamente do serviço policial e determinar o recolhimento do material que detiver como carga individual, sem prejuízo de seus subsídios.

Art. 24. Poderá ser cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que:

I - o inativo praticou, transgressão apenada com demissão, quando se encontrava na ativa;

II - o servidor policial não assumir o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

§ 1º A pena de demissão prevista para a transgressão disciplinar acarreta na cassação de aposentadoria, quando a transgressão foi praticada no período em que o servidor policial civil estava na ativa.

§ 2º A aplicação da penalidade de suspensão para o inativo, impede a respectiva execução de pena.

§ 3º A impossibilidade de aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria para o inativo, em razão de não existir a previsão da penalidade de demissão para a transgressão disciplinar, obsta a instauração ou impede o prosseguimento da Processo Administrativo Disciplinar.

Seção II
Da Competência para Imposição da Penalidade

Art. 25. Para imposição de pena disciplinar são competentes:

I - o Governador do Estado, originariamente, para as penalidades de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - o Secretário de Estado da Segurança Pública, em grau recursal, para as penalidades de repreensão e suspensão;

III - o Conselho Superior de Polícia, originariamente, para as penalidades de repreensão e suspensão.

Art. 26. Da pena aplicada será dado conhecimento ao grupo auxiliar de recursos humanos da Polícia Civil e à unidade de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para anotações e providências decorrentes.

CAPÍTULO IX
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 27. São procedimentos administrativos-disciplinares:

I - Investigação Preliminar; e

II - Processo Administrativo Disciplinar.

§ 1º Aplicam-se aos procedimentos administrativos-disciplinares, subsidiariamente, as normas do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

§ 2º No Processo Administrativo Disciplinar observar-se-á o devido processo legal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Os procedimentos administrativos disciplinares tramitarão na forma eletrônica, garantindo o acesso às partes e seus advogados.

Seção II
Da Investigação Preliminar

Art. 28. A autoridade investigante, designada entre delegados de polícia lotados na Corregedoria Geral, realizará apuração preliminar, de natureza investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou for incerta sua autoria.

§ 1º A Investigação Preliminar, de caráter informal e sumaríssimo, será instaurada de ofício pelo Corregedor Geral ou mediante determinação do Conselho Superior de Polícia.

§ 2º O início da Investigação Preliminar será comunicado ao Corregedor Geral, devendo ser concluída em sessenta dias, salvo em casos de maior complexidade, nos quais a autoridade investigante poderá solicitar prorrogação de prazo ao Corregedor Geral.

§ 3º Ao concluir a apuração preliminar, a autoridade investigante encaminhará o procedimento ao Corregedor Geral, ocasião em que deverá opinar, fundamentadamente, ou pelo arquivamento ou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar, ou ainda, quando o fato constituir crime, também pela instauração de Inquérito Policial.

§ 4º O Corregedor Geral, ao receber a Investigação Preliminar, poderá, fundamentadamente:

I - determinar o arquivamento quando o fato não configurar infração disciplinar e quando não houver prova da materialidade ou indícios suficientes de autoria ou justa causa para a instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

II - requerer ao Conselho Superior de Polícia que determine a instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

III - determinar a instauração de Inquérito Policial para apuração dos fatos.

§ 5º Para os fins do inciso I do § 4º deste artigo, entende-se por falta de justa causa quando não houver suporte probatório mínimo para lastrear a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do disposto no Código de Processo Penal.

Art. 29. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de Investigação Preliminar, desde que contenham informações mínimas sobre o fato.

Parágrafo único. Quando a denúncia for genérica, houver dúvida fundada quanto à sua veracidade, ou não indicar elementos mínimos suficientes para possibilitar a instauração de Investigação Preliminar, poderão ser realizadas diligências iniciais visando à coleta de maiores dados sobre o fato.

Seção III
Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 30. O Processo Administrativo Disciplinar será instaurado por determinação do Conselho Superior de Polícia ou do Governador do Estado, conhecidas a autoria e materialidade, esta, se houver.

§ 1º O Processo Disciplinar terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período para sua conclusão, ou, em casos de maior complexidade, por prazo determinado pelo Corregedor Geral.

§ 2º O número de testemunhas que a presidência e a defesa poderão arrolar no Processo Disciplinar, seguirão as seguintes regras:

I - para apuração de responsabilidade pela prática de fato constitutivo de transgressão disciplinar a que se comine as penas de repreensão e suspensão poderão ser arroladas até duas testemunhas para cada fato em apuração, em relação a cada acusado;

II - para apuração de responsabilidade pela prática de fato constitutivo de transgressão disciplinar a que se comine as penas de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade poderão ser arroladas até cinco testemunhas para cada fato em apuração, em relação a cada acusado.

Art. 31. O Processo Administrativo Disciplinar terá início mediante portaria do Corregedor Geral, dela devendo constar:

I - qualificação funcional do acusado;

II - descrição sumária do fato com a individualização da conduta e a respectiva imputação transgressional;

III - designação da presidência, dentre delegados de polícia estáveis lotados na Corregedoria Geral de Polícia.

Parágrafo único. Por motivo relevante, o Corregedor Geral poderá substituir qualquer presidente anteriormente designado, caso em que o substituto conduzirá o procedimento até o final.

Art. 32. Determinada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, ou havendo, durante seu curso, conveniência para a instrução ou para o serviço policial, poderá o Corregedor Geral, por despacho fundamentado, ordenar, isolada ou cumulativamente, as seguintes providências:

I - o afastamento preventivo do policial até noventa dias, prorrogáveis uma única vez por até sessenta dias, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a repercussão do fato, sem prejuízo de seus subsídios;

II - a designação do policial para o exercício de atividades exclusivamente administrativas, até decisão final do procedimento;

III - recolhimento de carteira funcional, distintivo, armas e algemas;

IV - proibição do porte de armas, até decisão final do procedimento.

§ 1º O Conselho Superior de Polícia reapreciará a decisão do Corregedor Geral na primeira reunião ordinária subsequente, podendo mantê-la, modificá-la ou revogá-la.

§ 2º Durante o período de recesso do Conselho Superior de Polícia, a reapreciação mencionada no § 1º deste artigo será feita pelo Delegado-Geral, sem prejuízo de sua reanálise pelo Conselho Superior de Polícia na primeira sessão ordinária subsequente.

§ 3º Qualquer autoridade ou órgão que determinar a instauração ou presidir Processo Administrativo Disciplinar, poderá requerer ao Corregedor Geral a aplicação das medidas previstas no caput deste artigo, bem como sua alteração ou revogação.

§ 4º O Corregedor Geral poderá, a qualquer momento, por despacho fundamentado, fazer cessar ou alterar as medidas previstas neste artigo, submetendo sua decisão à reapreciação do Conselho Superior de Polícia.

§ 5º O período de afastamento preventivo, em caso de:

I - absolvição: computar-se-á como de efetivo exercício;

II - pena de suspensão: será descontado do período de suspensão aplicado, salvo quanto ao efeito de perda de metade do subsídio por dia, que será inteiramente aplicado.

Art. 33. Recebido o Processo Disciplinar pelo presidente designado, no prazo de dez dias úteis, far-se-á:

I - a designação do secretário, que poderá ser qualquer servidor policial civil, preferencialmente estável, e respectiva comunicação ao setor de pessoal;

II - comunicação do início dos trabalhos ao Conselho Superior de Polícia e ao Corregedor Geral da Polícia Civil;

III - a indicação das testemunhas arroladas pela presidência;

IV - a determinação de citação do acusado.

§ 1º O acusado será citado pessoal e individualmente para responder à acusação por escrito, no prazo de dez dias úteis, por meio de defensor, ocasião em que apresentará todas as provas de que dispuser, podendo requerer exames e diligências, juntar documentos e arrolar testemunhas.

§ 2º A defesa do acusado poderá ser feita por defensor constituído, preferencialmente bacharel em direito, ou poderá, caso deseje, fazer sua própria autodefesa.

§ 3º Quando requisitado, a chefia imediata do acusado adotará as medidas necessárias para viabilizar a citação.

§ 4º Negando-se o acusado a assinar a contrafé, suprir-se-á tal circunstância com a assinatura de duas testemunhas devidamente qualificadas e certidão do servidor incumbido da diligência.

§ 5º A citação poderá ser realizada por hora certa, obedecidas as seguintes regras:

I - quando, por duas vezes, o servidor encarregado da diligência houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá certificar os atos e, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou outra residente no imóvel ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar;

II - nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a intimação a que se refere o inciso I do § 5º deste artigo feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência;

III - no dia e na hora designados, o servidor incumbido da diligência comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a citação;

IV - se o citando não estiver presente, o servidor procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação;

V - a citação com hora certa será efetivada mesmo que a pessoa da família ou outra residente no imóvel ou o vizinho que houver sido intimado esteja ausente, ou se, embora presente, se recusar a receber a citação;

VI - da certidão da ocorrência, o servidor incumbido da diligência deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou outra residente no imóvel ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome;

VII - o servidor incumbido da diligência fará constar da citação a advertência de que será nomeado defensor dativo se houver revelia;

VIII - feita a citação com hora certa, o secretário do Processo Disciplinar enviará ao acusado, no prazo de cinco dias úteis, contado da data da juntada da citação aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.

§ 6º Não sendo encontrado o acusado, será ele citado por edital publicado no diário oficial, por uma única vez, com prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicação.

§ 7º Será admitida a citação por meio eletrônico.

§ 8º A citação dará início ao decurso do prazo para conclusão da apuração e conterá:

I - nome do presidente;

II - nome do acusado e local de lotação;

III - descrição sumária do fato com a individualização da conduta e a respectiva imputação transgressional;

IV - determinação para a apresentação de defesa prévia, por escrito, no prazo de dez dias úteis, ocasião em que deverá apresentar todas as provas de que dispuser, podendo requerer exames e diligências e arrolar testemunhas, e a menção de que poderá juntar documentos até as alegações finais;

V - a referência de que sua defesa poderá ser feita por defensor constituído, preferencialmente bacharel em direito, ou que poderá, caso deseje, fazer sua própria autodefesa;

VI - informação de que será decretada revelia em caso de não apresentação da defesa prévia, com a consequente nomeação de defensor dativo;

VII - local e data da expedição.

Art. 34. Todos os requerimentos de exames e diligências feitos pela defesa serão analisados pelo presidente do procedimento, o qual poderá indeferi-los, em despacho fundamentado, quando considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 1º Será indeferido, motivadamente, pelo presidente do Processo Disciplinar, pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito, for desnecessária em vista de outras provas ou a verificação for ineficaz.

§ 2º O presidente do procedimento poderá dispensar a realização da prova pericial quando existir laudo técnico anterior, produzido em Processo Administrativo Disciplinar ou em processo judicial, suficiente para a elucidação dos fatos.

§ 3º Sendo o laudo técnico anterior suficiente para a elucidação apenas parcial dos fatos, o presidente do procedimento poderá determinar a realização de prova pericial relativamente aos fatos que faltarem ser esclarecidos.

Art. 35. A revelia, devidamente decretada pelo presidente, implica na designação de defensor dativo para apresentação da defesa prévia por escrito, no prazo de dez dias úteis, contado da lavratura do termo de compromisso, e prosseguimento no acompanhamento regular do procedimento.

§ 1º Na hipótese da revelia mencionada no caput deste artigo, assim como em todas as demais situações que houver necessidade de nomear defensor dativo no Processo Administrativo Disciplinar, a nomeação recairá preferencialmente em bacharel em direito.

§ 2º A nomeação de defensor dativo poderá recair em servidor policial civil, preferencialmente bacharel em direito, desde que não seja subordinado diretamente ao presidente do Procedimento Disciplinar.

§ 3º Será dispensada a nomeação de defensor dativo ao servidor policial civil que manifestar, de forma expressa, que exercerá pessoalmente sua defesa no Processo Administrativo Disciplinar.

§ 4º Será nomeado defensor dativo para o ato (defensor dativo *ad hoc*) ao acusado que exerça pessoalmente sua defesa, na hipótese em que seja retirado da sala de audiência, nos termos do § 1º do art. 38 desta Lei e também na hipótese de interrogatórios dos corréus no mesmo procedimento, na forma do previsto no § 1º do art. 48 desta Lei.

Art. 36. Será facultada vista dos autos à defesa, sendo assegurado ao defensor o direito de obter acesso integral ao procedimento digital, mediante solicitação eletrônica, a qualquer tempo.

Art. 37. A autoridade que presidir o Processo Disciplinar, de ofício ou a requerimento da defesa, desde que haja dúvida fundamentada sobre a integridade mental do acusado, amparada em atestados e/ou laudos médicos, comprovação de tratamentos e/ou internações pretéritas, dentre outros documentos idôneos, em qualquer fase do procedimento, deverá decidir sobre a necessidade do acusado ser submetido a exame por junta médica especialmente designada.

§ 1º Concluindo ser necessária a realização do exame de insanidade mental, o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

presidente do procedimento determinará a notificação da defesa para que, no prazo de cinco dias úteis apresente, caso queira, quesitos a serem respondidos pela junta médica.

§ 2º Para a realização do exame de insanidade mental, o presidente do procedimento necessariamente elaborará quesitos a serem respondidos pela junta médica, destinados a deslindar dúvidas a respeito da higidez mental do periciado à época da prática da transgressão disciplinar e no momento do exame, assim como da gradação da enfermidade.

§ 3º O incidente de insanidade mental será autuado em autos apartados e apenso ao procedimento principal, ficando suspenso o curso deste após a notificação do acusado.

§ 4º A suspensão do curso do procedimento principal será comunicada ao Corregedor Geral.

§ 5º No curso do incidente de insanidade mental poderão ser realizadas diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento, como colher depoimento de testemunha presencial gravemente enferma ou que vá deixar o país, dentre outras hipóteses.

§ 6º Se reconhecida a inimputabilidade do acusado, cópia dos autos serão remetidas ao órgão competente para início do processo de aposentadoria por invalidez.

§ 7º A inimputabilidade não interrompe a apuração disciplinar, quando superveniente aos fatos que lhe deram origem.

Art. 38. Após a apresentação da defesa prévia, as testemunhas de instrução e defesa serão ouvidas nesta ordem e de forma que uma não possa ouvir o depoimento de outra, na presença do acusado, se quiser, e de seu defensor, devendo a oitiva restringir-se aos fatos em apuração.

§ 1º Se o presidente do Processo verificar que a presença do acusado poderá causar humilhação, temor, ou sério constrangimento à testemunha ou ao ofendido, de modo que prejudique a verdade do depoimento, determinará a retirada do acusado, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor, fato que será devidamente consignado nos autos, assim como os motivos que a determinaram.

§ 2º O presidente perguntará às testemunhas de instrução e, na sequência, dará a palavra ao defensor para reperguntas.

§ 3º As testemunhas de defesa serão inicialmente inquiridas pelo defensor e, na sequência, o presidente poderá complementar a inquirição sobre pontos não esclarecidos.

§ 4º O defensor poderá contraditar e perguntar diretamente às testemunhas sobre fatos de interesse da defesa, não sendo admitidas pelo presidente as perguntas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

§ 5º A audiência de inquirição das testemunhas será precedida das devidas notificações aos depoentes, ao acusado e ao seu defensor.

§ 6º Tratando-se de servidor público, a testemunha será requisitada ao superior imediato.

§ 7º Se a testemunha não for localizada ou, regularmente intimada, não comparecer, a defesa poderá, no prazo de cinco dias úteis, após devidamente notificada, apresentar os dados atualizados para sua localização, substituí-la, ou fazer a sua apresentação em data determinada pela autoridade.

§ 8º A testemunha não poderá eximir-se de depor, podendo, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que legalmente separado, o companheiro, o irmão, o pai, a mãe ou o filho do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

§ 9º São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

§ 10. Antes da oitiva das testemunhas de defesa, a autoridade processante poderá certificar-se de que se trata de depoimento relevante, podendo para tal intimar o defensor do acusado para que, no prazo de cinco dias úteis, indique os motivos de relevância e imprescindibilidade do depoimento.

§ 11. Concluindo que não se trata de depoimento relevante, a Autoridade poderá, por despacho fundamentado nos autos, indeferir a inquirição da testemunha, devendo intimar o defensor do acusado para, querendo, substituí-la, no prazo de cinco dias úteis.

Art. 39. As oitivas colhidas na instrução dos Processos Administrativos Disciplinares poderão ser gravadas em sistema audiovisual ou videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real e permanecerão arquivadas em mídia própria anexada aos autos.

§ 1º Quando, justificadamente, não for possível o registro audiovisual, a oitiva será reduzida a termo e anexada aos autos.

§ 2º Não haverá necessidade de transcrição das oitivas realizadas por alguma das formas previstas no *caput* deste artigo.

§ 3º Ao acusado e a seu procurador será permitido fazerem-se presentes na sala em que se encontrar o presidente do Processo Disciplinar responsável pela realização do ato, naquela em que comparecer o depoente ou, ainda, em sala própria na localidade em que estiver, por videoconferência, desde que disponha de tecnologia para tanto.

Art. 40. A audiência em que houver utilização do sistema de gravação audiovisual será documentada por termo a ser juntado nos autos, no qual constará:

I - data e horário da audiência;

II - local do fato;

III - nome do presidente, bem como do servidor que secretaria o procedimento;

IV - número do procedimento junto à Corregedoria Disciplinar;

V - identificação das partes e seus representantes, suas presenças ou ausências no ato procedimental;

VI - presença do defensor, constituído ou dativo, no referido ato;

VII - eventuais requerimentos das partes e deliberações do presidente;

§ 1º Os dados qualificativos da pessoa a ser ouvida poderão ser anotados no termo de audiência ou apenas gravados no sistema audiovisual;

§ 2º O compromisso legal das testemunhas, as objeções e decisões a elas afetas também poderão ser gravados no sistema audiovisual.

Art. 41. Também se aplica o disposto nos arts. 39 e 40 desta Lei, no que couber, quando houver a utilização do sistema de videoconferência, ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real para as oitivas de testemunhas, vítimas e acusados que se encontrem em município diverso daquele em que tramita o Processo Disciplinar.

Parágrafo único. No caso de utilização de videoconferência, será dispensada a necessidade de assinatura das partes.

Art. 42. Todas as intimações e notificações de defensores e acusados serão preferencialmente feitas por meio eletrônico.

§ 1º Às intimações e notificações dos acusados que não puderem ser realizadas na forma do caput deste artigo, serão aplicadas, no que cabível, as disposições previstas para a citação pessoal, por hora certa e por edital.

§ 2º As intimações e notificações dos defensores que não puderem ser realizadas na forma do caput deste artigo, serão realizadas por publicação no Diário Oficial, sem prejuízo de encaminhamento da intimação ou notificação por via postal com comprovante de recebimento.

§ 3º O defensor dativo será intimado e notificado pessoalmente.

Art. 43. A prática de atos processuais por meio eletrônico será admitida mediante uso de assinatura eletrônica ou digital.

Parágrafo único. O Departamento de Polícia Civil, em até 06 meses da publicação desta lei, deverá utilizar o sistema oficial de tramitação de protocolo eletrônico do Governo do Estado do Paraná, podendo, a qualquer tempo, desenvolver sistema próprio, desde que garantidos os requisitos de transparência e acessibilidade ininterrupta às partes e aos advogados.

Art. 44. Excepcionalmente, nos casos em que as oitivas não puderem ser realizadas por videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real para a oitiva de testemunhas, vítimas e acusados que se encontrem em município diverso de onde tramita o procedimento disciplinar, serão ouvidas por meio de carta precatória, dando-se ciência ao acusado e seu defensor, com antecedência mínima de cinco dias úteis, do local e horário da audiência.

§ 1º A autoridade deprecante ficará responsável pela notificação do acusado e de seu defensor, depois de cientificada pela autoridade deprecada do dia e do horário da audiência;

§ 2º Caso o defensor do acusado não compareça, será designado, pela autoridade deprecada, defensor dativo para a audiência, consignando-se a ausência no termo respectivo.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, serão informadas à autoridade deprecada as sínteses da imputação, os esclarecimentos pretendidos e pedido de comunicação da data, local e horário da audiência ao acusado, dando-se ciência também ao defensor.

§ 4º Tratando-se de autoridade de outro Estado, deverá a autoridade processante fornecer todos os dados possíveis em relação aos procedimentos legais a serem adotados.

§ 5º As cartas precatórias poderão tramitar diretamente entre autoridade deprecante e autoridade deprecada.

§ 6º O trâmite da carta precatória entre autoridades deprecante e deprecada poderá se dar por e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação que garanta segurança na tramitação.

§ 7º A carta precatória será expedida com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, intimando-se a defesa quanto à expedição.

§ 8º A expedição da precatória não suspenderá a instrução do processo.

§ 9º Findo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e já concluída a instrução, será notificado o defensor de que será dada continuidade ao procedimento, apesar da carta precatória ainda não ter sido devolvida, com a realização normal dos demais atos subsequentes.

§ 10. Findo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, poderá realizar-se o relatório da autoridade processante e o consequente julgamento pelo Conselho Superior de Polícia, mas, a todo tempo, a precatória, uma vez devolvida, será juntada aos autos.

§ 11. Antes da expedição da precatória, a autoridade processante poderá adotar o procedimento previsto nos §§ 10 e 11 do art. 38 desta Lei.

§ 12. Após a expedição da carta precatória, a cada quinze dias, a autoridade deprecante ou o secretário manterá contato com a autoridade deprecada ou seu secretário visando o efetivo cumprimento da carta precatória, certificando-se nos autos.

§ 13. Havendo necessidade de inquirição de testemunha que resida fora do país, a oitiva será realizada através de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

§ 14. Se não for possível realizar-se a oitiva da testemunha na forma prevista no § 13 deste artigo, será permitida a substituição dela, no prazo de cinco dias úteis.

Art. 45. Nenhum servidor policial poderá recusar-se a prestar depoimento, ser acareado ou executar trabalho de sua competência se requisitado por autoridade disciplinar, exceto nas hipóteses legais.

Parágrafo único. O policial que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor.

Art. 46. A autoridade que presidir o Processo Disciplinar poderá, em qualquer fase

do procedimento, de ofício, ou a requerimento da defesa, determinar a realização de quaisquer providências que se apresentem adequadas ou de interesse para a instrução do procedimento, bem como apontar fatos que chegarem ao seu conhecimento no curso da instrução e que devam ser apurados em procedimento distinto.

Art. 47. Ouvidas as testemunhas, poderão ser requeridas pela defesa, caso deseje, ou determinadas pela autoridade processante diligências, cuja necessidade ou conveniência se origine de circunstâncias ou de fatos apurados no curso da instrução do processo, no prazo único de dois dias úteis.

§ 1º A autoridade processante poderá indeferir, em despacho fundamentado, pedido de diligências considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º A juntada de documentos não se constitui em diligência, podendo ocorrer em qualquer momento do procedimento, até as alegações finais.

Art. 48. Ultimada a realização das diligências mencionadas no art. 47 desta Lei, o acusado e seu defensor serão intimados para o interrogatório, com antecedência mínima de cinco dias úteis.

§ 1º Havendo mais de um acusado no procedimento, quando da realização do interrogatório de um dos acusados, os demais acompanharão a audiência por intermédio do seu respectivo defensor.

§ 2º O defensor do acusado assistirá ao interrogatório, sendo-lhe vedado interferir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas do presidente do procedimento.

§ 3º A autoridade processante, após proceder ao interrogatório, o qual se restringirá aos fatos e as suas circunstâncias, facultará à defesa que faça reperguntas diretamente ao acusado, desde que entenda como pertinentes e relevantes.

§ 4º Após o interrogatório, serão os autos conclusos à autoridade, que saneará onde necessário e notificará o defensor do acusado a apresentar alegações finais no prazo de dez dias úteis, a partir da data da notificação.

§ 5º Quando não forem apresentadas no prazo as alegações finais, será nomeado, mediante termo de compromisso, defensor dativo para o ato, depois de notificado o acusado para que, querendo, no prazo de 48 horas, constitua novo defensor.

Art. 49. Após a apresentação das alegações finais no Processo Disciplinar, a autoridade remeterá os autos para julgamento ao Conselho Superior de Polícia, no prazo de dez dias, através da Corregedoria Geral, com relatório fundamentado, opinando pela imposição da pena aplicável, pela absolvição ou arquivamento.

Art. 50. O procedimento será incluído em pauta de distribuição ao Conselheiro Relator no prazo máximo de trinta dias e o seu julgamento deverá ocorrer no prazo de noventa dias, contados da data da sua publicação.

Art. 51. Verificando a autoridade disciplinar fato que tipifique ilícito penal, encaminhará, obrigatoriamente, as peças necessárias à Corregedoria Geral para as providências cabíveis.

Art. 52. A qualquer tempo poderá a autoridade processante relatar o feito e encaminhar ao Conselho Superior de Polícia, através da Corregedoria Geral, para apreciação, desde que entenda:

I - que está provada a inexistência do fato;

II - que está provado não ser o servidor autor ou partícipe do fato;

III - que o fato não constitui transgressão disciplinar;

IV - que está claramente demonstrado algum dos fundamentos para a não aplicação da pena disciplinar previstos no art.16 desta Lei.

Parágrafo único. Em não sendo acatado o parecer da autoridade processante, o feito deverá retomar seu curso regular, não sendo a decisão passível de recurso.

Art. 53. Na hipótese de prática de transgressão disciplinar por servidor em estágio probatório, quando da conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, deverá ser encaminhada cópia do procedimento para a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório para análise quanto ao eventual descumprimento dos requisitos do estágio probatório, com vistas à confirmação ou não do servidor no cargo policial civil.

Parágrafo único. O Processo Administrativo Disciplinar mencionado no *caput* deste artigo obrigatoriamente deverá ser levado em consideração na avaliação especial de desempenho em estágio probatório.

CAPÍTULO X
DOS RECURSOS

Art. 54. Quando houver a aplicação da pena de repreensão ou suspensão, será intimado o servidor e o seu defensor para início da contagem do prazo recursal ao Secretário de Estado de Segurança Pública.

Art. 55. Caberá recurso, por uma única vez, com efeito suspensivo, em petição fundamentada, no prazo de dez dias úteis da data da publicação do ato punitivo, ao Secretário de Estado de Segurança Pública, para as penalidades impostas originariamente pelo Conselho Superior de Polícia.

§ 1º O recurso será protocolado no Conselho Superior de Polícia, o qual, após analisar quanto ao cabimento e tempestividade, poderá fazer juízo de retratação em hipóteses de matéria de ordem pública.

§ 2º Não sendo caso de retratação ou de não conhecimento de plano do recurso por ser incabível ou intempestivo, o Conselho Superior de Polícia informará a data do ato atacado, anexará os respectivos autos e fará remessa ao Secretário de Estado de Segurança Pública.

§ 3º Provido ou não o recurso, os autos retornarão ao Conselho Superior de Polícia para o arquivamento ou o cumprimento da penalidade imposta.

§ 4º O prazo para decisão do recurso será de trinta dias a partir do recebimento da peça recursal na Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 56. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de dez dias úteis, sem efeito suspensivo, por uma única vez, para as penalidades de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade impostas originariamente pelo Governador do Estado.

Art. 57. Esgotada a instância administrativa com o trânsito em julgado, os autos de Processo Disciplinar serão arquivados no Conselho Superior de Polícia.

Parágrafo único. Entende-se por trânsito em julgado administrativo a decisão administrativa tornada definitiva, que ocorre com o esgotamento dos recursos disponíveis, o termo do prazo para recurso, no caso da não interposição da peça recursal, ou com sua interposição intempestiva.

CAPÍTULO XI
DA REVISÃO DISCIPLINAR

Art. 58. A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão de Processo Disciplinar de que haja resultado pena disciplinar, quando, após a condenação, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que permita atenuação da pena aplicada.

§ 1º Não constitui fundamento para revisão:

I - a simples alegação de injustiça da penalidade;

II - mera reapreciação da prova dos autos ou da pena aplicada;

III - absolvição criminal pelos mesmos fatos, por insuficiência de provas.

§ 2º Será indeferido liminarmente o pedido que não for devidamente fundamentado.

§ 3º A revisão poderá ser requerida pelo próprio servidor policial ou por defensor constituído ou, se o servidor houver falecido ou tiver sido declarado ausente ou incapaz, pelo seu cônjuge ou companheiro, descendente, ascendente ou irmão, cabendo ao requerente o ônus da prova.

§ 4º A pena imposta não poderá ser agravada pela revisão.

Art. 59. O pedido será dirigido ao Presidente do Conselho Superior de Polícia que, se o receber, remeterá à Corregedoria Geral de Polícia para a designação da autoridade revisora.

Parágrafo único. Não poderá ser revisora a autoridade que tiver presidido a Investigação Preliminar ou o Processo Disciplinar que fundamentou a punição.

Art. 60. Apensado o pedido ao Processo Disciplinar a ser revisto, os autos serão remetidos para a autoridade revisora que, dentro de dez dias contados do recebimento, notificará o requerente para a produção das provas indicadas.

§ 1º O prazo da instrução da revisão é de trinta dias, a contar da data da notificação ao requerente, podendo ser prorrogado por igual período por decisão fundamentada do Corregedor Geral.

§ 2º Concluída a instrução, será aberta vista ao requerente, pelo prazo de cinco dias úteis, para as alegações finais.

§ 3º Decorrido o prazo do § 2º deste artigo, ainda que não tenham sido apresentadas as alegações, a autoridade revisora, dentro do prazo de cinco dias, encaminhará o processo, com relatório conclusivo, ao Conselho Superior de Polícia.

§ 4º O Conselho Superior de Polícia deliberará sobre a revisão em sessenta dias e, se não lhe couber a decisão, encaminhará os autos à autoridade competente.

Art. 61. A decisão que julgar procedente a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão reformada.

CAPÍTULO XII
DA PRESCRIÇÃO

Art. 62. Prescreverá:

I - em dois anos, a transgressão punível com a pena de repreensão ou suspensão; e

II - em cinco anos, a transgressão punível com a pena de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 1º Quando estiver prevista para a transgressão a penalidade de suspensão a demissão, o prazo prescricional será de cinco anos.

§ 2º Na hipótese de ser imposta a penalidade de suspensão para uma transgressão punível com a pena de suspensão a demissão, o prazo prescricional será regulado pela pena concretamente aplicada e será de dois anos.

§ 3º A transgressão também prevista como crime, prescreverá nos mesmos prazos estipulados pela legislação penal, desde que não inferiores aos prazos previstos nos incisos do caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 63. O prazo de prescrição contar-se-á do dia em que a transgressão se consumou.

Parágrafo único. Nos casos de transgressões permanentes ou continuadas, o prazo de prescrição contar-se-á do dia em que cessou a permanência ou continuação.

Art. 64. São causas interruptivas da prescrição:

I - a citação do acusado;

II - a publicação da deliberação que aplicar ou propuser aplicação de penalidade;

III - a publicação da deliberação pelo arquivamento de procedimento administrativo disciplinar, ocorrida sem julgamento do mérito, devido à aplicação da pena de perda do cargo público por força de decisão judicial condenatória transitada em julgado referente aos mesmos fatos ou fatos diversos dos apurados no procedimento administrativo.

§ 1º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, em caso de reintegração do servidor ao cargo, o procedimento disciplinar sobrestado retomará andamento se não tiver ocorrido a prescrição.

§ 2º Na hipótese em que o acusado tenha sido demitido em razão de Processo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Administrativo Disciplinar anterior, não confirmação no estágio probatório ou ainda exonerado, deverá ser dado prosseguimento a todos os procedimentos em curso contra ele até serem efetivamente julgados, sendo que, na hipótese de imposição de nova penalidade, sua implementação ocorrerá em face de eventual reintegração administrativa ou judicial, que tenha por fundamento o primeiro título punitivo.

§ 3º O novo título punitivo do servidor policial civil já demitido ou que não tenha sido confirmado em estágio probatório deverá ser publicado contendo a ressalva "essa punição se implementará em face de eventual reintegração administrativa ou judicial do servidor policial civil".

§ 4º Caso o servidor policial civil já exonerado venha a responder a novo Processo Administrativo Disciplinar, o qual lhe imponha a penalidade de demissão, o ato de exoneração deverá ser convertido em pena de demissão.

§ 5º Caso o servidor policial civil já exonerado venha a responder a novo Processo Administrativo Disciplinar, o qual lhe imponha penalidade diversa da demissão, o novo título punitivo deverá ser publicado contendo a ressalva "essa punição se implementará em face de eventual reintegração administrativa ou judicial do servidor policial civil".

§ 6º A decisão judicial, que determinar a suspensão do procedimento administrativo disciplinar, acarretará a suspensão do curso do prazo prescricional, enquanto ela estiver vigente.

CAPÍTULO XIII
DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 65. O Corregedor Geral de Polícia poderá celebrar Termo de Ajustamento de Conduta nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, de ofício, por sugestão do presidente do procedimento disciplinar ou mediante requerimento do servidor público interessado, atendidos os requisitos previstos neste capítulo.

§ 1º Considera-se infração disciplinar de menor potencial ofensivo a transgressão punida abstratamente com repreensão ou com pena máxima de suspensão de até trinta dias.

§ 2º O Termo de Ajustamento de Conduta consiste em procedimento administrativo voltado à resolução consensual de conflitos no âmbito disciplinar, com caráter eminentemente preventivo e restaurativo.

§ 3º Os atos procedimentais de celebração do Termo de Ajustamento de Conduta serão realizados pelo presidente do Processo Administrativo Disciplinar ou Investigação Preliminar, que, após a sua conclusão, encaminhará os autos ao Corregedor Geral para homologação.

§ 4º O Termo de Ajustamento de Conduta também poderá ser celebrado independentemente de procedimento disciplinar prévio, caso em que o Corregedor Geral, ao propor a sua celebração, designará necessariamente um delegado de polícia para conduzir os atos tendentes à sua formalização, devendo ser obedecido o procedimento de homologação previsto no § 3º deste artigo e, ainda, o prazo estabelecido no § 3º do art. 68 desta Lei.

§ 5º O interessado em celebrar Termo de Ajustamento de Conduta, se quiser, poderá ser assistido por defensor.

Art. 66. O Termo de Ajustamento de Conduta somente será celebrado quando o beneficiário do procedimento:

I - não esteja cumprindo penalidade disciplinar de suspensão;

II - não tenha firmado outro Termo de Ajustamento de Conduta nos últimos dois anos, contados desde a publicação do instrumento;

III - tenha ressarcido, ou se comprometido a ressarcir, eventual dano causado à Administração Pública; e

IV - não se encontrar em estágio probatório.

Parágrafo único. O eventual ressarcimento ou compromisso de ressarcimento de dano causado à Administração Pública deve ser comunicado ao setor responsável pela administração do patrimônio da Polícia Civil para a adoção das providências necessárias visando à quantificação do dano, o cumprimento da obrigação por parte do compromissado e a comunicação à autoridade que firmou o Termo de Ajustamento de Conduta quanto ao seu cumprimento.

Art. 67. Por meio do Termo de Ajustamento de Conduta, o servidor público, que anuir com a sua celebração, compromete-se a ajustar sua conduta aos padrões de legalidade, moralidade e regularidade administrativa e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.

Parágrafo único. A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta não implica em confissão dos fatos, não terá efeitos civis e não constará de certidão de antecedentes disciplinares, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de dois anos.

Art. 68. A proposta de Termo de Ajustamento de Conduta poderá:

I - ser oferecida de ofício pelo Corregedor Geral;

II - ser sugerida pelo presidente designado para a condução do procedimento disciplinar;

III - ser requerida pelo servidor público interessado na sua celebração.

§ 1º Em procedimentos disciplinares em curso, o pedido de celebração do Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser requerido pelo interessado ao respectivo presidente em até dez dias úteis após o recebimento da notificação de sua condição de investigado ou acusado, devendo ser imediatamente encaminhado ao Corregedor Geral para anuência quanto ao seu processamento.

§ 2º O pedido de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta requerido pelo servidor público interessado poderá ser motivadamente indeferido pelo Corregedor Geral, cabendo, desta decisão, recurso ao Conselho Superior de Polícia, no prazo de dez dias úteis, contados da notificação do servidor.

§ 3º No caso de Termo de Ajustamento de Conduta oferecido diretamente pelo Corregedor Geral ou após o acolhimento de sugestão do presidente do procedimento disciplinar, será fixado o prazo de dez dias úteis para a manifestação do interessado, cujo silêncio, após regular notificação, equivalerá à renúncia ao direito de sua celebração.

§ 4º A sugestão de celebração do Termo de Ajustamento de Conduta feita por iniciativa do presidente do procedimento disciplinar deverá ser chancelada pelo Corregedor Geral, à vista da demonstração do atendimento aos requisitos constantes do *caput* do art. 66 desta Lei, previamente à notificação do beneficiário.

Art. 69. O Termo de Ajustamento de Conduta deverá conter:

I - a qualificação do servidor público interessado;

II - os fundamentos de fato e de direito motivadores da sua celebração, com descrição precisa da tipificação transgressional passível do benefício;

III - a descrição das obrigações assumidas pelo servidor público;

IV - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações assumidas pelo interessado; e

V - a forma de fiscalização das obrigações e as consequências de seu descumprimento.

Parágrafo único. As obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta devem ser proporcionais e adequadas à conduta praticada, visando mitigar a ocorrência de nova infração e compensar eventual dano.

Art. 70. As obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta poderão compreender, dentre outras:

I - a reparação do dano causado;

II - a retratação do interessado;

III - a participação em cursos ministrados pela Escola Superior da Polícia Civil ou outra instituição de ensino assemelhada, com avaliações ao final dos mesmos, se pertinente;

IV - acordo relativo ao cumprimento de horário de trabalho e à compensação de horas não trabalhadas;

V - cumprimento de metas de desempenho ou obrigações relativas à produtividade e à qualidade do serviço público;

VI - sujeição voluntária a controles específicos relativos à conduta irregular praticada.

§ 1º O prazo de cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, entendido necessariamente como período de prova, não poderá ser superior a dois anos.

§ 2º A inobservância pelo servidor celebrante das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta caracteriza o descumprimento do dever previsto no inciso VI do art. 5º desta Lei, sujeito o infrator a procedimento disciplinar autônomo, além de ensejar a retomada do procedimento disciplinar a partir da fase em que se encontrava quando da respectiva celebração.

Art. 71. Após celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, com as assinaturas do servidor beneficiado, de seu defensor, se houver, do Corregedor Geral e do presidente do procedimento disciplinar ou do delegado de polícia designado para a condução da sua lavratura, será publicado extrato em boletim interno ou Diário Oficial do Estado do Paraná, contendo:

I - o número do processo;

II - o nome do servidor celebrante; e

III - a descrição genérica e sucinta do fato.

§ 1º A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta será comunicada à chefia imediata do servidor público, com o envio de cópia para acompanhamento do seu efetivo cumprimento.

§ 2º O Termo de Ajustamento de Conduta será de acesso restrito até o seu efetivo cumprimento ou até a conclusão do procedimento disciplinar decorrente de seu descumprimento.

Art. 72. O Termo de Ajustamento de Conduta será registrado nos assentamentos funcionais do agente público.

§ 1º Declarado o cumprimento integral das condições do Termo de Ajustamento de Conduta pela chefia imediata do servidor público, esta fará a comunicação ao Corregedor Geral.

§ 2º No caso de descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, a chefia imediata fará a devida comunicação ao Corregedor Geral, a fim de possibilitar a instauração ou continuidade do respectivo procedimento disciplinar, sem prejuízo da apuração relativa à inobservância das obrigações previstas no ajustamento de conduta, na forma do § 2º do art. 70.

§ 3º A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta suspende a prescrição e o curso do procedimento administrativo disciplinar até o recebimento pelo Corregedor Geral da comunicação a que se refere o § 1º e § 2º deste artigo.

§ 4º O descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta impedirá a celebração de novo termo, sobre qualquer objeto, no prazo de cinco anos, contados da data da decisão do Corregedor Geral que declarar o descumprimento do termo.

§ 5º O cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta acarreta o arquivamento do eventual procedimento administrativo disciplinar instaurado.

Art. 73. Compete à Corregedoria Geral de Polícia manter registro atualizado sobre a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta, bem como das declarações de seus descumprimentos e efetivos cumprimentos.

Art. 74. É nulo o Termo de Ajustamento de Conduta firmado sem os requisitos estabelecidos nesta Lei, podendo ensejar a responsabilidade administrativa de

quem lhe deu causa.

CAPÍTULO XIV
DA PRISÃO ESPECIAL

Art. 75. Em cumprimento de prisão temporária, preventiva ou decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado, o servidor policial ativo ou aposentado permanecerá em prisão especial, em unidade prisional exclusivamente instituída para tal fim.

Parágrafo único. O servidor policial nas condições deste artigo ficará recolhido em cela especial, sendo-lhe defeso exercer qualquer atividade funcional ou sair da unidade sem expressa autorização do Juízo de Direito a cuja disposição se encontra.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 76. A Corregedoria Geral poderá editar Instrução Normativa, a ser aprovada por deliberação do Conselho Superior de Polícia, visando esclarecer e detalhar as normas do Código de Processo Penal de aplicação subsidiária e os casos omissos desta Lei.

Art. 77. Provimento da Corregedoria Geral regulamentará a utilização de meios eletrônicos para comunicação dos atos processuais de citação, intimação e notificação, no âmbito dos procedimentos administrativos disciplinares.

Art. 78. Visando proporcionar maior estabilidade à interpretação do ordenamento jurídico administrativo disciplinar e a aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, poderão ser editados Enunciados pelo Conselho Superior de Polícia, que demonstrem o entendimento consolidado do Órgão sobre assuntos relacionados à aplicação deste Código Disciplinar.

§ 1º Qualquer membro do Conselho Superior de Polícia possui legitimidade para, fundamentadamente, propor a edição, modificação ou revogação, a qualquer tempo, de Enunciado.

§ 2º O Conselho Superior de Polícia disponibilizará um repositório de decisões administrativas disciplinares.

Art. 79. As disposições de natureza processual desta Lei não retroagirão e serão aplicáveis imediatamente aos procedimentos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

Art. 80. A todas as Sindicâncias relacionadas a infrações disciplinares de menor potencial ofensivo que, na data de publicação desta Lei, estiverem pendentes de julgamento no Conselho Superior de Polícia, poderá ser celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta, sendo competente para tal o próprio Conselho Superior de Polícia, aplicando-se o previsto no Capítulo XIII desta Lei, no que cabível.

Art. 81. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

§ 1º Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

§ 2º A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

§ 3º Na contagem de prazo procedimental em dias, computar-se-ão somente os dias úteis.

Art. 82. Altera o art. 40 da Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 40. Ao policial civil nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão é facultado optar pelo vencimento/subsídio desse cargo ou pela percepção do subsídio e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa correspondente a 90% (noventa por cento) do valor do subsídio/vencimento do cargo em comissão respectivo.

Art. 83. O art. 75 da Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 75. Ao servidor policial civil, eleito para cargo eletivo, dirigente sindical ou representante de entidade de classe, afastado legalmente do cargo, é reconhecido o período de afastamento como exercício de função estritamente policial.

Art. 84. Os §§ 4º e 5º do art. 78 da Lei Complementar no 259, de 2 de julho de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

> § 4º Os Escrivães e Papiloscopistas, que se encontrem em estágio probatório na data da publicação desta Lei Complementar, serão reenquadrados no nível II, sujeitos a um período adicional de dois anos nesse nível, a contar do final do estágio probatório, para poderem concorrer à próxima promoção, não lhes aplicando a promoção por aquisição de estabilidade.
>
> § 5º Se do reenquadramento resultar na alocação, no nível inicial, de servidor ativo declarado estável até 1º de agosto de 2023, este será reenquadrado no nível II.

Art. 85. Acresce o art. 83A à Lei Complementar nº 259, de 2 de julho de 2023, com seguinte redação:

> Art. 83A. Excepcionalmente, às promoções por titulação para os níveis VI e X das carreiras de Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista e Agente de Operações Policiais, aplicam-se as seguintes regras:
>
> I - o Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Agente de Operações Policiais que até 31 de dezembro de 2026 completar dezenove anos ininterruptos de efetivo exercício em carreira da Polícia Civil do Estado do Paraná e preencha o requisito previsto na alínea "b" do inciso IV do art. 49 desta Lei Complementar, que ainda não se encontre no nível X, independente de interstício, nível que se encontre ou qualquer outro requisito, salvo as vedações do seu art. 60 e atendimento do requisito contido no inciso I do art. 47, será promovido para o nível X da respectiva carreira na promoção do mês de outubro de 2026.
>
> II - o Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Agente de Operações Policiais que até 31 de dezembro de 2026 completar onze anos ininterruptos de efetivo exercício na carreira da Polícia Civil do Estado do Paraná e preencha o requisito previsto na alínea "a", inciso IV, art. 49 desta Lei Complementar, independente de interstício, nível que se encontre ou qualquer outro requisito, salvo as vedações do seu art. 60 e atendimento do requisito contido no inciso I do art. 47, será promovido para o nível VI da respectiva carreira na promoção do mês de outubro de 2026.
>
> § 1º A partir do ano de 2027, a promoção por titulação para o nível X dos titulares dos cargos de Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Agente de Operações policiais, que tenham ingressado na Polícia Civil do Paraná até o ano de 2020, independente de interstício ou nível que se encontre, observará exclusivamente o preenchimento dos seguintes requisitos:
>
> I - conte com dezenove anos de efetivo exercício na respectiva carreira da Polícia Civil do Paraná;
>
> II - conclusão do curso previsto na alínea "b" do inciso IV do art. 49 desta Lei Complementar;
>
> III - atendimento do requisito previsto no inciso I do art. 47 desta Lei Complementar;
>
> IV - não incidente nas vedações do art. 60 desta Lei Complementar.
>
> § 2º Aplica-se às hipóteses de promoção por titulação do caput e § 1º deste artigo o contido no parágrafo único do art. 50 desta Lei Complementar.

Art. 86. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 87. Revoga os arts. 210 a 272 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982.

Palácio do Governo, em 3 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 20.598.662-6

31483/2024

Lei nº 21.895

3 de abril de 2024.

Assegura proteção de crianças e adolescentes a exposição/uso de telas digitais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Assegura proteção de crianças e adolescentes a exposição/uso de telas digitais.

§ 1º É dever da família, da sociedade e do Estado a promoção e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes no tocante a exposição/uso de telas digitais e acesso aos respectivos conteúdos, tais como redes sociais, serviços de *streaming* e programação audiovisual.

§ 2º Para fins desta Lei, serão adotados os conceitos e diretrizes estabelecidos no art. 227 da Constituição da República e nas Leis Federais nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 2º A família deve propiciar ambiente seguro para a criação e a educação da criança e do adolescente, apto a garantir seu desenvolvimento integral.

§ 1º Para atendimento do disposto no *caput* deste artigo, sem prejuízo de outras ações, a família tem o dever de promover e proteger os direitos das crianças e dos adolescentes relativos a exposição/uso de telas digitais e acesso aos respectivos conteúdos, podendo:

I - buscar:

a) informação sobre a importância do papel de mediador a ser exercido pelos pais e cuidadores quando da exposição e do acesso das crianças e dos adolescentes a telas digitais e conteúdos midiáticos;

b) atualização sobre as ferramentas de filtragem e bloqueio de conteúdos digitais;

II - observar a classificação indicativa dos conteúdos na informação prestada às famílias sobre a faixa etária para a qual obras audiovisuais não se recomendam.

§ 2º O Poder Público poderá fornecer aos pais e cuidadores informações constantes no § 1º deste artigo por meio de reuniões escolares, comunicados enviados junto ao boletim escolar, entre outras formas.

Art. 3º As entidades privadas que estejam relacionadas a oferecimento de conteúdo digital promoverão a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no tocante a exposição/uso de telas digitas e acesso aos respectivos conteúdos.

Parágrafo único. Caberá aos envolvidos enquadrados no *caput* deste artigo:

I - garantir o acesso adequado a conteúdos digitais para as crianças e os adolescentes com deficiência; e

II - evitar e combater toda forma de violência e discriminação praticadas ou propagadas pela *internet*, tais como o *cyberbullying* e a violência sexual.

Art. 4º O Estado, a fim de promover a proteção e a promoção dos direitos da criança e do adolescente no tocante a exposição/uso de telas digitais e acesso aos respectivos conteúdos, poderá:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - buscar implementar políticas públicas intersetoriais visando ao treinamento de profissionais vinculados às áreas da saúde, educação, assistência social e tecnologia sobre a exposição saudável das crianças e dos adolescentes às telas digitais e quais os perigos advindos da exposição precoce;

II - implementar políticas públicas que orientem o uso produtivo das telas digitais às crianças e aos adolescentes, de acordo com a faixa etária;

III - promover campanhas educativas sobre os riscos da exposição precoce e prolongado às telas digitais a todos os setores da sociedade;

IV - incentivar a produção científico-acadêmica sobre o tema, visando orientar os diversos setores da sociedade; e

V - fomentar práticas de responsabilidade social corporativa voltada à promoção e à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no tocante à exposição/uso de telas digitais e acesso aos respectivos conteúdos.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 3 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Evandro Araújo
Deputado Estadual

Prot. 21.867.952-8

31507/2024

Lei nº 21.896

3 de abril de 2024.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lord Riders Moto Clube - Rancho, com sede no Município de Cambira.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lord Riders Moto Clube - Rancho, com sede no Município de Cambira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 3 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Fabio Oliveira
Deputado Estadual

Prot. 21.893.999-6

31511/2024

Lei nº 21.897

3 de abril de 2024.

Concede o Título de Utilidade Pública à Rede Empresarial do Centro Histórico, com sede no Município de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Rede Empresarial do Centro Histórico, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 3 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Reichembach
Deputado Estadual

Prot. 21.894.028-5

31521/2024

Lei nº 21.898

3 de abril de 2024.

Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 3 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Reichembach
Deputado Estadual

Gugu Bueno
Deputado Estadual

Prot. 21.894.078-1

31525/2024

DECRETO Nº 5.339

Homologa situação de emergência no Município de Ouro Verde do Oeste em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Ouro Verde do Oeste, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 21.959.889-0,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 22, de 2 de abril de 2024, exarado pelo Prefeito de Ouro Verde do Oeste, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

31427/2024

DECRETO Nº 5.340

Nomeia LUIS FERNANDO SILVA MULLER, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.919.972-4,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, e acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, LUIS FERNANDO SILVA MULLER, RG nº 12.882.616-5, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná, do município de Astorga, ficando exonerada, a pedido, a partir de 18 de março de 2024, DAYANE MAYARA FERNANDES, RG nº 10.869.545-5.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31430/2024

DECRETO Nº 5.341

Nomeação de conselheiros representantes governamentais do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e em consonância com a Lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, e o contido no protocolo nº 21.827.119-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Com Deficiência – COEDE/PR, os seguintes representantes:

I – Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR:

Titular: LUIZ EDUARDO OKAZAKI, RG nº 1.972.681-9, em substituição à MARINA IELEN SPSILA, RG nº 6.490.996-7;

Suplente: MARI LUCIA VEIGA, RG nº 6.259.754-2, em substituição à LIZA MARIE FORTES, RG nº 8.644.838-6.

II – Secretaria de Estado da Saúde – SESA:

Suplente: DÉBORA DE FARIAS GUELFI WAIHRICH, RG nº 7.529.773-4, em substituição a IRAJÁ DE BRITO VAZ, RG nº 1.234.056-7.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

ROGÉRIO CARBONI
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

31432/2024

DECRETO Nº 5.342

Nomeação de membro para integrar o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.848.314-3,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia VYCTOR HUGO GUAITA GROTTI, RG nº 14.117.483-5, para integrar no Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, como membro titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública em substituição a CLÁUDIO MARQUES ROLIN E SILVA, RG nº 4.046.655-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

31434/2024

DECRETO Nº 5.343

Nomeação de GILMAR FRANCISCO NOGUEIRA MARCONDES, para exercer cargo em comissão da Casa Militar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo n° 21.908.623-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, GILMAR FRANCISCO NOGUEIRA MARCONDES, RG nº 5.698.397-0, para exercer em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-12, da Casa Militar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

MARCOS ANTONIO TORDORO
Chefe da Casa Militar

31435/2024

DECRETO Nº 5.344

Torna sem efeito a designação de GUSTAVO JOSÉ PICANÇO BAYER, efetivada pelo Decreto nº 5.191, de 14 de março de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.912.388-4,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a designação de GUSTAVO JOSÉ PICANÇO BAYER, RG nº 5.768.386-4, na função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-14, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, efetivada pelo Decreto nº 5.191, de 14 de março de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

31439/2024

DECRETO Nº 5.345

Torna sem efeito a nomeação de GUSTAVO SCHLINDWEIN, efetivada pelo Decreto nº 5.189, de 14 de março de 2024.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de GUSTAVO SCHLINDWEIN, RG nº 10.846.049-0, no cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná, no município de Capanema, efetivada pelo Decreto nº 5.189, de 14 de março de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31440/2024

DECRETO Nº 5.346

Nomeação de membro para integrar o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 21.906.127-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia FRANCISCO JAVIER RODRÍGUEZ TAYUPO, RNM Nº: F194706-I, para integrar no Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, como membro suplente da Cáritas Brasileira Regional Paraná, em substituição a MARCOS VINICIUS REGAZZO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

31453/2024

DECRETO Nº 5.347

Nomeação de representantes para a composição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o Decreto nº 2.405, de 15 de setembro de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado nº 21.906.189-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná, representantes da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I – ELIZABETH MASSIAS, RG n° 4.146.708-8, como membro Titular, em substituição à DULCE MARIA DAROLT, RG n° 913.191-4;

II – SHANNY MARA NEVES, RG n° 6.606.164-7, como membro Suplente, em substituição à ANDREIA MARIA SANSON CARAT, RG n° 3.501.360-1.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

31454/2024

DECRETO Nº 5.348

Nomeação de membro titular e suplente para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas com amparo no art. 25 da Constituição Federal, nos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo n° 21.907.455-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEDIPI/PR, as seguintes representantes da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa:

I - LARISSA MARSOLIK, RG nº 6.290.896-3, como titular, em substituição a ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA;

II - ADRIANA SANTOS DE OLIVEIRA, RG nº 6.614.510-7, como suplente, em substituição a GIZIANE RODRIGUES.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

31456/2024

DECRETO Nº 5.349

Nomeia ALEXSANDRO RODRIGO ROSINSKI LIMA, membro para integrar o Conselho Estadual de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 15 e seus parágrafos, do Código de Trânsito Brasileiro, a Resolução nº 688 de 15 de agosto de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, o contido no Regimento Interno do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e no Regimento Interno do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN, aprovado pelo Decreto nº 1.791, de 22 de junho de 2011, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.905.237-5,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, a partir de 19 de março de 2024, o Ten-Cel. QOPM ALEXSANDRO RODRIGO ROSINSKI LIMA, RG nº 5.002.697-3, para integrar o Conselho Estadual de Trânsito do Paraná – CETRAN/PR, como Conselheiro Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária do Estado – BPRV, ficando exonerado SÉRGIO AUGUSTO SILVA, RG nº 6.140.622-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31458/2024

DECRETO Nº 5.350

Nomeação de GIAN PAULO GUIN, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, GIAN PAULO GUIN, RG nº 6.096.381-9, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, da Casa Civil, a partir de 1º de abril de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31459/2024

DECRETO Nº 5.351

Exoneração de DIOGO SCAMPARINI, de cargo em comissão da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.900.530-0,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, a partir de 1º de abril de 2024, DIOGO SCAMPARINI, RG nº 10.233.576-7, do cargo, em comissão, de Assessor – Símbolo CCE-11, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

MAURO MORAES
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

31460/2024

DECRETO Nº 5.352

Nomeação de KETLEN CRISTINA DE OLIVEIRA, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, KETLEN CRISTINA DE OLIVEIRA, RG nº 7.177.366-3, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-9, da Casa Civil, ficando exonerada, a partir de 1º de abril de 2024, NERCI FERRARI, RG nº 3.613.263-9,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31468/2024

DECRETO Nº 5.353

Nomeação membros para integrar o Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 21.932.747-1,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, para integrar no Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, representantes da Secretaria de Estado da Cultura:
I - IGOR HALTER ANDRADE, RG nº 36.372.530-1, como membro titular, em substituição de DANILO PERES BUSS;
II - VICTOR HAVRO DE SÁ GREIN, RG nº 9.434.096-9, como membro suplente, em substituição de ELIETTI DE SOUZA VILELA.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

SANTIN ROVEDA
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

31545/2024

DECRETO Nº 5.354

Nomeação de PRISCILA PINHEIRO, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.896.226-2,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 19 de março de 2024, PRISCILA PINHEIRO, RG nº 6.255.411-8, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Técnico de Núcleo de Recursos Humanos Setorial – Símbolo – CCE-9, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, ficando exonerada, a partir de 18 de março de 2024, CHRISTIANE VIEIRA SCHEIDT, RG nº 4.807.222-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

31474/2024

DECRETO Nº 5.355

Nomeação de CHRISTIANE VIEIRA SCHEIDT, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.891.658-9,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, CHRISTIANE VIEIRA SCHEIDT, RG nº 4.807.222-4, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-7, da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 19 de março de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

RICARDO BARROS
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

31477/2024

DECRETO Nº 5.356

Exonera ANDRÉ LUIZ ALVES MIGUEL, da Função de Desenvolvimento Rural do IAPAR-EMATER.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.934.702-2,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 1º de abril de 2024, ANDRÉ LUIZ ALVES MIGUEL, RG nº 10.096.553-4, da Função de Desenvolvimento Rural de Coordenador Estadual de Programas e Projetos – Símbolo FDR-2, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

31478/2024

DECRETO Nº 5.357

Nomeação de JOSÉ MARCOS APARECIDO MATIAS, para cargo em comissão da Casa Militar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.913.122-4,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ MARCOS APARECIDO MATIAS, RG nº 4.370.549-0, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-14, da Casa Militar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

MARCOS ANTONIO TORDORO
Chefe da Casa Militar

31479/2024

DECRETO Nº 5.358

Nomeação de ANACLETO BASSO, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ANACLETO BASSO, RG nº 3.556.490-0, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Ciretran Categoria C – Símbolo CCE-11, do Departamento de Trânsito do Paraná, no Município de Dois vizinhos, ficando exonerado, a partir de 1º de abril de 2024, OSMAR AGOSTINHO CAMARGO, RG nº 6.388.915-6.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31481/2024

DECRETO Nº 5.359

Transfere cargo de provimento em comissão da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa para a Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Transfere da estrutura organizacional da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa para a Casa Civil, um cargo de provimento em comissão de Assessor – Símbolo CCE-6.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

31482/2024

DECRETO Nº 5.360

Nomeação de MUNIR RODRIGUES DOS SANTOS, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MUNIR RODRIGUES DOS SANTOS, RG nº 5.989.273-8, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-6, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31484/2024

DECRETO Nº 5.361

Exoneração de EDELANO ROHERS de cargo em comissão da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.947.620-5,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 31 de março de 2024, EDELANO ROHERS, RG nº 5.636.393-5, do cargo, em comissão, de Assessor – Símbolo CCE-6, da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

31486/2024

DECRETO Nº 5.362

Nomeação de Coordenador Executivo e membros da Comissão do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

considerando o disposto no §2º do art. 5º da Lei nº 17.547, de 17 de abril de 2013, e o contido protocolado nº 21.645.877-0,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura – COMPELLL, será integrada por quinze membros e seus respectivos suplentes, a seguir nominados:

I - dois representantes da Secretaria de Estado da Cultura:

a) Titulares: SÉRGIO MIGUEL, RG nº 14562648 e BRUNO JOSÉ LEONARDI, RG nº 84827436;

b) Suplentes: LIDIAMARA ALVES DA ROSA GROSS, RG nº 42392944 e MÁRCIA REGINA BUENO DE OLIVEIRA GATTI, RG nº 13608296;

II - dois representantes da Secretaria de Estado da Educação:

a) Titulares: CASSIANA DE SOUZA, RG nº 66706788 e VIVIANE FARIA MACHADO, RG nº 76180202;

b) Suplentes: ANGÉLICA MAYARA GONÇALVES RODRIGUES, RG nº 90934007 e CAMILA FLÁVIA FERNANDES ROBERTO, RG nº 5.816.969-2;

III - dois representantes da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

a) Titulares: RENE VAGNER RAMOS, RG nº 70913305 e ISABEL CRISTINA MODESTO PEREIRA DA SILVA, RG nº 31591791;

b) Suplentes: JOSÉ MAIA, RG nº 11539734 e DINEIA ALVES DE FREITAS, RG nº 41369604;

IV) um representante da Secretaria de Estado da Comunicação Social:

a) Titular: ALEXANDRE EUSTACHIO LIMA, RG nº 7.815.186-2 e Suplente: CRISTIANE DA CRUZ, RG nº 5.638.972-5;

V - um representante indicado pela sociedade civil com notório conhecimento literário:

a) Titular: MARTA MORAIS DA COSTA, RG nº 460586 e Suplente: LUCI MARIA DIAS COLLINN, RG nº 34916578;

VI - um representante indicado pela sociedade civil com atuação na área de mediação de leitura:

a) Titular: LILIA MARIA MACHADO SOUZA, RG nº 12.640.263-5 e Suplente: MARIA MADALENA FERRANTE PIZZATTO, RG nº 354159/GO;

VII um representante dos escritores domiciliados no Paraná indicado pela Academia Paranaense de Letras:

a) Titular: GUIDO VIARO, RG nº 39636972 e Suplente: ADELIA MARIA WOELLNER, RG nº 322801-0;

VIII - um membro indicado pela entidade representativa das editoras de livros sediadas no Estado do Paraná:

a) Titular: RICHARD ROCHA FELLER, RG nº 47997631 e Suplente: CLEBER FABIANO DA SILVA, CPF nº 01774635976;

IX - um membro indicado pela entidade representativa das livrarias e/ou distribuidoras sediadas no Estado do Paraná:

a) Titular: RUTE INES PEDRI, RG nº 40873805 e Suplente: ELGA MARIA PIEDRI, RG nº 33251610;

X - um representante indicado pelo Sistema S (SESI, SENAC, SESC E SENAI):

a) Titular: LIDIANE CRISTINE GALVAN, RG nº 99603356, Diretora de Educação, Cultura e Ação Social SESC-PR e Suplente: MARIAH FANK, RG nº 143747204, Gerente de Cultura SESC-PR.

§1º Os membros da COMPELLL terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§2º As decisões da COMPELLL serão aprovadas por maioria absoluta de seus membros.

§3º Os membros da COMPELL não receberão qualquer remuneração pelo desempenho de suas atividades, sendo consideradas como relevantes serviços prestados ao Estado.

§4º As normas de organização e funcionamento da COMPELLL serão estabelecidas em seu Regimento Interno, a ser homologado pelo Secretário de Estado da Cultura e Secretário de Estado da Educação, por meio de Resolução Conjunta.

§5º As reuniões serão mensais, a partir da publicação em Diário Oficial.

§6º Cronograma de ações: determinação de eixos e diretrizes a serem tomadas a partir da primeira reunião, bem como, organização e elaboração do Regimento Interno.

Art. 2º Nomeia LUIZ FELIPE LEPREVOST, RG nº 7.070.597-4, como coordenador executivo da COMPELLL.

Art. 3º As atividades da COMPELLL devem observar as previsões da Lei nº 17.547, de 17 de abril de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

31487/2024

DECRETO Nº 5.363

Nomeações do Departamento de Trânsito do Paraná e da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, JULIANO DA SILVA FLORENTINO ALVES, RG nº 15.592.156-0, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Posto – Símbolo CCE-11, do Departamento de Trânsito do Paraná, no município de Sarandi, ficando exonerado, a partir de 1º de abril de 2024, a pedido, JOSE ANGELO SALGUEIRO DA SILVA, RG nº 3.871.874-6.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, JHENIFER LORRANY, RG nº 10.893.547-2, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-10, da Casa Civil, ficando exonerado JULIANO DA SILVA FLORENTINO ALVES, RG nº 15.592.156-0.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31489/2024

DECRETO Nº 5.364

Exonera HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI, de cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.935.961-6,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, a partir de 3 de abril de 2024, HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI, RG nº 8.407.352-0, do cargo, em comissão, de Chefe de Ciretran Categoria C – Símbolo CCE-11, do Departamento de Trânsito do Paraná, do município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31491/2024

DECRETO Nº 5.365

Designação de ROBERTA GARBELINI GOMES ZANIN, para Função de Desenvolvimento Rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.914.355-9,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com a Lei nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019, ROBERTA GARBELINI GOMES ZANIN, RG nº 14.661.790-5, para exercer Função de Desenvolvimento Rural de Coordenador Regional de Projetos - Símbolo FDR-5, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, a partir de 1º de abril de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

31496/2024

DECRETO Nº 5.366

Nomeação de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo n° 21.877.401-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná – CEDM/PR, como representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

I - LUCIANA DE NOVAES, RG nº 3.923.070-4, como conselheira titular, em substituição a ALCILENY ADRIANA DA CUNHA ARTIGAS, RG n° 4.265.054;

II - CAROLINA PAULETO FERRAZ ZANCAN, RG nº 6.540.565-2, como Conselheira Suplente, em substituição a ALESSANDRA ANTUNES DO PRADO RG n° 12.518.535-5.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

31498/2024

DECRETO Nº 5.367

Nomeações para cargos em comissão do Departamento de Estradas de Rodagem.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.869.419-5,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem, em comissão, cargos do Departamento de Estradas de Rodagem:

PRISCILA GIRON MACHADO, RG nº 6.382.669-3, Assessor – Símbolo CCE-10, ficando exonerado SÉRGIO VILLAÇA KOCH FILHO, RG nº 4.946.208-5;

IZABELLA MARIA GEMIN KLASSEN, RG nº 5.444.220-3, Assessor – Símbolo CCE-11, ficando exonerada PRISCILA GIRON MACHADO, RG nº 6.382.669-3.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

SANDRO ALEX
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

31500/2024

DECRETO Nº 5.368

Nomeação de ATHOS SERGIO BARRETO JUNIOR, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.926.928-5,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ATHOS SERGIO BARRETO JUNIOR, RG nº 04081813388, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor - Símbolo CCE-5, da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 1º de abril de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

RICARDO BARROS
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

31503/2024

DECRETO Nº 5.369

Nomeação de ANDERSON HUBNER, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.948.654-5,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ANDERSON HUBNER, RG nº 8.460.738-0, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor - Símbolo CCE-4, da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, ficando exonerada, a pedido, LÍGIA FRANCO DE BRITO DE LARA, RG nº 6.217.480-3, a partir de 1º de abril de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

RICARDO BARROS
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

31505/2024

DECRETO Nº 5.370

Exoneração de YAREMA SPEJORIM de cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera YAREMA SPEJORIM, RG nº 7.827.904-4, do cargo, em comissão de Assessor – Símbolo CCE-12, da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31508/2024

DECRETO Nº 5.371

Nomeação de IRANIL DOS SANTOS JUNIOR, para cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, IRANIL DOS SANTOS JUNIOR, RG nº 6.414.784-6, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor - Símbolo CCE-10, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31510/2024

DECRETO Nº 5.372

Exonerações de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Educação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera os seguintes ocupantes de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Educação:

CYNTHIA DUARTE, RG nº 4.660.666-3, Assessor – Símbolo CCE-10;

LUIZ ANTONIO FERNANDES, RG nº 354.267-3/MG, Assessor – Símbolo CCE-13;

LEONARDO HENNING, RG nº 15.415.245-8, Assessor – Símbolo CCE-7.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

31512/2024

DECRETO Nº 5.373

Exoneração de CAMILLE SPEJORIM CORDEIRO de cargo em comissão da Casa Civil .

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera CAMILLE SPEJORIM CORDEIRO, RG nº 6.454.285-0, do cargo, em comissão, de Assessor – Símbolo CCE-3, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR — Governador do Estado
JOÃO CARLOS ORTEGA — Chefe da Casa Civil

31514/2024

DECRETO Nº 5.374

Nomeação de membros titular e suplente para o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87, da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 21.858.964-2,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETA:

Art. 1° Nomeia JOCIANE JULIANA LINO SILVA, RG n° 7.139.984-2, para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná – CEDM/PR, como suplente, representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família à LAURITA MENJON DA SILVA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

31516/2024

DECRETO Nº 5.375

Homologa situação de emergência no Município de Pato Branco em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Pato Branco, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 21.960.977-9,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 9.871, de 2 de abril de 2024, exarado pelo Prefeito de Pato Branco, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 3 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

31517/2024

Despachos do Governador

DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

19.450.555-8/22 - 1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 19.450.555-8**, e considerando a inexistência de qualquer ilegalidade ou irregularidade no processo administrativo disciplinar, **CONHEÇO**, nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 20656/2021, do recurso apresentado por **RAUL VENANCIO DE FREITAS**, RG: 10.024.037-8, por atender aos pressupostos de admissibilidade, e no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, *destacando ainda:* que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados no processo disciplinar e motivadamente afastados pela comissão processante; que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; a importância social das atividades exercidas pelos professores, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à SEED. Em 11/03/2024 (Enc. Proc. à SEED).
(REPRODUZIDO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO – Nº DO RG).

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

21.874.432-0/24 - 1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 21.874.432-0, AUTORIZO**, nos termos do art. 3º, do Decreto nº 2428/2019, o afastamento do servidor PAULO AFONSO SCHMIDT, RG nº 1.225.223-4, para integrar a Comitiva que irá à Suécia e à Áustria, com o objetivo de conhecer a promoção de construções sustentáveis como foco especial em técnicas e matérias, destacando a utilização de madeira engenheirada, no período de 06/04/2024 a 14/04/2024. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. **3. PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 27.03.2024. (Enc. Proc. à SETI).
(REPRODUZIDO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO – Nº DO RG e DATA VIAGEM).

GOVERNADORIA

21.770.654-8/24 1. De acordo com os elementos constantes n**o PROTOCOLO Nº 21.770.654-8, AUTORIZO,** nos termos do art. 3º, do Decreto nº 2428/2019, o afastamento dos servidores abaixo relacionados, para participarem do Treinamento HAZMAT (Produtos Perigosos) Nível Operacional Avançado, a ser realizado na cidade de Pueblo, Colorado, Estados Unidos, no período de 29/04/2024 a 03/05/2024. FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG, RG: 4.575.826-2, DANIEL LORENZETTO, RG: 6.881.355-7 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 18/03/2024 (Enc. Proc. à CEDEC).
(REPRODUZIDO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO – DATA VIAGEM).

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

19.912.031-0/23 - 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 19.912.031-0**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face de JOSÉ AILTON DE FARIA ROGANTE, inscrita no CPF n.º 028.769.089-05, visando apurar possível descumprimento no certame licitatório, leilão eletrônico nº 08/2022. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 12.03.2024. (Enc. Proc. à SEAP).
(REPRODUZIDO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO – nº CPF).

31597/2024

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

CASA CIVIL

20.810.808-5/24 - OBJETO Contratação de serviços técnicos especializados no desenvolvimento e execução de projeto de Ensino, Pesquisa, Gestão e Governança, conforme disposto no Termo de Referência. **JUSTIFICATIVA** Atendimento de demanda da Casa Civil para cumprimento dos apontamentos dispostos no Relatório de Fiscalização nº 16-B/2020 da 5ª Inspetoria de Controle Externo – ICE do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), que detalhou a necessidade de implementação de governança organizacional na Casa Civil, com foco na implementação de boas práticas de liderança, estratégia e controle, que representam os elementos básicos da governança e mostram a capacidade do órgão/entidade gerar resultados e de prestar os serviços de interesse da sociedade

com qualidade. **AMPARO LEGAL** Art. 74, III, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR DA CONTRATAÇÃO** R$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais). De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 20.810.808-5**, e atendidas as recomendações contidas na Informação nº 099/2024 – AT-GAB/PGE (mov. 74), **AUTORIZO**, nos termos do art. 4º, XV, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c art. 149, do Decreto nº. 10.086/2022, a contratação direta da **FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA – FAPEC,** CNPJ/MF sob o nº 15.513.690/0001-50. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Núcleo Administrativo Setorial para as demais providências. EM 03/04/2024 (Enc. Proc. à CC/NAS).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

21.957.363-4/24 - 1.De acordo com elementos constantes no PROTOCOLADO nº 21.957.363-4, **EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 14, §1º, III, do Decreto nº 2.428/2019, visando atender as necessidades da Secretaria da Educação, especificamente retratada no caderno administrativo. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. PUBLIQUE-SE. Em 03/04/24. (Enc. proc. à SEED).

31515/2024

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 642

Designa IRANIL DOS SANTOS JUNIOR para exercer suas atividades junto ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor IRANIL DOS SANTOS JUNIOR, RG Nº 6.414.784-6, nomeado pelo Decreto nº 5.371, de 3 de abril de 2024, na Casa, para exercer suas atividades junto ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31641/2024

RESOLUÇÃO nº 643

Designa ANDRE LUIZ SOUZA para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 21.863.012-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor ANDRE LUIZ SOUZA, RG nº 8.386.773-6, nomeado pelo Decreto nº 69, de 5 de janeiro de 2023, na Secretaria de Estado da Educação – SEED e reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31519/2024

RESOLUÇÃO nº 644

Designa JOED SILVA DOS SANTOS para exercer suas atividades junto à Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 21.958.440-7,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor JOED SILVA DOS SANTOS, RG nº 5.439.985-5, nomeado pelo Decreto 5.102, de 7 de março de 2024, na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, para desempenhar, até 31 de dezembro de 2024, suas atividades junto à Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31522/2024

RESOLUÇÃO nº 645

Designa GIAN PAULO GUIN para exercer suas atividades junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor GIAN PAULO GUIN, RG nº 6.096.381-9, nomeado pelo Decreto nº 5.350, de 3 de abril de 2024, na Casa Civil, para exercer, a partir do dia 1º de abril de 2024, suas atividades junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31523/2024

RESOLUÇÃO nº 646

Designa KETLEN CRISTINA DE OLIVEIRA para exercer suas atividades junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN 41ª CIRETRAN – Assis Chateaubriand

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora KETLEN CRISTINA DE OLIVEIRA, RG nº 7.177.366-3, nomeada pelo Decreto nº 5.352, de 3 de abril de 2024, na Casa Civil, para exercer suas atividades junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN 41ª CIRETRAN – Assis Chateaubriand.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

31524/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN

PORTARIA N.º 373/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.690.538-5, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa ILONIR BREMSTROPP ZANOTTO LTDA, CNPJ nº 48.850.541/0001-35, representada por seu Despachante Documentalista ILONIR BREMSTROPP ZANOTTO, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 045.758.559-52, sob a matrícula nº 189026-3 para o exercício da função de Despachantes Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30336/2024

PORTARIA N.º 385/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.428.303-4, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa SANDRO LUIS RAVELLICAVALINE SERVIÇOS, CNPJ nº 24.59.974/0001-48, representada pelos por seu Despachante Documentalista SANDRO LUIS RAVELLI CAVALINE, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 635.655.609-91, sob a matrícula nº 173014-2, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº 1573/2023, de 20 de dezembro de 2023, convalidando os atos praticados pelo Despachante Documentalista.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

29624/2024

PORTARIA N.º 387/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.719.398-2, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. ALEXSANDRO NASSIF, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 051.266.299-13, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, sob a matrícula nº 544022-0.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30353/2024

Diário OFICIAL Paraná

PORTARIA N.º 388/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.754.660-5, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa VOLDISNEI KRISANOWSKI BARBOSA - DESPACHANTE, CNPJ nº 35.548.318/0001-96, representada por seu Despachante Documentalista VOLDISNEI KRISANOWSKI BARBOSA, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 561.912.609-97, sob a matrícula nº 101399-8, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

29621/2024

PORTARIA N.º 405/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.888.183-1, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa EDEMILSON DE SA PARDINHO, CNPJ nº 28.751.057/0001-41, representada por seu Despachante Documentalita EDEMILSON DE SA PARDINHO, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 866.959.679-20, sob a matrícula nº 815029-0, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30360/2024

PORTARIA N.º 407/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.887.442-8, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa DANIEL LUIZ CORSATO DESPACHANTE LTDA, CNPJ nº 45.010.070/0001-69, representada por seu Despachante Documentalista DANIEL LUIZ CORSATO, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 050.560.109-52, sob a matrícula nº 540013-9, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30337/2024

PORTARIA N.º 409/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.816.200-2, resolve:

HABILITAR
Art. 1º. A empresa CELSONIR QUEDNAU DESPACHANTE, CNPJ nº 29.710.197/0001-34, representada por seu Despachante Documentalista CELSONIR QUEDNAU, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 495.806.209-20, sob a matrícula nº 1662013-0, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30354/2024

PORTARIA N.º 410/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.814.189-7, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa ZORAYA BESSA MOREIRA, CNPJ nº 49.368.218/0001-92, representada por sua Despachante Documentalista ZORAYA BESSA MOREIRA, portadora do Cadastro de Pessoa Física nº 166.836.172-87, sob a matrícula nº 203048-9, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30358/2024

PORTARIA N.º 414/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.810.914-4, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. JOSÉ KAZUHIKO TSUSAKI, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 013.648.639-87, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, sob a matrícula nº 712026-5.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30342/2024

PORTARIA N.º 415/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.834.891-2, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa HUKSYLEY MULATO DA SILVA DESPACHANTE, CNPJ nº 42.688.596/0001-04, representada pelo seu Despachante Documentalista HUKSYLEY MULATO DA SILVA, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 812.892.519-91, sob a matrícula nº 1333026-3, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30344/2024

PORTARIA N.º 418/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.844.856-9, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa EDER DESPACHANTE LTDA, CNPJ nº 47.008.549/0001-96, representada pelo seu Despachante Documentalista LUCAS DA COSTA, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 104.576.569-48, sob a matrícula nº 1448015-3, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30347/2024

PORTARIA N.º 419/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.908.454-4, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. SANDRO DANIEL DE SENE, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 050.946.889-60, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, sob a matrícula nº 424025-1.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30361/2024

PORTARIA N.º 421/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.838.408-0, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa JOÃO EDSON ASSUNÇÃO, CNPJ nº 36.712.884/0001-54, representada pelo seu Despachante Documentalista JOÃO EDSON ASSUNÇÃO, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 640.193.149-34, sob a matrícula nº 173006-1, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30348/2024

PORTARIA N.º 426/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.844.451-2, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. DOUGLAS HENRIQUE MACHADO DOS SANTOS, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 092.561.619-23, para o exercício da função de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, sob a matrícula nº 189022-0.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30352/2024

PORTARIA N.º 433/2024-DP

O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e conforme as disposições contidas no artigo 22, inciso X da Lei n.º 9503, de 23 de setembro de 1997, e na Resolução n.º 789, de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e protocolo n.º 21.609.769-6, resolve:
ALTERAR
Art. 1º - O endereço do CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES HAUER LTDA , Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 04.993.148/0001-25, para Rua Doutor Julio Cesar Ribeiro de Souza, nº 557, Bairro Hauer – Curitiba/PR – CEP 81610-120.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Datado e Assinado Eletronicamente
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

29618/2024

PORTARIA N.º 437/2024- DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e conforme as disposições contidas no artigo 22, inciso X da Lei nº 9503 de 23 de setembro de 1997 e na Resolução nº 789 de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, resolve:
Art. 1º - Credenciar, conforme Protocolo Integrado n.º 21.297.962-7 - DETRAN/PR, a empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES ALTERNATIVA LTDA, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ N.º 52.649.550/0001-30, com sede na Rua José Basílio de Oliveira, nº 420 – Bairro Centro – Palmital/PR, para o exercício das atividades inerentes à formação de candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, na Classificação A/B (teórico/prático), após o competente registro junto à Coordenadoria de Gestão e Serviços do DETRAN/PR.
Art. 2º - O funcionamento da empresa Centro de Formação de Condutores Alternativa Ltda., fica condicionado a classe e período estabelecido no Certificado de Renovação do Credenciamento, expedida pela Coordenadoria de Gestão e Serviços deste Departamento.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4° - Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

30341/2024

PORTARIA N.º 447/2024-DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e conforme as disposições contidas no artigo 22, inciso X da Lei n.º 9503, de 23 de setembro de 1997, e na Resolução n.º 789, de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e protocolo n.º 21.088.908.6, resolve:
CANCELAR
Art. 1º - Por inatividade, o credenciamento do CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES PILOTO F1 LTDA. Com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 82.483.975/0002-63, credenciado para o Município de Curitiba/PR.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado eletronicamente*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR.

29620/2024

PORTARIA N.º 453/2024-DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e conforme as disposições contidas no artigo 22, inciso X da Lei n.º 9503, de 23 de setembro de 1997, e na Resolução n.º 789, de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e protocolo n.º 21.393.743-0, resolve:
CANCELAR
Art. 1º - Por inatividade, o credenciamento do CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES K BRUM LTDA. Com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 10.950.872/0001-74, credenciado para o Município de Colombo/PR.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Cumpra-se obedecendo as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado eletronicamente*
Adriano Marcos Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR.

29619/2024

Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 049/2024-PGE

Designa Procurador do Estado para substituir durante licença paternidade e férias regulamentares do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria da dívida Ativa.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **RODRIGO TOURINHO DANTAS**, RG 13.541.008-0, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procurador-Chefe da Procuradoria da Dívida Ativa, durante 35 (trinta e cinco) dias, no período de 24/03/2024 a 27/04/2024, referente a licença paternidade e férias do exercício de 2022, do titular, Procurador do Estado Luciano de Quadros Barradas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

REPUBLICADA POR ALTERAÇÃO.

Curitiba, 07 de março de 2024.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

30404/2024

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 4918 01/04/2024

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
218276636	ANI MARIA DA SILVA VERONEZI	46422236	1	SEED	
219142617	BEATRIZ APARECIDA TARELHO	50090205	1	SEED	
218576850	IZAURA MARIA CEOLATO	38201875	1	SEED	
217716071	JOYCE RICKLI SANTANA DE OLIVEIRA	42688398	1	SEED	
219067917	LURDES VON MUHLEN	39574306	1	SEED	
217510538	MARCIA DE SOUZA AVILA	42740322	1	SEED	
218193803	NEUSA KUK	45900878	1	SEED	

30007/2024

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4886

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ADRIANA NOVAK ORGAO: SEED
R.G.: 2.011.744-3 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.025/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.223,92(Três Mil, Duzentos e Vinte e Três Reais e Noventa e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 124-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.043.727-4

NOME: TEREZINHA CUNHA PEREIRA ORGAO: SEED
R.G.: 1.100.250-1 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, §§ 1°, Inciso III alínea A e 8°, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.012/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.214,78(Dois Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Setenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 101-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 20.936.263-5

CURITIBA, 26 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4887

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ROSA MARIA ANTUNES TEIXEIRA DE MORAES ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 5.530.055-0 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 1
MEDICO
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3°, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05.
Lei 18136/14, art. 4°, inc. I, Lei 21585/23, art. 4°
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 18136/14, art. 4°, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.007/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 24.444,29(Vinte e Quatro Mil, Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais e Vinte e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 30-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.506.184-1

NOME: ELIZETE APARECIDA GIACOMINI ORGAO: SEED
R.G.: 4.464.148-8 CARGO: Professor LF: 39
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.017/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.405,85(Três Mil, Quatrocentos e Cinco Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 50-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.218.555-8

CURITIBA, 26 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4888

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANDREIA APARECIDA FERREIRA DE PAULA ORGAO: SEED

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

R.G.: 4.533.103-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.002/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.048,24(Quatro Mil e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 107-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.364.894-2

NOME: EDMEA MARIZA LOPES FORISTIERI ORGAO: SEED
R.G.: 1.021.318-5 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.009/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.830,23(Seis Mil, Oitocentos e Trinta Reais e Vinte e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 51-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 20.900.395-3

CURITIBA, 26 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4889

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: LUCIA LOSS ORGAO: SEED
R.G.: 3.090.625-0 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.014/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.340,26(Oito Mil, Trezentos e Quarenta Reais e Vinte e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 57-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.498.993-0

NOME: CACILDA FILUS ORGAO: SEED
R.G.: 3.811.471-9 CARGO: Professor LF: 91
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, §§ 1°, Inciso III, alínea A e 8°, c/c com o § 5° do mesmo Artigo, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.030/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.137,72(Cinco Mil, Cento e Trinta e Sete Reais e Setenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 88-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.294.527-7

CURITIBA, 26 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 4890

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CLAUDIO MONTEIRO DA SILVA ORGAO: PMPR
R.G.: 5.861.459-9 CARGO: 3°. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Proporcional (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, inciso I e parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 136.999/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.699,68(Sete Mil, Seiscentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 34-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 21.790.083-2

CURITIBA, 26 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

29633/2024

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 4891
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ODAIR MIGUEL GOTTSELIG ORGAO: CBMPR
R.G.: 5.081.789-0 CARGO: 3° Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Proporcional (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, inciso I e parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.EC n.° 53, de 14/12/2022
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 136.997/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.985,60(Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Sessenta Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 21.621.996-1

CURITIBA, 26 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

29630/2024

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4907
O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: SANDRA CRISTINA TORRES FERNANDES DA SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 5.169.550-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.047/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.654,68(Cinco Mil, Seiscentos e Cinqüenta e Quatro Reais e Sessenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 112-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 20.446.899-0

NOME: ELZA APARECIDA HOFER VIRISSIMO ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 8.497.580-0 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 1
ENFERMEIRO
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, §§ 1°, Inciso III alínea A e 8°, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.028/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.986,90(Sete Mil, Novecentos e Oitenta e Seis Reais e Noventa Centavos)
CALCULOS A FL. 59-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.413.944-8

CURITIBA, 27 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4908

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARLENE PIACESKI HOLOVATI ORGAO: SEED
R.G.: 3.990.182-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 3°, incisos II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05 c/c Decisão Judicial autos nº 1.122.295-6 - TJ.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.023/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 18.514,48(Dezoito Mil, Quinhentos e Quatorze Reais e Quarenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 74-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.532.010-3

NOME: GENI APARECIDA ALVES FERREIRA DO AMARAL ORGAO: SEED
R.G.: 7.896.917-2 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC nº 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 10 EC 45/19 c/c art. 26, §§ 1°, 2° e 6° da EC 103/19
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.039/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 1.470,26(Um Mil, Quatrocentos e Setenta Reais e Vinte e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 103-PRPREV. Prop. 28/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 21.029.985-8

CURITIBA, 27 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4909

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARIA ISABEL GARCIA RIBEIRO ORGAO: SEED
R.G.: 3.424.833-8 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6°, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5° do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2° da Emenda Constitucional nº 47/05.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.026/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.414,88(Sete Mil, Quatrocentos e Quatorze Reais e Oitenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 84-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.451.307-2

NOME: ROSANI MARIA ELY WEISSHEIMER ORGAO: SEED
R.G.: 5.176.439-0 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 3°, incisos II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05 c/c Decisão Judicial autos nº 1.122.295-6 - TJ.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.032/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.044,03(Sete Mil e Quarenta e Quatro Reais e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 58-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.609.765-3

CURITIBA, 27 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4910

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARISTELA SARDA GOMES ORGAO: SEED
R.G.: 3.353.518-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o § 5º do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2º
LC 103/04, art.22, § 3º
LC 103/04, ART.29, § 2º
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.043/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.122,81(Dez Mil, Cento e Vinte e Dois Reais e Oitenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 74-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.372.229-8

NOME: ROSELY DAL MOLIN ORGAO: SEED
R.G.: 5.019.754-9 CARGO: Professor LF: 2
Professor

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.031/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.346,87(Nove Mil, Trezentos e Quarenta e Seis Reais e Oitenta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 42-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.624.940-2

CURITIBA, 27 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

29631/2024

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 4911

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: DIACIR NAUMANN REICHERT ORGAO: CBMPR
R.G.: 5.538.937-3 CARGO: 3° Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Integral (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, inciso I e parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.EC n.° 53, de 14/12/2022
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.033/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.271,54(Oito Mil, Duzentos e Setenta e Um Reais e Cinqüenta e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 33-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 21.222.617-3

CURITIBA, 27 DE MARÇO DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

29629/2024

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 4917 01/04/2024

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
BRUNO CASADEI DA MOTA	162482980	1	NAUNICA	21.902.944-6	20/03/2024	SESP
SILVIO BENITEZ	40861777	54	NII09	2193561188	27/03/2024	SEED
SILVANI APARECIDA CRIVELARO BATISTA	62958049	3	NIII04	218073123	29/02/2024	SEED
ALICE MARIA DE SOUZA LOURENCO	89890721	2	NII07	218931812	02/02/2024	SEED
TATIANE APARECIDA GONCALVES MENECHINE	98381589	2	NII07	218803148	02/03/2024	SEED

30009/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 4899

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
21.866.829-1	NILSON MAGAGNIN FILHO	UEL
21.843.924-1	MARCELA MARIA BARACAT	UEL
21.862.148-1	ROSANA TORREZAN	UEM
21.876.395-2	GERALDO JOSE DOS SANTOS	UEM
21.896.982-8	ARILSON ALBORGHETTI	SESP

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4900

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a CIRENE DOS SANTOS CHANAN, R.G 1.404.153-2., LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário, UEL, de acordo com o Artigo 4º, incisos I a V, §6º, inc. I, e §7º, inc. I da Emenda Constitucional 45/2019; Lei 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II; Lei 10692/93, art. 13 c/c Lei 17382/12, art. 13 inc. IV, § 5º; Lei 15050/06, art. 29, c/c e Lei 17382/12, art. 13. Valor dos proventos R$ 5.960,38 (Cinco mil, novecentos e sessenta reais e trinta e oito centavos). Cálculos de fls. 78 – PRPREV.
Protocolo nº 20.461.926-3.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4901

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a CARLOS VIEIRA, R.G 4.754.827-6, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário, UEM, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2º, inc. I, e §3º, inc. I da Emenda Constitucional 45/2019; Lei 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II; Lei 15050/06, art. 29 c/c e Lei 17382/12, art. 13. Valor dos proventos R$ 6.619,33 (Seis mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e três centavos). Cálculos de fls. 33 – PRPREV.
Protocolo nº 21.642.063-2.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4902

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de IRENE ANTUNES OLGADO, R.G. nº 1.842.864-4, LF 01, Promotor de Saúde Fundamental, FUNSAÚDE, conforme cálculo de fls. 21 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 7.008,27 (Sete mil e oito reais e vinte e sete centavos). Efeitos financeiros a partir de 01/06/2023.
Protocolo nº 19.778.533-0.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4903

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de MARIA ELIAS, R.G. nº 5.521.680-0, LF 01, Promotor de Saúde Fundamental, FUNSAÚDE, conforme cálculo de fls. 26 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 7.648,00 (Sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais). Efeitos financeiros a partir de 01/06/2023.
Protocolo nº 20.003.468-6.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4904

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de ZELIA CARDOSO DOS SANTOS, R.G. nº 4.139.292-4, LF 01, Promotor de Saúde Fundamental, FUNSAÚDE, conforme cálculo de fls. 21 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 6.771,70 (Seis mil, setecentos e setenta e um reais e setenta centavos). Efeitos financeiros a partir de 01/05/2023.
Protocolo nº 19.811.687-4.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4905

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de SANDRA MARIA DE OLIVEIRA, R.G. nº 4.885.904-6, LF 02, Professor, SEED, alterando o embasamento legal do benefício para art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional 41/03 c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional 47/05, conforme cálculo de fls. 18 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 6.385,49 (Seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos). Efeitos financeiros na data do protocolo.
Protocolo nº 20.273.986-5.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 4906

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de JANE CECILIA KRELING CERANTOLA, RG. nº 4.109.053-7, LF 01, Agente Universitário, UEL, em cumprimento de ordem judicial autos nº 0041757-91.2012.8.16.0014, conforme cálculo de fls. 55 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 11.692,43 (Onze mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos).
Protocolo nº 21.460.868-5.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4913

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a ELZA KIMURA GRIMSHAW, R.G. nº 6.423.687-3, LF 01, UEM, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97 e Lei 19594/18, art. 5º; Lei 11713/97, art. 16 c/c Lei 14825/05, art. 3º; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 10692/93, art. 13; Lei 14825/05, art. 7º e Decreto 7154/04; Lei 10692/93 art. 13 c/c Lei 17382/12, art. 13, inc. IV, §5º. Valor dos proventos R$ 26.620,14 (Vinte e seis mil, seiscentos e vinte reais e quatorze centavos). Cálculos de fls. 66 – PRPREV.
Protocolo nº 21.288.871-0.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4914

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a EUNICE ZAINEDIN FERREIRA, R.G. nº 4.812.518-2, LF 01, UEPG, ocupante do cargo de Agente Universitário, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24 inc. II; Lei 10692/93, art. 13; Lei 10692/93, c/c Lei 15050/2006. Valor dos proventos R$ 6.657,28 (Seis mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos). Cálculos de fls. 83 – PRPREV.
Protocolo nº 21.493.808-1.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 4915

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a HELAINE FELIPE CONTATO, R.G. nº 3.535.456-2, LF 01, UEL, ocupante do cargo de Agente Universitário, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24 inc. II. Valor dos proventos R$ 18.223,12 (Dezoito mil, duzentos e vinte e três reais e doze centavos). Cálculos de fls. 56 – PRPREV.
Protocolo nº 21.105.707-6.

Curitiba, 27 de março de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

29598/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEED N° 341/2024

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Educação,** no uso de suas atribuições legais, considerando o Cumprimento da Ordem Judicial – Autos nº 0010170-46.2023.8.16.0182, e o contido no protocolado nº 21.718.372-3, que trata do cumprimento da decisão proferida nos referidos Autos.

RESOLVEM

Art. 1º Conceder PROGRESSÃO funcional à servidora, QFEB, Ativa**,** na forma estabelecida da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008 e da Lei Complementar nº 156 de 21 de maio de 2013, para constar, **por força de decisão judicial,** o que segue:

ÓRGÃO	RG	LF	NOME	DE	PARA	DATA
SEED	8.221.024-5	01	JUCIANE DOS SANTOS	AE02-13	AE02-16	12/12/2018

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro do instituto funcional às Unidades de Recursos Humanos dos servidores, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

30483/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEED N° 342/2024

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Educação,** no uso de suas atribuições legais, considerando o Cumprimento de Ordem Judicial – AUTOS - 0029640-34.2021.8.16.0182, do 4º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba /Pr e o disposto no Protocolado nº 18.271.618-9,

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar o anexo II da Resolução Conjunta nº 325, de 02 de maio de 2017, publicada em Diário Oficial nº 9937, de 04 de maio de 2017, na parte que concedeu progressão funcional à professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	RG	LF	NOME	De	Para	A partir de
SEED	64910035	91	Patrícia Cristine Rebelo	NII-04	NII-06	01/10/2016

Art. 2º Retificar o Anexo Único da Resolução Conjunta nº 407, de 25 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial nº 10.304, de 29 de outubro de 2018, na parte que concedeu progressão funcional à professora, do Quadro Próprio do Magistério - QPM, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

ÓRGÃO	RG	LF	NOME	De	Para	A partir de
SEED	64910035	91	Patrícia Cristine Rebelo	NII-06	NII-08	01/10/2018

Art. 3º Tornar sem efeito o Anexo Único da Resolução nº 247, de 09 de novembro de 2023, publicada no Diário Oficial nº 11.540, de 13 de novembro de 2023, na parte que concedeu progressão funcional, à professora, do Quadro Próprio do Magistério - QPM, por força de decisão judicial, conforme segue:

ÓRGÃO	RG	LF	NOME	De	Para	A partir de
SEED	64910035	91	Patrícia Cristine Rebelo	NII-10	NII-11	13/11/2023

Art. 4º Determinar o processo de implantação e registro do instituto funcional às Unidades de Recursos Humanos dos servidores, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

30416/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DESPACHO Nº: 446/2024
Protocolo nº: 20.416.530-0
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Pública - DECON
Assunto: Procedimento licitatório – PREG-E nº 386/2023 – HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
Data: 1º/04/2024

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 386/2023, tipo menor preço, visando o Registro de Preços, composto por 14 (quatorze) lotes, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de INSUMOS (CIMENTO PORTLAND, PLASTIFICANTE POLIFUNCIONAL, AREIA MÉDIA, PEDRA 4ª, PEDRA BRITA Nº 1, PÓ DE PEDRA BRITA E PEDRISCO 3/8 RENCO), conforme especificações constantes do Edital e seus anexos (fls. 1272/1357a, mov. 319), no valor máximo de R$ 6.224.726,17 (seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e seis reais e dezessete centavos).

2. As empresas declaradas vencedoras se encontram relacionadas abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ Nº	LOTES
H2W SOLUÇÕES LTDA EPP	19.726.807/0001-34	02, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14
Permanecem na Fase Certame	-	01, 03, 04, 07, 08

3. Após a divulgação do resultado da disputa, houve recurso pela seguinte empresa:
· MF DA SILVA CONSTRUÇÕES ME, contra a habilitação da empresa H2W SOLUÇÕES LTDA - EPP, fls. 1651/1682, mov. 365/366. Lote: 02. Contrarrazões: HW2 SOLUÇÕES LTDA, fls. 1683/1703 – mov. 367/368.
3.1 O(a) Sr(a). Pregoeiro(a) conheceu do recurso, porém, manteve a sua decisão, restando inalterada a declaração da vencedora.

4. O valor total arrematado para os lotes nº 02, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, importa em R$ 4.939.051,96 (quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil, cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), obtendo-se desconto aproximado de 15,20% sobre o valor global máximo estimado para os lotes, desconsiderados os valores atribuídos aos 01, 03, 04, 07 e 08, que se encontram em andamento.

5. Considerando a Informação nº 049/2023 (fls. 1790/1793a – mov. 403), da Assessoria Técnica da Diretoria de Contratações e Gerenciamento de Operações - DCGO, de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública, REVOGO O DESPACHO Nº 0243/2024 (fls. 1729/1730a, e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os artigos 7º e art. 13, incisos VII e VIII, e art. 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022,, ADJUDICO E HOMOLOGO PARCIALMENTE este procedimento licitatório, sendo: Os Lotes nº 02, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14.

6. Saliento que, previamente e à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 10, §§1º ao 4º, do Decreto nº 4.258/2023.

7. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
30549/2024

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 029/2024 – LOTTOPAR

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei nº 20.945, de 20 de dezembro de 2021;

b) O disposto na Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) O disposto no Decreto Estadual n° 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

d) O processo nº 21.626.879-2 que trata sobre o acordo de cooperação técnica.

RESOLVE

Art. 1° Em virtude do Termo de Cooperação, protocolado sob nº 21.626.879-2, o qual visa a Cooperação técnica entre a Loteria do Estado do Paraná – LOTTOPAR, a Polícia Civil do Estado do Paraná e a Polícia Científica do Estado do Paraná, destinado a prevenção à lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e fraudes ao sistema financeiro e prevenção contra o operador ilegal, designar a servidora JULIANA RUMI SHIKASHO LIIDER, RG nº 8.239.412-5, para sem prejuízo de suas atribuições, atuar na gestão do acordo de cooperação acima mencionado.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Cumpra-se.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

Daniel Romanowski
Diretor Presidente da Lottopar

30445/2024

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 40 DE 2024

Dispõe sobre designação de gestor e fiscal

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento nas Orientações Administrativas nº 73 e 80, da Procuradoria Geral do Estado e considerando o contido no protocolo nº 21.493.611-9, designa o servidor **Valdenir Batista Veloso Neto,** Matrícula funcional nº 76762694, para atuar como gestor, cumprindo-lhe as atribuições do art. 700 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o servidor **Marcio Garcia Jacometti**, Matrícula funcional nº 32029876, para acompanhar e fiscalizar a execução do **Termo de Cooperação**, a ser firmado pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, e o Município de **Cerro Azul**, a quem incumbirá as competências estabelecidas nos artigos 701 e 703 do referido Decreto.
Com a celebração do ajuste, encaminhe-se cópia deste ato administrativo aos agentes públicos designados e à municipalidade.

Publique-se. Anote-se.
Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 41 DE 2024

Dispõe sobre designação de gestor e fiscal

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, com fundamento nas Orientações Administrativas nº 73 e 80, da Procuradoria Geral do Estado e considerando o contido no protocolo nº 20.837.930-5, designa o(a) servidor(a) **José Antonio de Andrade Duarte**, Matrícula funcional nº 15083220, para atuar como gestor, cumprindo-lhe as atribuições do art. 700 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o(a) servidor(a) **Gilberto Luiz Viana**, Matrícula funcional nº 44800721, para acompanhar e fiscalizar a execução do **Termo de Cooperação**, a ser firmado pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, e o **Consórcio Intermunicipal para o Conservação da Biodiversidades Bacias do Rio Xambrê e Piquiri - CIBAX**, a quem incumbirá as competências estabelecidas nos artigos 701 e 703 do referido Decreto.
Com a celebração do ajuste, encaminhe-se cópia deste ato administrativo aos agentes públicos designados e à municipalidade.

Publique-se. Anote-se.
Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

30480/2024

ADAPAR

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO - GAT PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, originários das Gerências de Sanidade Vegetal, Trânsito Agropecuário, Saúde Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal e suas respectivas DECISÕES, promulgadas pela AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ-ADAPAR, calcadas nas LEIS n°s. 7827/83, 7802/89, 8014/84, 9818/91, 10711/03, 11200/95, 9056/89, 11200/95, 11504/96, 10799/94; DECRETOS n°s. 24114/34, 3876/84, 98816/90, 4074/02, 6120/85, 4154/94, 5153/04, 3287/97, 6710/90, 2792/96, 12029/14 e 3005/00 e demais ATOS COMPLEMENTARES.
As multas não quitadas serão inscritas no Cadastro de Inadimplentes - CADIN/Dívida Ativa.
O DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA, examinando os presentes AUTOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, julga procedentes as AUTUAÇÕES e aplica as seguintes SANÇÕES:

Auto de Infração nº **45803**, Protocolo nº **197810130**, contra **NILSON DOS SANTOS**, Município de **PARANAVAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 16.821,84**.
Auto de Infração nº **45884**, Protocolo nº **208184903**, contra **ALTAIR DE MATTOS**, Município de **GUAIRAÇÁ - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **24360**, Protocolo nº **210653651**, contra **MÁRCIA DE SOUZA PADILHA**, Município de **ARAUCÁRIA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 678,30**.
Auto de Infração nº **36315**, Protocolo nº **212120456**, contra **DOUGLAS POTRATZ RODRIGUES**, Município de **TUNEIRAS DO OESTE - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.034,90**.
Auto de Infração nº **26103**, Protocolo nº **208806220**, contra **MITRA DIOCESANA DE PALMAS**, Município de **FRANCISCO BELTRÃO - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **32178**, Protocolo nº **216221583**, contra **MIGUEL IWAMOTO**, Município de **MARINGÁ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 3.120,18**.
Auto de Infração nº **21167**, Protocolo nº **214617862**, contra **ANTONIO SERGIO FERREIRA SOARES**, Município de **PORTO AMAZONAS - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.713,20**.
Auto de Infração nº **93127**, Protocolo nº **210562001**, contra **ANDERSON LINEU MARTINS**, Município de **CANDÓI - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **45896**, Protocolo nº **214616416**, contra **ANTONIO CARLOS SANTANA**, Município de **TERRA RICA - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 4.069,80**.
Auto de Infração nº **48190**, Protocolo nº **211904925**, contra **OSNY MATOZO CABRAL**, Município de **IRATI - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 3.255,84**.
Auto de Infração nº **44287**, Protocolo nº **211187760**, contra **RODRIGO DA SILVA RODRIGUES**, Município de **FOZ DO IGUAÇU - PR**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **27019**, Protocolo nº **209081270**, contra **FERNANDO SAMPAIO BELLI**, Município de **ABATIÁ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 1.356,60**.
Auto de Infração nº **2842**, Protocolo nº **212173754**, contra **JOSÉ AMELFE CONSOLI**, Município de **PRESIDENTE VENCESLAU - SP**. DECISÃO: **Advertência**.
Auto de Infração nº **27520**, Protocolo nº **216024397**, contra **SERGIO PREVIATTI**, Município de **SÃO JOÃO DO IVAÍ - PR**. DECISÃO: **Multa - R$ 2.984,52**.
Curitiba, 2 de Abril de 2024
ALESSANDRO CASAGRANDE
Gerente de Apoio Técnico

30179/2024

Secretaria das Cidades

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP

EDITAL Nº 01/2024 – AMEP

EMENTA: Julgamento das inscrições realizadas por entidades nos termos do Edital nº 01/2023 com o escopo de participação nas audiências públicas de ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO - PDUI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

O **DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ - AMEP**, nomeado pelo Decreto Estadual n. º 44/2023, no exercício das competências que lhe conferem os artigos 3º, incisos XI e XVII; e art. 16, incisos IV e X, ambos do Regulamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (ANEXO I do Decreto Estadual nº 698/1995) determina a publicação do julgamento das inscrições das entidades nos termos do edital visando a participação nas audiências públicas para elaboração do plano de desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.
A síntese das análises realizada pela Equipe de Supervisão é apresentada no anexo 1 deste Edital, da seguinte forma:
Quadro 1 - Inscrições Deferidas
Quadro 2 - Inscrições Indeferidas por não enquadramento entre as entidades aptas a participar do Edital
Curitiba/PR, 25 de março de 2024
Gilson dos Santos
Diretor-Presidente da AMEP
Decreto Estadual n. 44/2023
ANEXO 1 –Quadros Síntese das Análises das Inscrições
Quadro 1 - Inscrições Deferidas

Nº	Nome da Entidade	Área de Atuação da Entidade	Nome do Responsável Legal
1	Associação de Ciclista do Alto Iguaçu	Transporte ciclístico	Henrique Jakobi Moreira
2	Associação de Moradores a Força de um Poder Maior	Habitacional	Agnaldo Luis Gonçalves Junior
3	Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais – APEAM	Entidade de representação profissional ou Conselho de classe profissional	Luiz Guilherme Grein Vieira
4	Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - CBH COALIAR	órgão colegiado	Ibson Gabriel Martins de Campos
5	Fundação da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR	Prestação de serviços	Tomas Sparano Martins
6	União por Moradia Popular do Estado do Paraná	Habitacional	Agnaldo Luis Gonçalves Junior
7	ACCTBA Associação dos Contabilistas de Curitiba e Região Metropolitana	Entidade de representação profissional ou Conselho de classe profissional	Gilson Luis da Silva
8	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná	Arquitetura e Urbanismo	Milton Carlos Zanelatto Gonçalves
9	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná	Engenharia e Agronomia	Clodomir Luiz Ascari

Quadro 2 - Inscrições Indeferidas por não enquadramento como entidade apta a participar do Edital

Nº	Nome da Entidade	Área de Atuação da Entidade	Nome do Responsável Legal
10	Tenda Negócios Imobiliários S.A	Incorporação e Construção	Alex Leandro Tannouri
	Motivo do indeferimento: o chamamento público não se aplica a empresas		
11	Domínio legal Soluções Imobiliárias LTDA	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	Claudinei Gomes Daniel
	Motivo do indeferimento: o chamamento público não se aplica a empresas		

30150/2024

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID.

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 108 da Lei nº 15.608/2007, no Inciso VI, art. 4º da Lei Estadual nº 19.848/2019, com base no Pregão Eletrônico nº 038/2023 – DECON/SEAP (fls. 03-105), considerando o Memorando n° 099/2024 do Núcleo Administrativo Setorial – NAS/SECID (fls. 02), a Ata de Registro de Preço (fls. 338-358; 368-369), no Relatório Analítico de Solicitação de Compras – GMS (fls. 375) e no Mapa Comparativo/Vantajosidade de Preços (fls. 385), que atestam formal e legalmente o procedimento em comento, e tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (fls. 377-380) a realização da despesa no valor total de **R$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais), com a empresa DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ: 40.223.106/0001-79**, lote 01, para aquisição de 200 (duzentos) panos de cozinha, do Pregão citado, (conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital do certame), desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 15.608/2007.
II. CONDICIONO ao **NAS/SECID** o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro do seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetivação contratação. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do § único do art. 161

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.
III. PUBLIQUE-SE, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual n° 10.086/2022.

VALDOMIRO HRYSAY
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

30473/2024

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO Nº 038/2024 – SETI, DE 01 DE ABRIL DE 2024
Renova o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciência da Computação - Bacharelado, ofertado no Campus Cedeteg, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.
O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, do Decreto 03 e do Decreto 20, ambos de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a delegação de competência contida no Decreto nº 4245, de 17 de março de 2020, que alterou a redação do Decreto Estadual nº 1419, de 23 de maio de 2019, nos termos da Deliberação n.º 006/20-CEE/PR, considerando o contido na Resolução nº 21/24-SETI, que homologou o Parecer CEE/CES nº 11/24, e o contido no protocolado n.º 21.344.957-5,

RESOLVE

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciência da Computação - Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 30/06/24 até 29/06/2028, ofertado no Campus Cedeteg, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, com sede no município de Guarapuava, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2º Fica determinado, por parte da Universidade que, por ocasião da próxima renovação de reconhecimento, encaminhe ao CEE, manifestação contendo o detalhamento, das ações de Curricularização da Extensão realizadas no período, em que fique evidenciado o protagonismo dos estudantes nas atividades extensionistas, sem comprometimento da carga horária de Estágio e Prática como Componente Curricular, conforme a Resolução CNE/CES n.º 07/18, de 18/12/18, e a Deliberação CEE/PR n.º 08/21.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1 de abril de 2024

(assinado eletronicamente)
ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

30375/2024

RESOLUÇÃO Nº 039/2024 – SETI, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Renova o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Bacharelado, ofertado no Campus Santa Cruz, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.
O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, do Decreto 03 e do Decreto 20, ambos de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a delegação de competência contida no Decreto nº 4245, de 17 de março de 2020, que alterou a redação do Decreto Estadual nº 1419, de 23 de maio de 2019, nos termos da Deliberação n.º 006/20-CEE/PR, considerando o contido na Resolução nº 21/24-SETI, que homologou o Parecer CEE/CES nº 01/24, e o contido no protocolado n.º 21.076.230-2,

RESOLVE

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis - Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 16/04/24 até 15/04/2028, ofertado no Campus Santa Cruz, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, com sede no município de Guarapuava, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2º Fica determinado, por parte da Universidade que, por ocasião da próxima renovação de reconhecimento:
I - caso persista o percentual inferior a 60% na relação ingressantes/concluintes, informe a atualização das ações para aumentar a referida taxa, bem como a avaliação das medidas apresentadas;
II - promova a readequação no planejamento do atendimento da Resolução CNE/CES n.º 07/18, de 18/12/18, bem como à Deliberação CEE/PR n.º 08/21, desconsiderando a contagem em duplicidade do componente curricular "estágio";
III - encaminhe ao CEE, manifestação contendo o detalhamento das ações de Curricularização da Extensão realizadas no período, em que fique evidenciado o protagonismo dos estudantes nas atividades extensionistas, sem comprometimento da carga horária de Estágio e Prática como Componente Curricular, conforme a Resolução CNE/CES n.º 07/18, de 18/12/18, e a Deliberação CEE/PR n.º 08/21.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1 de abril de 2024

(assinado eletronicamente)
ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

30379/2024

RESOLUÇÃO Nº 040/2024 – SETI, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Renova o reconhecimento do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado, ofertado no Campus de Irati, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.
O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, do Decreto 03 e do Decreto 20, ambos de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista a delegação de competência contida no Decreto nº 4245, de 17 de março de 2020, que alterou a redação do Decreto Estadual nº 1419, de 23 de maio de 2019, nos termos da Deliberação n.º 006/20-CEE/PR, considerando o contido na Resolução nº 21/24-SETI, que homologou o Parecer CEE/CES nº 03/24, e o contido no protocolado n.º 21.066.480-7,

RESOLVE

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 16/04/24 até 15/04/2028, ofertado no Campus de Irati, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, com sede no município de Guarapuava, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2º Fica determinado, por parte da Universidade que, por ocasião da próxima renovação de reconhecimento, encaminhe ao CEE, manifestação contendo o detalhamento, das ações de Curricularização da Extensão realizadas no período, em que fique evidenciado o protagonismo dos estudantes nas atividades extensionistas, sem comprometimento da carga horária de Estágio e Prática como Componente Curricular, conforme a Resolução CNE/CES n.º 07/18, de 18/12/18, e a Deliberação CEE/PR n.º 08/21.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1 de abril de 2024.

(assinado eletronicamente)
ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

30384/2024

RESOLUÇÃO Nº 41/2024 – SETI, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural, por 1 (uma) entrada, na modalidade Educação a Distância (EaD), a ser ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, do Decreto 03, de 01 de Janeiro de 2023 e do Decreto 20, de 01 de janeiro de 2023, e tendo em vista a delegação de competência contida no Decreto nº 4245, de 17 de março de 2020, que alterou a redação do Decreto Estadual nº 1419, de 23 de maio de 2019, nos termos da Deliberação n.º 006/20-CEE/PR, e no contido no protocolado n.º 21.668.857-0,

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural, modalidade Educação a Distância (EaD), por 1 (uma) entrada, com 150 (cento e cinquenta) vagas, a ser ofertado nos polos de Ibaiti, Apucarana, Cerro Azul, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Prudentópolis, Rio Negro e Rio Branco do Sul, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com sede no município de Ponta Grossa, mantida pelo Estado do Paraná.

Art. 2º A Instituição deve assegurar o funcionamento do Curso autorizado no artigo anterior, decorrente de Convênio entre o Ministério da Educação e a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, sem adicional de contratação de pessoal e sem acarretar aumento de despesas ao Tesouro do Estado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024

(assinado eletronicamente)
ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

30526/2024

RESOLUÇÃO n.º 42/2024-SETI, DE 02 DE ABRIL DE 2024

Remove o Docente JEAN CARLOS MORENO, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) para Universidade Estadual de Maringá (UEM).

O Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 20, de 1º de janeiro de 2023; e considerando o contido na Portaria nº 098/2022-SETI, de 15 de agosto de 2022; e ainda o contido no e-protocolo n° 19.662.525-9,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Universidade Estadual de Maringá - UEM o servidor JEAN CARLOS MORENO, RG nº 53195512-PR, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na Classe Associado, Nível A, da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.

Art.2º Reclassificar o sexto dígito numérico do código de vaga ocupado pelo servidor que passa a ter a seguinte codificação na UEM: DOC 06071.2.1.40.1.0.

Art.3º Reclassificar o sexto dígito numérico do código da vaga disponibilizado pela UEM para UENP, que passa a ter a seguinte codificação: DOC 02243.6.0.40.0.0.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 02 de abril de 2024.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

30519/2024

UEL

PORTARIA Nº 0641 – 08/03/2024

O Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, considerando a delegação que lhe foi atribuída pela Magnífica Reitora, por meio do Ato Executivo nº 015/2024 (fl. 73), de 21 de fevereiro de 2024, bem como o consubstanciado no processo nº 19.826.208-0 (principal) e seus apensos, em especial o Parecer Jurídico nº 007/2024 (fls. 33-71a), de 01 de fevereiro de 2024,

R E S O L V E:

I - Instaurar **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, nos moldes dos artigos 126 a 190 da Lei Estadual nº 20.656 de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Paraná, e os artigos 186 a 191 e 197 a 215 do Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina, naquilo que não contrariar a referida Lei, para que sejam apurados os fatos e as denúncias contidas no processo nº 19.826.208-0, e os demais em apenso.

II - Designar o docente **EMERSON GUZZI ZUAN ESTEVES** (Chapa Funcional nº 0516296 – CESA/ECO), na condição de membro Presidente, a docente **VERA LUCIA TIEKO SUGUIHIRO** (Chapa Funcional nº 2201803 – CESA/SER) e o docente **LUCIANO MUNCK** (Chapa Funcional nº 1209605 – CESA/ADM) para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

III - A Comissão Processante terá o prazo de **90 (noventa) dias** para a conclusão e apresentação dos trabalhos, nos termos do art. 201 do Regimento da Universidade Estadual de Londrina, e **3 (três) dias** para o início dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria, como dispõe o art. 134, § 1° da Lei Estadual 20.656/2021.

V - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Prof. Me. Miguel Belinati Piccirillo
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA

30544/2024

PORTARIA GEFIS Nº 466/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 290/2024 Pregão Eletrônico nº4/2024

Contratada: Nazza Serviços Tercerizados Ltda

Objeto: Locação Com Fornecimento de Estrutura de Tendas Com Área Total de 266 M2 Para Atender Demandas do Hospital Universitário de Londrina Na Exposição Agropecuária Internacional de Londrina 2024

GESTOR
Servidor Marco Aurelio Francisco Mafra Matricula 1316354 E-mail mafra@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Administrativo Servidor Eduardo Henrique Ronchi Matricula 0506910 E-mail eduardo@uel.br
Tipo Contrato Administrativo Servidor Rafael Eduardo Domingues Molinari Matricula 1815858 E-mail rafaelmolinari@uel.br
Tipo Contrato Administrativo Servidor Demely Biason Ferreira Matricula 2938983 E-mail demelybf@gmail.com

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 467/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 291/2024 Pregão Eletrônico nº175/2023

Contratada: Profilatica Produtos Odonto Medico Hospitalares S/A

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Produto Concentrado Acido Peracetico e Desinfetante Concentrado Par Atender O Cou-Uel e Hospital Universitário de Londrina

GESTOR
Servidor Rodrigo Tiossi Matricula 1815654 E-mail rtiossi@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Fernanda Cristina Sposito Matricula 0603349 E-mail fernandasposito@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

30201/2024

PORTARIA GEFIS Nº 462/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 282/2024 Chamamento Público nº3/2021

Contratada: Ordalia de Fatima Braganholi Ferreira

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Assistente Social Para O Hospital Universitário-Uel.

GESTOR
Servidor Argeria Maria Serraglio Narciso Matricula 0110274 E-mail argeria@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Rosana Maria Fiorim Matricula 1806073 E-mail rosanamaria@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 464/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 280/2024 Chamamento Público nº3/2021

Contratada: Debora Ferreira Lima

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Assistente Social Para O Hospital Universitário-Uel.

GESTOR
Servidor Argeria Maria Serraglio Narciso Matricula 0110274 E-mail argeria@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Rosana Maria Fiorim Matricula 1806073 E-mail rosanamaria@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 465/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 267/2024 Chamamento Público nº3/2021

Contratada: Julio Cesar da Silva Oliva

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Assistente Social Para O Hospital Universitário-Uel.

GESTOR
Servidor Argeria Maria Serraglio Narciso Matricula 0110274 E-mail argeria@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Rosana Maria Fiorim Matricula 1806073 E-mail rosanamaria@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

30030/2024

PORTARIA GEFIS Nº 468/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1187/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Alessandra Santana da Silva

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 469/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1188/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Ana Clara Cerato Bispo

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega

CONTINUA

Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 470/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1189/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Ana Rubia Magalhães Ferreira

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 471/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1191/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Aureo Ribeiro Leite Junior

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 472/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1192/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Camila Scacco Pereira

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz

CONTINUA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 473/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1193/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Claudia Maria Correia e Silva

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 474/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1194/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Daniella Salvadego Wilnerzon Thorn

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 475/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1195/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Evelyn Poliana Candido

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas

CONTINUA

conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 476/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1196/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Fernanda Geski Lazari

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 477/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1197/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Franciele Ayumi Semencio Chiyoda Rodini

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 477/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1197/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Franciele Ayumi Semencio Chiyoda Rodini

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA GEFIS Nº 479/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1199/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Juliana Benfica da Câmara Pinto

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 480/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1201/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Marcia dos Santos de Morais

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 481/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1202/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Marisa Miuki Kissu

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 482/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III

CONTINUA

e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1203/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Marlise Talissa Nishimura

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 483/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1204/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Otávio Augusto Evangelista

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 484/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1205/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Patricia Sartori Pereira

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 485/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

CONTINUA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Contrato nº 1206/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Silvana Mano Gross de Almeida

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 486/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1207/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Vania Vieira Scudelari

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano
Tipo Contrato Contrato Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br Em substituição a Egberto Munhoz

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 487/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1361/2023 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Tiago Danelli

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 488/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 99/2024 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Aldonei Pereira de Macedo

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda

CONTINUA

FISCAL
Tipo Contrato Técnico Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 489/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 100/2024 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Jessica Harumi Soares Ikeda

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Técnico Servidor Egberto Munhoz Matricula 0513931 E-mail egbertomunhoz@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 490/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 101/2024 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Marcia Tiemi Murate

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 491/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 102/2024 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Simoni Aparecida Elias Pereira

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

GESTOR
Servidor Maria Ines Pozzobon Matricula 1329111 E-mail mpossebon@uel.br Em substituição a Davi Miranda
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Karine Maria Boll Matricula 1101128 E-mail karineboll@uel.br Em substituição a Sirlei Luiza Zanluchi Donega

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 492/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 166/2024 Chamamento Público nº2/2023

Contratada: Amanda Fouto Neves

Objeto: Chamamento Público Para Credenciamento de Farmacêuticos e Farmacêutico-Bioquímicos Para O Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

CONTINUA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GESTOR
Servidor Karine Maria Boll Matricula 1102049 E-mail karineboll@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Danielle Venturini Matricula 0407067 E-mail daniventurini@uel.br Em substituição a Jose Wander Bregano

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,01 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

30192/2024

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DA PORTARIA R Nº 2024.136: Na publicação da Portaria R nº 2024.136 (SEI nº 22.000067008-9) publicada no Diário Oficial nº 11616 de 11/03/2024, em sua data.
Onde se lê: 06/02/2024.
Leia-se: 06/03/2024.

Maria de Lourdes Massucato Cerri
Chefe da Divisão de Provimento

30155/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.208

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, a Portaria R. no 2024.33, de 05 de fevereiro de 2024; e, considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 24.000019400-1,

R E S O L V E:

Art. 1o Designar a professora Lucimar Araujo Braga, RG no 5.094.345-3, lotada no Departamento de Estudos da Linguagem, para compor a Comissão de Processo Administrativo, em substituição a João Ricardo Alves Pereira.
Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ponta Grossa, 01 de abril de 2024.
Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

30190/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.209

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, a Portaria R. no 2024.87, de 19 de fevereiro de 2024; considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 24.000011883-6,

R E S O L V E:

Art. 1o Designar o professor Marcos Teixeira Alves, RG no 14.548.753-6, lotado no Departamento de Matemática e Estatística, para compor a Comissão de Processo Administrativo, em substituição a José Rosa Gomes.
Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ponta Grossa, 01 de abril de 2024.
Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

30195/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.210

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, a Portaria R. no 2024.20, de 01 de fevereiro de 2024; considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 23.000072876-9

R E S O L V E:

Art. 1o Designar o professor Marcelo Ricardo Vicari, RG no 11.122.845-0, lotado no Departamento de Biologia Estrutural, Molecular e Genética, para compor a Comissão de Processo Administrativo, em substituição a Giliardi Dalazen.
Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ponta Grossa, 01 de abril de 2024.
Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

30197/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.212

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, a Portaria R. no 2024.86, de 21 de fevereiro de 2024; considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 24.000019883-0,

R E S O L V E:

Art. 1o Designar a professora Maria Marta Loddi, RG no 4.485.212-8, lotada no Departamento de Zootecnia, para compor a Comissão de Sindicância em substituição a Letícia Fraga.
Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ponta Grossa, 01 de abril de 2024.
Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

30203/2024

PORTARIA R. - Nº 2024.214

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, a Portaria R. no 2023.893, de 15 de dezembro de 2023; considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 23.000075088-8,

R E S O L V E:

Art. 1o Designar a professora Maria Magdalena Ribas Döll, RG no 7.315.174-0, lotada no Departamento de Engenharia Civil, para compor a Comissão de Sindicância em substituição a Graziela Soares Bianchi.
Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ponta Grossa, 01 de abril de 2024.
Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

30207/2024

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **PORTARIA:**

Portaria n.º 327 de 01 de abril de 2024.
Art. 1º Designar Raphaela Amaoka Bernardino Pereira, RG 9.819.XXX-0/PR, e Ednaldo de Souza, RG 4.821.XXX-9/PR, respectivamente como **Gestora Administrativa** e **Fiscal Administrativo** do Contrato 093/2023 - GMS 7638/2023 - Nº Sanepar 025/2023, firmado entre a Empresa Sanepar e a Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revoga demais disposições em contrário, bem como não produz efeitos financeiros.

Salete Paulina Machado Sirino — **REITORA**

30523/2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 294/2024 de 26/03/2024. Art. 1º – Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado da Agente Universitária, Carolina Nagy Correia, RG nº 13.XXX.196-6/PR Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com a Reitoria - Escritório Operacional – Curitiba, em 31/03/2024.
Portaria nº 295/2024 de 26/03/2024.Art. 1º Contratar o professor Stênio Cristaldo Heck, RG nº 15.XXX.024- 5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 057/2024 - PROGESP, para Campus de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 10 horas, pelo período de 12/03/2024 a 31/12/2024.
Portaria nº 296/2024 de 26/03/2024. Art. 1º Contratar a professora Michelle Ranckel, RG nº 3.XXX.703/SC, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 056/2024 - PROGESP, para Campus de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 40 horas, pelo período de 11/03/2024 a

31/12/2024.

Portaria nº 297/2024 de 26/03/2024. Art. 1º Contratar a professora Valquiria Brilhador da Silva, RG nº 8.XXX.180-9, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 074/2024 - PROGESP, para Campus de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 18/03/2024 a 31/12/2024.

Portaria nº 298/2024 de 26/03/2024. Art. 1º Contratar o professor Paulo Borges de Santana Júnior, RG nº 16.XXX.064-7/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 065/2024 - PROGESP, para Campus de União da Vitória, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, pelo período de 21/03/2024 a 31/12/2024.

Portaria nº 299/2024 de 27/03/2024. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Professor Colaborador, Rodrigo Souza da Costa RG nº 6.XXX.246-8/PR, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de Paranaguá, em 26/03/2024.

Portaria nº 300/2024 de 27/03/2024. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Professor Colaborador, Dandara Novakowski Spigolon RG nº 8.XXX.411-9/PR, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de Paranavaí, em 20/03/2024.

Portaria nº 301/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Contratar o professor Renato Júnior Moreira Corgosinho, RG nº 6.XXX.909-5/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 064/2024 - PROGESP, para Campus de Apucarana, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 21/03/2024 a 31/12/2024.

Portaria nº 302/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Contratar a professora Silvia Marini, RG nº 7.XXX.847-8/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 041/2024 - PROGESP, para Campus de Paranavaí, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, pelo período de 21/03/2024 a 31/12/2024.

Portaria nº 303/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Professor Colaborador, Jefferson de Moura Saraiva RG nº 14.XXX.059-0/PR, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de Paranaguá, em 20/03/2024.

Portaria nº 324/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Professor Colaborador, Heloa Costa Borin Christinelli RG nº 9.XXX.757-4/PR, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de Paranavaí, em 20/03/2024.

Portaria nº 325/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Professor Colaborador, Edi Carlos de Oliveira RG nº 9.XXX.290-0/PR, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de Paranavaí, em 20/03/2024.

Portaria nº 326/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado do Professor Colaborador, Ariane Maria Machado de Oliveira RG nº 6.XXX.330-5/PR, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com Campus de Paranavaí, em 20/03/2024.

Portaria nº 328/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Contratar a professora Elke Siedler, RG nº 14.XXX.537-5/PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 066/2024 - PROGESP, para Campus de Curitiba II, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Doutor, regime de trabalho de 40 horas, pelo período de 01/04/2024 a 31/12/2024.

Portaria nº 329/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Contratar o professor José Augusto Pereira Navarro Lins, RG nº 8.XXX.179-0/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 063/2024 - PROGESP, para Campus de Curitiba II, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 21/03/2024 a 31/12/2024.

Portaria nº 330/2024 de 02/04/2024. Art. 1º Contratar o professor Tiago Martins da Silva, RG nº 13.XXX.181- 4/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 068/2024 - PROGESP, para Campus de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 02/04/2024 a 31/12/2024.

Portaria nº 331/2024 de 02/04/2024. Art. 1º Contratar o professor Vitor Hugo Garcia de Souza, RG nº 10.XXX.797-4/PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – PSS, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023 – PSS, Edital de Resultado Final nº 056/2023 PSS e Edital de Convocação n° 109/2024 - PROGESP, para Campus de Campo Mourão, na modalidade em Regime Especial – CRES, para Professor Colaborador, Mestre, regime de trabalho de 20 horas, pelo período de 02/04/2024 a 31/12/2024.

Salete Paulina Machado Sirino **- Reitora**

30569/2024

Diário OFICIAL Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA

A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**

Portaria nº 319/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Anuir a remoção do servidor Renato Balancieri, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus de Apucarana, ocupante do código de vaga DOC 6508-7-1-40-1-0, para a Universidade Estadual de Maringá – UEM, mediante transferência do código de vaga DOC 2761-2-0-40-0-0.

Portaria nº 320/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Anuir a remoção da servidora Suzane Pinguello Morgado, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus de Campo Mourão, ocupante do código de vaga DOC 6609-7-1- 40-1-0, para a Universidade Estadual de Maringá – UEM, mediante transferência do código de vaga DOC 2798-2-0-40-0-0.

Portaria nº 321/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Conceder à servidora GISELE RAMOS ONOFRE, RG nº 6.XXX.223-X, no cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Associado, lotada no Campus de Campo Mourão, Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 02/04/2013 a 01/04/2018 e fruição em 15/05/2024 a 13/08/2024.

Portaria nº 322/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Conceder ao servidor LUIZ FERREIRA DE ABREU, RG nº 973.XXX-X, no cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Assistente, lotado no Campus de Paranavaí, Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 21/12/2012 a 20/12/2017 e fruição em 11/03/2024 a 08/06/2024.

Portaria nº 323/2024 de 01/04/2024. Art. 1º Conceder à servidora CINTHIA KUNIFAS GUROVSKY, RG nº 4.XXX.775-X, no cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Assistente, lotada no Campus de Curitiba II, Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2010 a 31/10/2015 e fruição em 15/04/2024 a 13/07/2024.

Salete Paulina Machado Sirino **- Reitora**

30235/2024

UNICENTRO

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte PORTARIA:

334-GR, de 1º-4-2024: Constitui Comissão de Sindicância formada pelos membros a seguir designados para, sob a presidência do primeiro, apurar o contido no Protocolo nº 20.897.787-3, de 15 de agosto de 2023, referente aos pagamentos de juros registrados na rubrica orçamentária 33903937, fonte 25, no período de janeiro de 2022 a junho de 2023, no Sistema Integrado de Finanças Públicas, SIAF: I – Prof. Ari Schwans, RG nº *.491.***-0; II – Marcia Liane Marconato, RG nº *.735.***-7; III – Luis Carlos Ratuchne, RG nº *.905.***-3. A Comissão é assessorada por Diogo dos Santos Brandalise, RG nº *.070.***-0, da Procuradoria Jurídica da UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

30372/2024

UNIOESTE

PORTARIA Nº 1114/2024-GRE, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Autorizar, a contar de 22 de março de 2024, a rescisão do Contrato nº 012/2024, de 22 de janeiro de 2024, do Professor RENAN RAUBER, RG nº 9.697.503-1, contratado para prestar serviços como Professor Temporário, com lotação no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, do Campus de Cascavel.

PORTARIA Nº 1116/2024-GRE, DE 01 DE ABRIL DE 2024.

Autorizar o afastamento, para o exterior, do Servidor MARCIO VERONEZ, RG nº 6.683.264-3, lotado na Reitoria, para participar do 39th ACM/SIGAPP Symposium on Applied Computing - SAC, promovido pela Association for Computing Machinery - ACM, a se realizar na cidade de Avila – Espanha, no período de 08 a 12 de abril de 2024.

30189/2024

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS DE CASCAVEL
PORTARIA Nº 038/2024 - DGC

DATA: 1º de março de 2024.

SÚMULA: Instaura Processo de Sindicância para apurar possíveis condutas inapropriadas ocorridas por acadêmico do Curso de Fisioterapia, Campus de Cascavel.

O Diretor-Geral do Campus de Cascavel da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando a Resolução nº 099/2023-COU;

Considerando a Lei Estadual n° 20.656/2021;

Considerando com o contido no e-Protocolo nº 21.871.593-1.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art.1º- Instaurar sindicância para apurar possíveis condutas inapropriadas do acadêmico Matheus Augusto Honório, CPF n° 087. ***.***-02, do Curso de Fisioterapia, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, pela possível violação dos preceitos elencados nos artigos 10 e 11 da Resolução nº 099/2023-COU (Código Disciplinar).

Art.2º- Designar os seguintes servidores para compor a presente Comissão de Sindicância: Neide da Silveira Duarte de Matos, RG n° 7.060.182-6, do Centro de Educação, Comunicação e Artes – CECA; Luzia Neri Cosmo Machado, RG n° 3.140.886-5, do Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas – CCMF e Nelson Raimundo da Rocha, RG n° 5.170.364-2, do Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas - CCMF, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão de Sindicância.

Art.3º- Fica estipulado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.

Art.4º- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS DE CASCAVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor Geral do Campus de Cascavel

30602/2024

Secretaria da Comunicação

E-Paraná Comunicação

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO E-PARANÁ COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 05/2024

O **Diretor-Presidente em exercício** do Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação, em conjunto com o Diretor de Produção e Conteúdo, ambos nomeados pelo Decreto nº 10.381, de 25 de fevereiro de 2022, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 17.762, de 19 de novembro de 2013, e do Estatuto desta Entidade,

Considerando que o Advogado Claus Henrique Bianco de Castro, atual Assessor Técnico, entrará em férias no período de 01/04/24 à 08/04/2024;

RESOLVEM

Art. 1º Designar o Sra. Camila Rita Rodrigues Joaquim Jacomel, portadora do RG nº6.800.107-2 PR, como procuradora Juridica da Entidade, responsável pela Assessoria Superior, em caráter provisório para substituição temporária, no período da vacância citada.

Art. 2º Enquanto exercer a substituição, a designada deverá ser a responsável pelas competências elencadas no Art. 18 I, do Regimento Interno E-Paraná Comunicação e atribuições do item II,3, do Anexo III, do Plano de Cargos e Salários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência ao designado. Publique-se.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Rafael Chinasso Fernandez Segura
Diretor-Presidente, em exercício

Gonçalo Tomazoni dos Santos
Diretor de Produção e Conteúdo

30051/2024

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO N 051/2024 – SEDEF

Designa servidora para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 021/2023, e reconduzido pelo n° Decreto 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora Janaína Nunes costa Carneiro**,** inscrita no CPF nº ***.349.148-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí Frei Rafael Mainka,** inscrita no CNPJ Nº 76.954.411/0001-88, destinado à execução do projeto aprovado "Novos Horizontes", no valor total de R$ 67.496,70 (sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30021/2024

RESOLUÇÃO Nº 054/2024 – SEDEF

Designa servidor para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor ANDRÉ LEONARDO SEVERO, inscrito no CPF nº ***.098.070-**, como gestor do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada C**ENTRO DE ORIENTAÇÃO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CURITIBA**, inscrita no CNPJ Nº 75.955.286/0001-68, destinado à execução do projeto aprovado "REVITALIZA", no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30451/2024

RESOLUÇÃO nº 056/2024 – SEDEF

Designa servidora para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora JULIANA PEREIRA RINALDI**,** inscrita no CPF nº ***.412.189-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO CASA DO CAMINHO,** inscrita no CNPJ Nº 04.559.580/0001-02, destinado à execução do projeto aprovado "Manutenção da Infraestrutura da sede da EDHUCCA", no valor total de R$ R$ 99.777,50 (noventa e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30024/2024

RESOLUÇÃO Nº 057/2024 – SEDEF

Designa servidora para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora PORCINA ELIZABETH DE OLIVEIRA SOUTO**,** inscrita no CPF nº ***.690.489-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA,** inscrita no CNPJ Nº 78.613.841/0001-61, destinado à execução do projeto aprovado "Manutenção da Infraestrutura da sede da AFA", no valor total de R$ R$ 90.857,72 (noventa mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30043/2024

RESOLUÇÃO Nº 058/2024 – SEDEF

Designa servidor para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora JULIANI MONTEIRO RIBEIRO, inscrita no CPF nº ***.343.679-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **CENTRO DE TREINAMENTO DE ADOLESCENTES DE REBOUÇAS**, inscrita no CNPJ Nº 79.261.608/0001-20, destinado à execução do projeto aprovado "RENOVAR PARA TRANSFORMAR: AMBIENTE SEGURO, FUTURO BRILHANTE", no valor total de R$ 93.346,00 (noventa e três mil, trezentos e quarenta e seis reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30022/2024

RESOLUÇÃO Nº 059/2024 – SEDEF

Designa servidor para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor ANDRÉ LEONARDO SEVERO, inscrito no CPF nº ***.098.070-**, como gestor do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO ITA WEGMAN**, inscrita no CNPJ Nº 10.311.690/0001-53, destinado à execução do projeto aprovado "SOLAR SEMENTE – CUIDANDO DE UM ESPAÇO DE CUIDADO", no valor total de R$ 82.063,54 (oitenta e dois mil, sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30450/2024

RESOLUÇÃO Nº 060/2024 – SEDEF

Designa servidor para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora JESIELY APARECIDA PEREIRA LIMA**,** inscrita no CPF nº **.983.559-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **CENTRO DE CONVIVÊNCIA ARTE E VIDA,** inscrita no CNPJ Nº 7.754.511/0001-48, destinado à execução do projeto aprovado "Manutenção da Infraestrutura da sede da AFA", no valor total de R$ 36.465,60 (trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30323/2024

RESOLUÇÃO Nº 061/2024 – SEDEF

Designa servidor para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora MARISTELA ANGELA CAVAGNOLI, inscrita no CPF nº ***.301.499-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada Associação de Proteção à Maternidade e à Infância**,** inscrita no CNPJ Nº 77.391.258/0001-90, destinado à execução do projeto aprovado "Projeto Colorindo o Aconchego", no valor total de R$ 53.747,47 (cinquenta e três mil e setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30302/2024

RESOLUÇÃO Nº 063/2024 – SEDEF

Designa servidor para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora Maristela Angela Cavagnoli**,** inscrita no CPF nº ***.301.499-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Pranchita**,** inscrita no CNPJ Nº 01.050.017/0001-16, destinado à execução do projeto aprovado "Pequenos Serviços de Manutenção na Estrutura Física da APAE", no valor total de R$ 98.300,00 (noventa e oito mil e trezentos reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30431/2024

RESOLUÇÃO Nº 064/2024 – SEDEF

Designa servidora para desempenhar a função de Gestora de Termo de Fomento da SEDEF.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) LIGIA APARECIDA CONSALTER DE MELLO**,** inscrito(a) no CPF nº ***.082.969-**, como gestor(a) do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada Comunidade Social Cristã Beneficente**,** inscrita no CNPJ nº 76.726.728/0001-67, destinado à execução do projeto aprovado "TRANSFORMANDO VIDAS", no valor total de R$ 34.448,39 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30459/2024

RESOLUÇÃO Nº 062/2024 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado no Decreto nº 021/2023 de 1º de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352/2023, RESOLVE**:**

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pelos Núcleos Regionais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família:

NOME	RG	LOCAL
Rosangela dos Santos	6.470.812-0	NR Guarapuava
Reinaldo Santos	3.697.313-7	NR Ponta Grossa
Joseleni de Araujo Agostinho	4.945.694-8	NR Curitiba
Glicerio Dias de Araujo	3.400.660-1	NR Umuarama
Luana Jesus Stadler Maluf	7.882.441-7	NR Campo Mourão
Silvana Pazzetto Arruda	3.121.544-7	NR Maringá
Elenir de Souza Maciel	1.016.854-6	NR Fco Beltrão
Paulo Ribeiro Schmidt Junior	3.280.843-3	NR Paranaguá
Wilsomar Piccoli	5.823.414-1	NR Cascavel
Layse de Lima Camargo	9.205.706-2	NR Cornélio Procópio
Michelle Cristine Contato Martins	6.634.260-3	NR Londrina

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Sergio Luiz Carlos dos Santos	2.434.824-5	NR Paranavaí

Art. 2º DESIGNAR os seguintes servidores para responderem pelos Núcleos Regionais, na ausência da respectiva Chefia em suas ausências e impedimentos legais, conforme consta abaixo:

Nome	Rg	Local
Roberta Pilati Venuti	8.279.935-4	NR Guarapuava
Vandete Arcoverde Silva	4.536.913-7	NR Ponta Grossa
Marlene Batista Da Silva	2.087.859-2	NR Curitiba
Valdirene Ozilieri	6.601.549-1	NR Umuarama
Caio Renan Jacob	9.661.171-4	NR Campo Mourão
Meiri Cristina Falcioni Malvezzi	3.306.913-8	NR Maringá
Maristela Angela Cavagnoli	3 099 122 - 2	NR Francisco Beltrão
Josiane Constantino Isaias	10.762.357-4	NR Paranaguá
Viviane Aparecida Vilque De Santo	7.284.718-0	NR Cascavel
Fernanda Milanez Biolo Flauzino	7.994.386-0	NR Cornélio Procopio
Angela Maria Da Cruz	5.388.068-1	NR Londrina
Jose Divaldo Rufino	7.321.735-0	NR Paranavaí

Art. 3º Revogar a Resolução nº 012/2023-SEDEF.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigência na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

30576/2024



Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FRIOZEM ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 313830-R2 com validade até 01/04/2030, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Estrada da Graciosa, 503 no município de Colombo/PR.

30070/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MADEIREIRA COXILHA RICA LTDA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 314240-R1 com validade até 01/04/2030, para Industrial - Ind. da madeira instalada na Lagoa dos Ferreiras, 80600 no município de Mandirituba/PR.

30071/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CURITIBA ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 314243-R3 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Outros empreendimentos de prestação de serviços instalada na Avenida Maringá, 185 no município de Pinhais/PR.

30072/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUFEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 314437-R3 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Tomaz Sochaczewski, 565 no município de São José dos Pinhais/PR.

30073/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LOGERTON EMPREENDIMENTOS, ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 314457-R1 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Atividades funerárias e serviços relacionados instalada na Rua Planalto, 459 no município de São José dos Pinhais/PR.

30074/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TOTAL BIOTECNOLOGIA IND E COM S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 314988-R5 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Emílio Romani, 1190 no município de Curitiba/PR.

30075/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HUBNER COMPONENTES E SISTEMAS AUTOMOTIVOS S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 315177-R3 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Pedro Fila, 210 no município de Araucária/PR.

30076/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAULO LEONI COLAÇO - TRANSPORTES ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 315642-R3 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos classe I e II instalada na Rua Infante Dom Henrique, 39 no município de Curitiba/PR.

30077/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MGPRESS METALÚRGICA INDUSTRIAL LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 315813-R5 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Estrada Vereador Júlio Ferreira Filho, 299 no município de Campina Grande do Sul/PR.

30078/2024

Portaria n° 10944/2024/OP-GOUT. Prot. 20.372.252-4. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) BRATEN INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CPF/CNPJ 30.262.126/0001-03, ADRIANO MARCONDES CALHARI - CPF/CNPJ 000.413.879-10. Rio Imbituva. Tibagi. Coordenadas UTM 7.187.837,90 N 547.703,76 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário, Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 0.02 m³/h 02:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Fernandes Pinheiro. Esta portaria revoga a portaria n° 10273/2021/OP-GOUT.

29923/2024

Portaria n° 10939/2024/OP-GOUT. Prot. 20.801.759-4. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Verde. Piquiri. Coordenadas UTM 7.301.688,01 N 248.572,00 E. Validade 24/05/2026. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 294.33 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand. Esta portaria revoga a portaria n° 24319/2023/OP-GOUT.

29818/2024

Portaria n° 10938/2024/OD-GOUT. Prot. 21.203.437-1. Captação superficial. Outorgado(s) LIDIA ENGELMANN - CPF/CNPJ 900.957.239-00. Mina/Nascente Ipiranga. Piquiri. Coordenadas UTM 7.298.214,07 N 217.656,45 E. Validade 08/10/2028. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 5.00 m³/h 04:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Maripá. Esta portaria revoga a portaria n° 1981/2018.

29819/2024

Portaria n° 10952/2024/OD-GOUT. Prot. 17.734.831-7. Captação superficial. Outorgado(s) Jayme Eduardo Chaves da Silva Telles - CPF/CNPJ 040.863.388-31. Represa Engano. Paranapanema 2. Coordenadas UTM 7.454.506,54 N 541.791,23 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 482.50 m³/h 20:00 horas/dia 21 dias/mês. Município Santa Mariana. Esta portaria revoga a portaria n° 1194/2011-DPCA.

29822/2024

Portaria n° 10930/2024/OP-GOUT. Prot. 20.144.121-8. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Farina Holding Familiar Ltda. - CPF/CNPJ 24.856.597/0001-39. Paranapanema 3. Coordenadas UTM 7.423.797,00 N 460.190,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 1.00 m³/h 03:30 horas/dia 31 dias/mês. Município Rolândia.

29821/2024

Portaria n° 10940/2024/OD-GOUT. Prot. 21.603.960-2. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) AMBIENTAL PARANÁ 1 SPE S.A - CPF/CNPJ 52.103.543/0001-38. Rio Castelo da Anta. Ribeira. Coordenadas UTM 7.209.962,19 N 691.040,70 E. Validade 31/08/2026. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 36.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Bocaiúva do Sul. Esta portaria revoga a portaria n° 548/2023.

29820/2024

Portaria n° 10945/2024/OP-GOUT. Prot. 20.388.179-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) OGN ADMINISTRADORA DE BENS IMÓVEIS LTDA - CPF/CNPJ 31.222.470/0001-23. Rio Pereque. Litorânea. Coordenadas UTM 7.169.245,87 N 764.898,93 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 0.10 m³/h 01:10 horas/dia 10 dias/mês. Município Pontal do Paraná.

29966/2024

Portaria n° 10948/2024/OP-GOUT. Prot. 21.041.563-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Ribeirão Itacolomi. Ivaí. Coordenadas UTM 7.385.391,00 N 443.032,00 E. Validade 3 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 38.70 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cambira.

29968/2024

Portaria n° 10946/2024/OD-GOUT. Prot. 20.512.357-1. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Itaqui. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.179.632,00 N 641.763,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 216.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Campo Largo.

29969/2024

Portaria n° 10947/2024/OD-GOUT. Prot. 21.034.797-6. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Ribeirão Penacho. Cinzas. Coordenadas UTM 7.412.436,00 N 563.231,00 E. Validade 4 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 52.70 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Ribeirão do Pinhal.

29972/2024

Portaria n° 10949/2024/OP-GOUT. Prot. 21.247.591-2. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Ribeirão Bela. Piquiri. Coordenadas UTM 7.319.371,00 N 289.207,00 E. Validade 3 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 261.62 m³/h 23:59 horas/dia 30 dias/mês. Município Goioerê.

29976/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SHPX LOGISTICA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 317886 com validade até 01/04/2026, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes a ser implantada na Rua Cyro Correia Pereira, 667 no município de Curitiba/PR.

30116/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AMBIENTALY INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA., a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 317540 com validade até 17/07/2025, para Industrial - Ind. química a ser implantada na RUA INGRÁCIO JOSÉ CORREIA, 1200 no município de Rio Negro/PR.

30099/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FRÍSIA COOPERATIVA AGROINDUTRIAL, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 317934 com validade até 01/04/2025, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Avenida dos Pioneiros, 2324 no município de Carambeí/PR.

30121/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 317862 com validade até 01/04/2025, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na LINHA SÃO VICENTE, S/Nº no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

30114/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 317859 com validade até 01/04/2025, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Estrada Santa Rita s/n, 00 no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

30113/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à THALES DIS BRASIL CARTOES E SOLUCOES DE TECNOLOGIA LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 317462 com validade até 28/05/2025, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Avenida Nossa Senhora da Boa Esperança, 367 no município de Pinhais/PR.

30097/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ENTRE RIOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 317926-R1 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Alimentos a ser implantada na RODOVIA PRT 163, 710 no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

30120/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARACA COMERCIAL LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 317827-R1 com validade até 01/04/2029, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Rua Sílvio Sotomaior, 187 no município de Foz do Iguaçu/PR.

30111/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IRMAOS FAGA LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 318093-R1 com validade até 01/04/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Pedro Stempin, 29 no município de Curitiba/PR.

30133/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MADU MFM MOBILIÁRIO TÉCNICO LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 317518-R1 com validade até 01/04/2030, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua Jandaia do Sul, 520 no município de Pinhais/PR.

30098/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ACAVARI - ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO VALE DO RIBEIRA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316364-R2 com validade até 01/04/2026, para Tratamento, armazenamento temporário e disposição final de resíduos sólidos industriais, urbanos e de serviços de saúde - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos instalada na AVENIDA MANOEL MULLER DE SIQUEIRA, 250 no município de Rio Branco do Sul/PR.

30082/2024

PARECER NEGATIVO n° 10058/2024/PN-GOUT. Protocolo 21.462.781-7. Indefere o requerimento de outorga prévia para Lançamento de efluentes de MANTIQUEIRA ALIMENTOS LTDA - CPF/CNPJ 04.747.794/0028-22. Rio Sem denominação na base. Coordenadas UTM 7.219.262,24 N 214.779,98 E. Município Céu Azul. Motivo: Indisponibilidade hídrica.

29977/2024

Portaria n° 10927/2024/OD-GOUT. Prot. 21.011.537-4. Captação superficial. Outorgado(s) Adair Pereira - CPF/CNPJ 284.388.179-04. Ribeirão Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.382.848,25 N 263.189,16 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 53.14 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Maria Helena. Esta portaria revoga a portaria n° 25371/2023/OP-GOUT.

29979/2024

Portaria n° 10929/2024/OD-GOUT. Prot. 21.247.633-1. Captação superficial. Outorgado(s) VALMIR JOSÉ CERETTA - CPF/CNPJ 662.572.559-53. Rio Moreninha. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.239.925,93 N 776.825,62 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 120.00 m³/h 12:00 horas/dia 20 dias/mês. Município Santa Helena.

29980/2024

Portaria n° 10934/2024/OD-GOUT. Prot. 21.470.136-7. Captação superficial. Outorgado(s) ADELINO NETO ANDRADE - CPF/CNPJ 555.415.429-87. Mina/Nascente Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.272.669,00 N 250.716,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Tupãssi. Esta portaria revoga a portaria n° 10186/2022/OP-GOUT.

29981/2024

Portaria n° 10953/2024/OD-GOUT. Prot. 21.758.174-5. Captação superficial. Outorgado(s) VIVIAN MARTA ACCO - CPF/CNPJ 015.438.569-77. Mina/Nascente Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.311.845,35 N 221.091,10 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina. Esta portaria revoga a portaria n° 414/2022.

29983/2024

Portaria n° 10926/2024/OD-GOUT. Prot. 21.536.296-5. Captação superficial. Outorgado(s) Irineu Eichlt - CPF/CNPJ 804.959.909-49. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.290.315,91 N 204.875,40 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Santa Rosa.

29984/2024

Portaria n° 10951/2024/OP-GOUT. Prot. 21.779.232-0. Captação superficial. Outorgado(s) Jacilane Bontorin Broto - CPF/CNPJ 026.931.969-73. Córrego Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.203.014,66 N 673.085,98 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 2.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Almirante Tamandaré.

29985/2024

Portaria n° 10928/2024/OD-GOUT. Prot. 21.868.410-6. Captação superficial. Outorgado(s) JANDREI LUIZ FELLIZZETTI - CPF/CNPJ 069.311.499-11. Mina/Nascente Central. Piquiri. Coordenadas UTM 7.279.298,00 N 262.377,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal, Limpeza. Vazão máxima outorgada 1.80 m³/h 23:59 horas/dia 31 dias/mês. Município Cafelândia.

29986/2024

Portaria n° 10942/2024/OP-GOUT. Prot. 18.484.538-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) CARLOS TROVINO FRIGORÍFICO - EIRELI - CPF/CNPJ 16.992.533/0001-37. Ribeirão Abóboras. Tibagi. Coordenadas UTM 7.437.228,00 N 497.717,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 8.75 m³/h 10:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Ibiporã.

29831/2024

Portaria n° 10941/2024/OP-GOUT. Prot. 17.514.934-1. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CPF/CNPJ 08.151.884/0001-97. Córrego Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.403.669,83 N 408.284,79 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 10.10 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Sarandi.

29870/2024

Portaria n° 10931/2024/OD-GOUT. Prot. 19.232.889-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) DUSUL ALIMENTOS LTDA - CPF/CNPJ 05.771.868/0001-09. Pirapó. Coordenadas UTM 7.417.082,98 N 388.495,74 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 08:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Mandaguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 2826/2019.

29879/2024

Portaria n° 10943/2024/OD-GOUT. Prot. 19.505.343-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Irmãos Passaura Locações S.A - CPF/CNPJ 11.464.546/0001-10. Rio Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.174.657,20 N 667.602,08 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 0.47 m³/h 08:01 horas/dia 31 dias/mês. Município Curitiba.

29880/2024

Portaria n° 10932/2024/OD-GOUT. Prot. 19.563.243-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) DEPINUS IND. E COM. DE MADEIRAS DE PINUS LTDA - CPF/CNPJ 79.107.959/0001-80. Tibagi. Coordenadas UTM 7.340.032,94 N 556.101,83 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza. Vazão máxima outorgada 6.97 m³/h 01:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Curiúva. Esta portaria revoga a portaria n° 4236/2019.

29881/2024

Portaria n° 10950/2024/OD-GOUT. Prot. 19.701.614-0. Captação superficial. Outorgado(s) Gerdau Aços Longos S/A - CPF/CNPJ 07.358.761/0048-22. Rio Passaúna. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.171.876,21 N 658.240,48 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 60.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Araucária. Esta portaria revoga a portaria n° 434/2021.

29882/2024

Portaria n° 10933/2024/OD-GOUT. Prot. 19.942.701-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) PLASKAPER TERMOPLASTICOS S/A - CPF/CNPJ 05.165.324/0001-01. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.162.535,00 N 672.335,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Resfriamento, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 17.50 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Fazenda Rio Grande.

29913/2024

Portaria n° 10935/2024/OD-GOUT. Prot. 19.965.681-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) AVENORTE AVICOLA CIANORTE LTDA - CPF/CNPJ 01.682.147/0001-71. Ivaí. Coordenadas UTM 7.377.672,00 N 334.785,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 6.68 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cianorte. Esta portaria revoga a portaria n° 11360/2022/AP-GOUT.

29914/2024

Portaria n° 10936/2024/OD-GOUT. Prot. 19.987.123-4. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) COCARI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL - CPF/CNPJ 78.956.968/0074-39. Paranapanema 3. Coordenadas UTM 7.476.510,46 N 474.623,11 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Processo fabril. Vazão máxima outorgada 19.80 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Alvorada do Sul. Esta portaria revoga a portaria n° 11042/2021/OP-GOUT.

29917/2024

Portaria n° 10937/2024/OD-GOUT. Prot. 20.077.477-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) C.Vale Cooperativa Agroindustrial - CPF/CNPJ 77.863.223/0011-89. Piquiri. Coordenadas UTM 7.296.304,99 N 212.153,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 02:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Maripá. Esta portaria revoga a portaria n° 12194/2022/AP-GOUT.

29921/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Terraplanagem, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8537 com validade até 01/04/2025, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:Rua José Fraron, Lote n° 10 da Quadra 1723 Bairro:Fraron Cep:85503320 Município:Pato Branco no município de Pato Branco/PR.

30174/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA DA LUZ P DE SOUZA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 317270 com validade até 01/04/2034, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na ESPIGÃO, S/N no município de Antônio Olinto/PR.

30095/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J C BOSCARDIN DUARTE COLETA DE RESIDUOS, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 317678 com validade até 01/04/2034, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Prolongamento da Rua XV de Novembro, 977 no município de Morretes/PR.

30104/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARQUE MUNICIPAL COM LAGO DE CAFELÂNDIA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8538 com validade até 01/04/2029, para Parques turísticos e de lazer a ser implantada na Endereco:CAFELÂNDIA Bairro: Cep:85415000 Município:Cafelândia no município de Cafelândia/PR.

30175/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NILSON ALENCAR FLORENTINO 71771638915, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 318002 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Comércio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios a ser implantada na Avenida Rio Negro, S/N no município de Guaratuba/PR.

30123/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DOM CONTE MADEIRAS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 317825 com validade até 01/04/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Rua Coaraci, 181 no município de Foz do Iguaçu/PR.

30110/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EDEMAR PAULO NITSCHE, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 318094 com validade até 01/04/2030, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na Lote Rural N°85-A, do 45° Perímetro da Fazenda Britânia, -- no município de Entre Rios do Oeste/PR.

30134/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELIT DECOR & DESIGN MOVEIS SOB MEDIDA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 317808 com validade até 01/04/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Rua Ana Dotto Sotelo, 80 no município de Foz do Iguaçu/PR.

30109/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DRESCH IMOVEIS LTDA-ME, a Licença de Instalação - LI nº 318010 com validade até 01/04/2026, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na RUA CASTRO ALVES, 0 no município de Missal/PR.

30124/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISK ENTULHOS PINGUIM EIRELI, a Licença de Instalação - LI nº 317903 com validade até 01/04/2025, para Tratamento, armazenamento temporário e disposição final de resíduos sólidos industriais, urbanos e de serviços de saúde - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na Rua Gaspareto Antonio, 4699 no município de Umuarama/PR.

30117/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROFORTE COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 317869 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na RUA AMADEU GAVA ESQUINA COM AVENIDA IGUAÇU, 5A no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

30115/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA., a Licença de Instalação - LI nº 318077 com validade até 01/04/2030, para Comércio e Serviço - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Rodovia PR 482, s/n no município de Rondon/PR.

30131/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 318014 com validade até 01/04/2029, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na João Gustavo Salowski, s/n no município de Campo Mourão/PR.

30125/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 318066 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Rodovia PR 239, km 214, s/nº no município de Reserva/PR.

30130/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PETROSAFRA COMBUSTIVEIS LTDA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 317437 com validade até 20/09/2025, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na ROD DO XISTO, KM 186,1, SN no município de Lapa/PR.

30096/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COITINHO HERDT, a Licença de Operação - LO nº 317905 com validade até 01/04/2028, para Agropecuária - Suinocultura instalada na CENTRAL STO ANTONIO, LR 119-F, GL. 08, COL. PINDORAMA, S/N no município de Cafelândia/PR.

30119/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARINA RIAN BARKEMA VAN DER VINNE, a Licença de Operação - LO nº 318043 com validade até 01/04/2029, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Estrada Capão Alto km 06, S/N no município de Castro/PR.

30127/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAQUEA & MAQUEA LTDA - EPP, a Licença de Operação - LO nº 318083 com validade até 01/04/2034, para Comércio e Serviço - Atividades de pós colheita de produtos agrícolas instalada na LOTE 401/402/403-A-1, 0 no município de Japurá/PR.

30132/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IGREJA ESPIRITUALISTA UNIVERSAL, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 254867 com validade até 06/10/2025, para Comércio e Serviço - Atividades funerárias e serviços relacionados instalada na Rua Konrad Adenauer, 940 no município de Curitiba/PR.

30135/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EQUIP - ESPECIALIDADES QUIMICAS DO PARANA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 317904 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Uniflor, 1101 no município de Pinhais/PR.

30118/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JJSAF INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO LTDA, a Licença Prévia - LP nº 318098 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos a ser implantada na Rua Rio Piquiri, 800 no município de Pinhais/PR.

30136/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença Prévia - LP nº 318062 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na ROD PR 239, KM 481, SN no município de Campina da Lagoa/PR.

30129/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SAN JUAN HOTEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 317797 com validade até 01/04/2025, para Comércio e Serviço - Hotéis e similares a ser implantada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1349 no município de Foz do Iguaçu/PR.

30107/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRANSPORTES ADELISE LTDA, a Licença Prévia - LP nº 317014 com validade até 01/04/2026, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rodovia BR-376, 15250 no município de São José dos Pinhais/PR.

30092/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAULO ALVES DA COSTA, a Licença Prévia - LP nº 317135 com validade até 01/04/2026, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Rua Marcelino Jasinski, 1210 no município de Araucária/PR.

30093/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO PEÇAS E MECANICA SANTA RITA LTDA ME, a Licença Prévia - LP nº 317997 com validade até 01/04/2026, para Comércio e Serviço - Comércio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios a ser implantada na av Pe Alberto Pierobon, 398 no município de Moreira Sales/PR.

30122/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à L F INDUSTRIA E METALURGICA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 317672 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Rua Maria Geronasso do Rosário, 228 no município de Colombo/PR.

30102/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCO PRUDENCIO, a Licença Prévia - LP nº 317651 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. da borracha a ser implantada na Rua Teodoro Franco de Oliveira, 363 no município de São José dos Pinhais/PR.

30101/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 315821-R2 com validade até 01/04/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na RUA SA RIBAS, 1364 no município de Quitandinha/PR.

30079/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BLOCOTEC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316256-R1 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Sebastiana Santana Fraga, 216 no município de São José dos Pinhais/PR.

30080/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INTERPRINT DO BRASIL INDÚSTRIA DE PAPÉIS DECORATIVOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316262-R2 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Gilvani Augusto Criminácio, 351 no município de São José dos Pinhais/PR.

30081/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ISOELECTRIC BRASIL LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316368-R2 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua João Knapik, 614 no município de Quatro Barras/PR.

30083/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUDAS E AGRO COMERCIAL KOTOVSKI LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316374-R3 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Depósito e comércio de agrotóxicos instalada na Rua Dalzira Sila, 500 no município de Almirante Tamandaré/PR.

30084/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCELO DE JAGER, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 292699-R3 com validade até 28/03/2029, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Fazenda Cercadinho, Estrada Capão Alto, S/N no município de Castro/PR.

30126/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO ALVORADA UMUARAMA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 257427-R4 com validade até 28/10/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Avenida Ângelo Moreira da Fonseca, 2613 no município de Umuarama/PR.

30108/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KATIA COSTA CARDOSO, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 317793-R1 com validade até 01/04/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na SITIO QUINTINO - LOTE B e LOTE 19 DA COLONIA GOIOERE, s/n no município de Goioerê/PR.

30106/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SYSMEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 317788-R5 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Joaquim Nabuco, 615 no município de São José dos Pinhais/PR.

30105/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LABORATORIO CENTRAL DE PINHAIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 317675-R2 com validade até 01/04/2030, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde instalada na Rua Vinte e Cinco de Agosto, 518 no município de Pinhais/PR.

30103/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO LEAL II LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 317560-R1 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Centenário, 1695 no município de Campo Largo/PR.

30100/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TIC POSTO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 317850-R2 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Avenida das Torres, 1640 no município de São José dos Pinhais/PR.

30112/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PERFIMEC S/A - CENTRO DE SERVICOS EM ACO, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 317163-R4 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Joaquim Alves Fontes, 2258 no município de São José dos Pinhais/PR.

30094/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EAA-EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS ARAUCÁRIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316957-R2 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos instalada na AV Presidente Castelo Branco, 672 no município de Araucária/PR.

30091/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MCP TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316954-R2 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Constante Moro Sobrinho, 299 no município de São José dos Pinhais/PR.

30090/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CURIFEST COMÉRCIO DE ARTIGOS DE FESTA - EIRELI, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316795-R1 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Ângelo Sgarbe, 628 no município de São José dos Pinhais/PR.

30089/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAX MOHR FILHO E CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316635-R2 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Salgado Filho, 476 no município de Pinhais/PR.

30088/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LIMPA FOSSA CORDEIRO LTDA ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316566-R3 com validade até 01/04/2028, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos classe I e II instalada na Rua José Gomes de Abreu, 627 no município de Curitiba/PR.

30087/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROSA SOUZA DE ALMEIDA ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316517-R2 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rodovia Contorno Leste BR-116, 19271 no município de São José dos Pinhais/PR.

30086/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BELTEX INDÚSTRIA E COMERCIO DE CORREIAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 316476-R3 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rodovia da Uva, 5037-A no município de Colombo/PR.

30085/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BIMARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 313534-R2 com validade até 01/04/2030, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Rua Presidente Marechal Dutra, 260 no município de Curitiba/PR.

30069/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WIN FLEXO TINTAS FLEXOGRÁFICAS LTDA-ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 313521-R4 com validade até 01/04/2028, para Industrial - Ind. química instalada na Rua José Mariano dos Santos, 343 no município de Pinhais/PR.

30068/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BELAGRÍCOLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS S.A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 313215-R3 com validade até 01/04/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rod BR 476, Km 191,1, s/n no município de Lapa/PR.

30067/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ABELLUS TURISMO LTDA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 292626-R3 com validade até 29/03/2029, para Comércio e Serviço - Lavadores em geral instalada na Rodovia BR-476, 6540 no município de Araucária/PR.

30066/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NILKO ELETRO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 312921-R2 com validade até 01/04/2030, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na vila perneta, 1763 no município de Pinhais/PR.

30065/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WIN INK - TINTAS FLEXOGRÁFICAS EIRELI, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 312889-R1 com validade até 01/04/2026, para Industrial - Ind. química instalada na Rua José Mariano dos Santos, 331 no município de Pinhais/PR.

30064/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOÃO GALVAO PRESTES, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 318044-R1 com validade até 01/04/2029, para Agropecuária - Bovinocultura de leite instalada na Fazenda São Tomé, Estrada Agostinhos - Guararema, S/N no município de Castro/PR.

30128/2024

Portaria n° 10956/2024/OP-GOUT. Prot. 21.845.647-2. Pontes, passarelas, dutos e cabos. Outorgado(s) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - CPF/CNPJ 76.582.337/0001-16. Rio Atuba. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.186.079,54 N 680.702,30 E. Validade 2 anos. Finalidade Construção de sistema viário. Município Curitiba.

30531/2024

INVEST PARANÁ

INVEST PARANÁ

ATO DE PESSOAL Nº 016/2024 - DESIGNAÇÃO

A Diretoria da INVEST PARANÁ, no uso de suas atribuições estatutárias, **RESOLVE:**

- **DESIGNAR** o senhor GUSTAVO POPOVICZ CARON DOS SANTOS, portador do CPF nº073.058.249-33, para exercer o cargo de CONSULTOR TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com as atribuições estatutariamente estabelecidas e outras que lhe vierem a ser determinadas por essa Diretoria, a partir de 02 de abril de 2024.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

José Eduardo Bekin
Diretor Presidente

Paulo A. Morva Martins
Diretor de Administração e Finanças

29893/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Educação

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 279 DE 01/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
EDIRCE MARIA SCHUPECHEK MULLER				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
20357916	1	NAXI	217436052					
TARZITA OLETE CONGROSSI				90	01/07/2010	30/06/2015	08/04/2024	06/07/2024
20791098	1	NAX	217490936					
RENATO DOS SANTOS				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
21504009	52	NAIX	217581290					
ORANETE CORREA DOS SANTOS				90	29/06/2012	28/06/2017	08/04/2024	06/07/2024
36109092	1	NAXII	217706890					
SANDRA MARA DA ROCHA				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
36888989	1	NAVI	217416280					
ANGELA DO CARMO RADICHESKI				90	29/06/2012	28/06/2017	08/04/2024	06/07/2024
37183377	97	NAVII	217357586					
ROSELI MIRANDA DOS ANJOS DE FREITAS				90	01/07/2010	30/06/2015	08/04/2024	06/07/2024
38964291	1	NAXII	217705916					
HORTENCIA DE JESUS DE LIMA				90	29/06/2012	28/06/2017	08/04/2024	06/07/2024
39356392	1	NAXII	217101000					
ELIZA DOMINGUES DA SILVA				90	01/07/2010	30/06/2015	08/04/2024	06/07/2024
39490862	1	NAX	219004893					
MARIA APARECIDA DA SILVA				90	29/06/2012	28/06/2017	08/04/2024	06/07/2024
40987860	1	NAXII	217579872					

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 280 DE 01/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MEIRE CUNHA BATISTA				90	23/03/2010	22/03/2015	08/04/2024	06/07/2024
41338725	1	NAXI	217497957					
ANGELINA DOS SANTOS DINIZ DE OLIVEIRA				90	01/07/2010	30/06/2015	08/04/2024	06/07/2024
41470305	1	NAX	217471397					
OZIEL MENDES DO CARMO				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
42038059	52	NAXII	217585368					
DORITEU ANTONIO				90	30/01/2011	29/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
43700987	1	NAXII	217357152					
HELENA FILIPOV RODRIGUES				90	30/01/2011	29/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
44276860	1	NAXII	217552591					
IVO VIANA				90	01/07/2010	30/06/2015	08/04/2024	06/07/2024
45861155	90	NAVIII	217506603					
ELIANE MARLI DE OLIVEIRA				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
47748615	1	NAX	217475015					
JULIA DE FATIMA WEBER RAMOS				90	09/11/2012	08/11/2017	08/04/2024	06/07/2024
48481256	1	NAVI	217355990000,,					
NEIDE CASSIANO DA SILVA DE MIRANDA				90	11/05/2011	10/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
51710088	1	NAX	219337876					
IANDARA GALDINO RAMOS DE JESUS				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
51887905	1	NAX	217472890					

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 281 DE 01/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
SIMONE CRISTINA BORGES				90	31/01/2011	01/02/2016	08/04/2024	06/07/2024
51928920	1	NAXII	217325234					
VERA LUCIA ELMO CORREIA				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
52787424	1	NAVIII	217422060					
CERCIRENE CLOTARIO DOS SANTOS				90	09/08/2011	08/08/2016	08/04/2024	06/07/2024
53757430	1	NAXI	217508690					
MARLENE DA SILVA REZENDE				90	11/05/2011	10/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
54651201	53	NAXI	217706386					
ANGELA MARIA DA SILVA MATHEUS				90	01/07/2010	30/06/2015	08/04/2024	06/07/2024
54912250	1	NAX	217553628					
ALICE BERNADETE RESENDE				90	01/07/2010	30/06/2015	08/04/2024	06/07/2024

56197109 1 NAVIII 217490936
JOSETE DA COSTA NASCIMENTO DO CARMO 90 29/06/2012 28/06/2017 08/04/2024 06/07/2024
57002840 1 NAXI 217142164
LORENI DA APARECIDA DA CONCEICAO 90 21/11/2012 20/11/2017 08/04/2024 06/07/2024
58352985 1 NAXI 217499011
NEUSA APARECIDA RIBEIRO 90 11/05/2011 10/05/2016 08/04/2024 06/07/2024
60026688 1 NAXII 217483670
BRUNA ROBERTA ARMSTRONG CUNHA 90 30/01/2011 29/01/2016 08/04/2024 06/07/2024
65276445 1 NAXII 217510210
1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 282 DE 01/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARIA APARECIDA DE LIMA				90	11/05/2011	10/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
67114981	1	NAVI	217538947					
ROSANGELA JOSEFAN PEREIRA				90	29/06/2012	28/06/2017	08/04/2024	06/07/2024
67594053	1	NAXI	217541573					
RICARDO ANDRE DA COSTA RODRIGUES				90	14/04/2011	13/04/2016	08/04/2024	06/07/2024
69817505	2	NAXII	217342171					
ARIANE GISELY DOS SANTOS				90	07/12/2011	06/12/2016	08/04/2024	06/07/2024
71890961	1	NAXII	217708559					
MARCIANE AFONSO DA COSTA				90	30/01/2011	29/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
72959736	1	NAXII	217515343					
FABIANO FRANCA MELO				90	15/05/2011	14/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
75104553	52	NAX	219246838					
JANETE APARECIDA DE PAULA				90	12/11/2012	11/11/2017	08/04/2024	06/07/2024
77182101	1	NAXII	217417104					
LEONI MARLENE LEICHSENRING DOS SANTOS				90	30/01/2011	29/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
77743995	1	NAXII	217082790					
DEBORA TIRONI DA SILVA				90	23/03/2010	22/03/2015	08/04/2024	06/07/2024
78068973	2	NAXII	217262488					
WILLIAN CORDEIRO CARNEIRO				90	13/05/2011	12/05/2016	08/04/2024	06/07/2024
98392246	1	NAXI	217385369					

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 283 DE 01/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARCIA MARIA GAIARIN MIRANDA				90	23/11/2005	22/11/2010	08/04/2024	06/07/2024
104423035	1	NII11	217482909					
ROSANGELA DOS SANTOS ESPINDOLA				90	02/03/2009	01/03/2014	08/04/2024	06/07/2024
107342699	90	NII07	218193846					
LUCIANA APARECIDA DE ARAUJO INACIO				90	02/02/2009	01/02/2014	08/04/2024	06/07/2024
125274501	1	NII11	217494036					
NEUZA MARIA BERTUSSO PALOSCHI				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
35312390	2	NIII04	217291151					
NAIM MACHADO DE AGUIAR				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
35947027	93	NII11	218212387					
MARIA DE LOURDES BUZIQUIA DARTIBALE				90	13/01/2011	12/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
36757795	1	NII11	218197850					
PEDRO ROBERTO RIPOLI				90	02/04/2012	01/04/2017	08/04/2024	06/07/2024
37560782	1	NII09	218216030					
ANA CRISTINA CHIARAMONTE PIRES MALACRI				90	06/04/2010	05/04/2015	08/04/2024	06/07/2024
39215250	1	NII11	218196314					
SILVANA CRISTINA BERGAMO PEREIRA				90	10/06/2004	09/06/2009	01/04/2024	29/06/2024
41923180	2	NIII11	218326668					
SALOMAO JANUARIO PEREIRA				90	13/04/2009	12/04/2014	08/04/2024	06/07/2024
42109983	2	NIII11	217587239					

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 284 DE 01/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
SALOMAO JANUARIO PEREIRA				90	27/02/2011	26/02/2016	08/04/2024	06/07/2024
42109983	3	NIII11	217587611					
SOLANGE DIVA VALENTINI				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
42149209	54	NII11	218212727					
ANGELA APARECIDA BONAN				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
43039296	2	NIII05	218214932					
ALESSANDRA COSTA REDER				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
43677560	1	NII11	218214240					

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SANDRA GIUSTI SORBARA				90	01/12/2013	30/11/2018	08/04/2024	06/07/2024
45349489	1	NII11	218267530					
CRISTIANE MARTINS BETIATI				90	05/04/2010	04/04/2015	08/04/2024	06/07/2024
46178963	1	NII11	21819536					
WAGNER ROGERIO DE OLIVEIRA				90	06/04/2010	05/04/2015	08/04/2024	06/07/2024
47090164	91	NII11	218196780					
SIMONE RODRIGUES DA COSTA				90	13/01/2011	12/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
49213050	2	NII11	218198554					
SALETE BELORINI DOS SANTOS				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
49392079	2	NII11	218213219					
SILVIA SATO				90	09/04/2010	08/04/2015	08/04/2024	06/07/2024
49812876	2	NII11	218197280					

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 285 DE 01/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARCIA ESTEFANIA SLONIK ARCE FUNES				90	01/12/2008	30/11/2013	08/04/2024	06/07/2024
52501784	1	NII11	217502411					
SIRLENE EVA DALMOLIN VENTURA				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
60656304	93	NII11	217528313					
ELIANA LEONCIO SIQUEIRA BATISTA				90	13/01/2011	12/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
70095467	1	NII11	218212026					
CRISTIANE LUZIA CAMBOIN BISSANI				90	23/02/2010	22/02/2015	08/04/2024	06/07/2024
72909445	1	NIII07	217553644					
FRANCIELE TEIXEIRA SANCHES				90	02/02/2009	01/02/2014	08/04/2024	06/07/2024
76603715	1	NII11	218214665					
MARIA CRISTINA DE LIMA ROSA				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
76950261	92	NIII03	218215662					
LUCIANA APARECIDA BRAVIM MACARINI				90	13/01/2011	12/01/2016	08/04/2024	06/07/2024
81620768	2	NII11	217489385					
THAIS DELLARROSA SOARES PAPALEO				90	01/02/2012	31/01/2017	08/04/2024	06/07/2024
84399680	1	NII11	21821573					
VALERIA CRISTINA GIACOMETTI				90	16/08/2013	15/08/2018	08/04/2024	06/07/2024
86478358	3	NII09	218216226					

29573/2024

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:

PORTARIA N. 287 DE 01/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 90 DE 06/03/2024 O NOME DE RITA DE CASSIA CAMARGO
R.G. 50343340, LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 243 DE 26/03/2024 O NOME DE MARIA ALBERTINA CARGNIN
R.G. 18017563, LF - 2

29657/2024

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 286 DE 01/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
LEANDRO BIANCHINI	107364315	1	NII09	219081278	01/04/2024	31/03/2026	730
PRISCILA PACHECO	110292236	3	NII08	219126450	01/04/2024	31/03/2026	730
DAYSA FERNANDA BLOISE ASSUNCAO	62974923	92	NII10	217445302	19/02/2024	17/02/2026	730
PATRICIA BRANDAO RODRIGUES DA SILVA	72025849	1	NII10	218994547	19/03/2024	18/03/2026	730

29572/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1281 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município:	1790
Nome do Município:	PALMEIRA
Código do Estabelecimento:	18551
Nome do Estabelecimento:	ALBERTO GONCALVES, C E D-EF M PROFIS N
Nome do Curso:	TEC EM ADMINISTRACAO-INT ET GN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIAN RAFAEL RAMOS DO NASCIMENTO	15.376.815-3PR	15	179018551D001	3	19/03/2024	2023
ALIFE RYAN FERREIRA	140093025PR	16	179018551D001	4	19/03/2024	2023

AMANDA VIEIRA DA SILVA	146480950PR	17	179018551D001	4	19/03/2024	2023
BRENDA ASSUNCAO VOYCIECHOSKI	146309305PR	18	179018551D001	4	19/03/2024	2023
BRUNO HORNES MACEDO	147857730PR	19	179018551D001	4	19/03/2024	2023
CHARLES FRAGOSO ROBES	153081816PR	20	179018551D001	4	19/03/2024	2023
DEBORA CRISTINA DOS SANTOS	146266339PR	21	179018551D001	5	19/03/2024	2023
DEBORA FERNANDA PADILHA	143449084PR	22	179018551D001	5	19/03/2024	2023
EMILI STADLER	152686773PR	23	179018551D001	5	19/03/2024	2023
EVELIN TAMIRES BARBOSA COLACO	147963980PR	24	179018551D001	5	19/03/2024	2023
EVERTON ARAUJO KUMSCHLIES	146689124PR	25	179018551D001	5	19/03/2024	2023
GABRIEL DE OLIVEIRA DOS REIS	146235352PR	26	179018551D001	6	19/03/2024	2023
GABRIELLE KUHN FERREIRA	145674042PR	27	179018551D001	6	19/03/2024	2023
GUILHERME AGOTTANI	146240526PR	28	179018551D001	6	19/03/2024	2023
HENRIQUE GALVAO	146301037PR	29	179018551D001	6	19/03/2024	2023
IDAINARA DE LIMA CORDEIRO	147118082PR	30	179018551D001	6	19/03/2024	2023
LAIS LOURENCO LOPES	141856006PR	31	179018551D001	7	19/03/2024	2023
LORENA FABIANA BARBOSA RIBAS	150144515PR	32	179018551D001	7	19/03/2024	2023
LUCAS GULCHINSKI DA SILVA	14.902.204-0PR	33	179018551D001	7	19/03/2024	2023
LUCAS MARTINS DE GOUVEIA CHAVES	148436177PR	34	179018551D001	7	19/03/2024	2023
MAICON SAIDES FERREIRA DOS SANTOS	148550808PR	35	179018551D001	7	19/03/2024	2023
MATEUS JOSE VOINASKI VIEIRA	144933354PR	36	179018551D001	8	19/03/2024	2023
NICOLE SAMANTA SAIDES CAMARGO	146503330PR	37	179018551D001	8	19/03/2024	2023
SILVANO MEIRA DELFRATE	146302092PR	38	179018551D001	8	19/03/2024	2023
THAELEN RAYSSA DAS NEVES	145077877PR	39	179018551D001	8	19/03/2024	2023

PALMEIRA, 02 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO CZELUSNIAK
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 06958
Nome do(a) Diretor(a): LIVINGSTON GARCIA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03769

30475/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1285 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 830
Nome do Município: FOZ DO IGUACU
Código do Estabelecimento: 8147
Nome do Estabelecimento: ULYSSES GUIMARAES, C E-EF M PROF
Nome do Curso: TEC EM ADMINISTRACAO-SUB ET GN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CASSIA BENDLIN WOICIECHOSKI	5050777076RS	38	083008147D001	5	01/04/2024	2023
GEYZEBEL CRUZ SANTANA FERREIRA	101583325PR	39	083008147D001	5	01/04/2024	2023
JEFERSON RIBEIRO	8365199-7PR	40	083008147D001	5	01/04/2024	2023
JESSICA PEREIRA DE SOUSA	103754585PR	41	083008147D001	6	01/04/2024	2023
KATHERINE MORENO	11.010.470-7PR	42	083008147D001	6	01/04/2024	2023
KEMILI PATRICIA ALCHAPAR	13.179.882-2PR	43	083008147D001	6	01/04/2024	2023
LAVINIO SILVERIO GASPAR	542135243SP	44	083008147D001	6	01/04/2024	2023
MARCELO BONEMANN	75767412PR	45	083008147D001	6	01/04/2024	2023
SUZANA ALVES	128641408PR	46	083008147D001	7	01/04/2024	2023
VANESSA CARDOSO DA CONCEICAO	135131938PR	47	083008147D001	7	01/04/2024	2023

FOZ DO IGUACU, 02 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): WALTER GALBIATTI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 02630
Nome do(a) Diretor(a): IOLANDA PRUDENTE
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03769

30514/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1273 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1353
Nome do Município: LIDIANOPOLIS
Código do Estabelecimento: 12220
Nome do Estabelecimento: PEDRO I, C E C D-EF M P
Nome do Curso: TEC EM AGRICULTURA-CFR I ET RN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CARLOS EDUARDO BARBOSA PERIS	151328032PR	1	135312220D001	1	26/03/2024	2023
GABRIELLY ANDRADE PINEDA	161658952PR	2	135312220D001	1	26/03/2024	2023
ILZE HUTTENLOCHER	149548408PR	3	135312220D001	1	26/03/2024	2023
JOAO GUILHERME URBANAS ROMEIRO MOLINA	140619434PR	4	135312220D001	1	26/03/2024	2023
JOAO VITOR OCAGNA MELO	135755877PR	5	135312220D001	1	26/03/2024	2023
JULIO CÉSAR CORREIA DE SOUZA	144421965PR	6	135312220D001	2	26/03/2024	2023
LUCAS GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS	153087555PR	7	135312220D001	2	26/03/2024	2023
NATHAN SANTANA DA SILVA	147315740PR	8	135312220D001	2	26/03/2024	2023
SIDNEI GOMES DOS SANTOS	148600635PR	9	135312220D001	2	26/03/2024	2023
VICTOR HUGO DA SILVA TEIXEIRA	144750144PR	10	135312220D001	2	26/03/2024	2023

LIDIANOPOLIS, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LUCIANA GROSSI ZANONI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 00706
Nome do(a) Diretor(a): SIMONE APARECIDA QUIEZI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01668

30357/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1277 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23814
Nome do Estabelecimento: CENTRO ED PROF MACHADO DE ASSIS-FAMA
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GIULIA BARBOSA	14.846.199-6PR	46	069023814C001	2	28/03/2024	2023
IARA ELI DE ANDRADE	4.333.613-4PR	47	069023814C001	2	28/03/2024	2023
KARIN ALVES KARVAT	13.474.797-8PR	48	069023814C001	2	28/03/2024	2023
LUCIVANE BOLSON	8.302.181-0PR	49	069023814C001	2	28/03/2024	2023
MARIA VITÓRIA DOS SANTOS LOTERO	13.978.327-1PR	50	069023814C001	2	28/03/2024	2023
SIRLEY RAMOS GUABIRABA TEIXEIRA	1.713.023MS	51	069023814C001	3	28/03/2024	2023
TATIANE DOS SANTOS TUCOLKI	13.146.168-2PR	52	069023814C001	3	28/03/2024	2023

CURITIBA, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): CLEIDE BORGES
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO: 02/2022 DATA ATO: 15/02/2022
Nome do(a) Diretor(a): FABIO MARCELLO SORGON
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2015 Data Ato :10/02/2015

30428/2024

Relação de Registro de CERTIFICADOS Nº 477022 - 01/04/2024
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 15565
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: Curso: AUXILIAR DE ENFERMAGEM - 96

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
MARCIO DOS SANTOS	106529388PR	6423	06901556C004	54	06/02/2023	2020

CURITIBA, 1 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a):WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023

Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): 06/2014 - 13/05/2014

29956/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1279 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: AUX DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA CAROLINA DA SILVA SOUSA	128628177PR	179	069025617C002	12	26/03/2024	2023
ANGÉLICA DOS SANTOS NUNES	123127013PR	171	069025617C002	12	05/03/2024	2022
GEISIANE PASSARINHO DE OLIVEIRA ABUCARUB	87206416PR	177	069025617C002	12	15/03/2024	2023
JOSIANE PEREIRA DA SILVA	161541150PR	172	069025617C002	12	11/03/2024	2022
KASSIA MONTEIRO FRANCISCO	09044972910PR	180	069025617C002	12	26/03/2024	2023

CURITIBA, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 06/2014 Data Ato: 13/05/2014

30438/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1272 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2080
Nome do Município: PRUDENTOPOLIS
Código do Estabelecimento: 11398
Nome do Estabelecimento: ALBERTO DE CARVALHO, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALEXANDRO ROGERIO DOS SANTOS	53204317PR	1	208011398D001	1	21/03/2024	2023
ALINE SCHUMER STOCKI	13.580.593-9PR	2	208011398D001	1	21/03/2024	2023
AMANDA CRISTINA MACHADO CRIKOSKI	14.554.980-9PR	3	208011398D001	1	21/03/2024	2023
ANDRIELI CAROLINE ZDEBSKI	102130405PR	5	208011398D001	1	21/03/2024	2023
CHRISTIANE TITIRI RODRIGUES NEVES	87994759PR	24	208011398D001	5	22/03/2024	2023
CLEUSI LOPES KORCHAK	10.972.500-5PR	4	208011398D001	1	21/03/2024	2023
ELISABETE DE LARA KOZESCHEN	13.588.340-9PR	6	208011398D001	2	21/03/2024	2023
ELISANDRA DA SILVA PALHANO	13.417.887-6PR	7	208011398D001	2	21/03/2024	2023
ERIKA POTOTSKI	145007739PR	8	208011398D001	2	21/03/2024	2023
JULIANO RIBEIRO DOS SANTOS	7.332.704-0PR	9	208011398D001	2	21/03/2024	2023
LEIDIMARA VIEIRA	145560209PR	10	208011398D001	2	21/03/2024	2023
LICE REGINA JOHNSON FRANÇA	49600925PR	11	208011398D001	3	21/03/2024	2023
LORRAINE HELENA DIAS	161218308PR	12	208011398D001	3	21/03/2024	2023
MARCILENE MARIA ALVES	15.160.796-9PR	13	208011398D001	3	21/03/2024	2023
MARCOS MACIEL NEVES CHAGAS	15.166.912-3PR	14	208011398D001	3	21/03/2024	2023
MARIA HELENA RODRIGUES DA ROSA	10.283.907-2PR	15	208011398D001	3	21/03/2024	2023
MARILEIA BRAZ DA SILVA	102130766PR	16	208011398D001	4	21/03/2024	2023
MARILZA DE FATIMA RUBILOVSKI DOS SANTOS	138480372PR	17	208011398D001	4	21/03/2024	2023

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PATRICIA SCHRAM GONÇALVES	9.888.566-8PR	26	208011398D001	6	01/04/2024	2023
PAULO SERGIO MENDES FERREIRA	7.121.123-1PR	18	208011398D001	4	21/03/2024	2023
ROSANA RODRIGUES DA ROSA	101925277PR	19	208011398D001	4	21/03/2024	2023
SARA ZAINE DOS SANTOS DE AZEVEDO	12.664.586-4PR	20	208011398D001	4	21/03/2024	2023
SILMARA ZUBEK KOUPAK	132450277PR	21	208011398D001	5	21/03/2024	2023
SILVANA LESSI	14.864.292-3PR	25	208011398D001	5	22/03/2024	2023
SIMONE FRANCIELI MENDES	105750439PR	22	208011398D001	5	21/03/2024	2023
SUZANA APARECIDA KASCZUK	9.164.730-3PR	23	208011398D001	5	21/03/2024	2023

PRUDENTOPOLIS, 02 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): JORGE REPULA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00510
Nome do(a) Diretor(a): MOACIR BORTOLOZZO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

30307/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1266 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7569
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS E EMP DE CTBA-CEPROME
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALTEVIR BLEIN	53865437PR	9	069007569D001	1	01/04/2024	2022

CURITIBA, 02 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): AGATHA KIEM SCARIN BIANCO VIEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 02665/2023 10/05/2023
Nome do(a) Diretor(a): VERA LUCIA MACHADO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº 02234/2023 Data: 02/05/2023

30188/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1278 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 23814
Nome do Estabelecimento: CENTRO ED PROF MACHADO DE ASSIS-FAMA
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GIULIA BARBOSA	14.846.199-6PR	50	069023814D001	1	28/03/2024	2024
IARA ELI DE ANDRADE	4.333.613-4PR	51	069023814D001	2	28/03/2024	2024
KARIN ALVES KARVAT	13.474.797-8PR	52	069023814D001	2	28/03/2024	2024
LUCIVANE BOLSON	8.302.181-0PR	53	069023814D001	2	28/03/2024	2024
MARIA VITÓRIA DOS SANTOS LOTERO	13.978.327-1PR	54	069023814D001	2	28/03/2024	2024
SIRLEY RAMOS GUABIRABA TEIXEIRA	1.713.023MS	55	069023814D001	2	28/03/2024	2024
TATIANE DOS SANTOS TUCOLKI	13.146.168-2PR	56	069023814D001	3	28/03/2024	2023

CURITIBA, 02 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): CLEIDE BORGES
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO: 02/2022 DATA ATO: 15/02/2022
Nome do(a) Diretor(a): FABIO MARCELLO SORGON
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 02/2015 Data Ato :10/02/2015

30433/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1280 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 26002

Nome do Estabelecimento: CENTRO ENS GRAU TECNICO-UNID CTBA 7 SETE
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
GABRIELLE MARTINS	137012090PR	132	069026002D001	18	01/04/2024	2023

CURITIBA, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): ALESSANDRA GUIMARÃES
Nº Ato do(a) Secretário(a): ATO 01/2023 DE 23/03/2023
Nome do(a) Diretor(a): JULIO CESAR BUENO ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): Ato 07/2016 Data Ato :10/02/2017

30441/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1269 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2570
Nome do Município: SAO JOSE DOS PINHAIS
Código do Estabelecimento: 28883
Nome do Estabelecimento: CENTRO DE ENSINO GRAU TECNICO - SPJ
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
KELLY THAIS CORREA DA CUNHA	96822723PR	56	257028883D001	2	27/03/2024	2024

SAO JOSE DOS PINHAIS, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LUIZ CARLOS DE SOUZA CUSTODIO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2023 de 05/01/2023
Nome do(a) Diretor(a): CARLOS AUGUSTO BUENO ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): 02/2019 Data Ato :14/11/2019

30297/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1270 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 420
Nome do Município: CAMPO LARGO
Código do Estabelecimento: 2066
Nome do Estabelecimento: SAGRADA FAMILIA, C E-EF M N P
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
LUCAS EDUARDO DA SILVA VOLPATO	10.331.233-7PR	109	042002066D001	5	01/04/2024	2022

CAMPO LARGO, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MARLENE BUWAI LUCIF
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 04391
Nome do(a) Diretor(a): LUCIA STARON
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03802

30301/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1286 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALDANETE TAVARES GUIMARÃES DO VALE	7728387null	8	069025617D003	2	28/03/2024	2023
ANA CRISTINA FERNANDES	82135804PR	7	069025617D003	2	28/03/2024	2023
KARINA ELIZABETH BECERRA ABELLO	G287223EPR	4	069025617D003	1	28/03/2024	2024

CURITIBA, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 06/2014 Data Ato: 13/05/2014

30520/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 477021 - 01/04/2024
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 15565
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM ENFERMAGEM - 1230

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
MARCIO DOS SANTOS	106529388PR	6425	06901556D010	31	18/10/2022	2021

CURITIBA, 1 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a):WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023

Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): 06/2014 - 13/05/2014

29945/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1271 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2080
Nome do Município: PRUDENTOPOLIS
Código do Estabelecimento: 11398
Nome do Estabelecimento: ALBERTO DE CARVALHO, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM FARMACIA-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIANE KUCHAK PETEL	12.737.635-2PR	27	208011398D001	6	01/04/2024	2023
BRUNO HENRIQUE BODNAR RESNIK	12944968-3PR	28	208011398D001	6	01/04/2024	2023
JAINE RODRIGUES DOS SANTOS	110166877PR	29	208011398D001	6	01/04/2024	2023
JEAN MATHEUS DA SILVA VIDAL DE CARVALHO	14.518.662-5PR	30	208011398D001	6	01/04/2024	2023
LETICIA ZAIONZ SLOMINSKI	148546991PR	31	208011398D001	7	01/04/2024	2023
LUANA STESKI	152735294PR	32	208011398D001	7	01/04/2024	2023
MILLENE KAPUCHCZINKI	148849943PR	33	208011398D001	7	01/04/2024	2023
SANDRA ALINE KOLTUM KRYVYI	15.126.081-0PR	34	208011398D001	7	01/04/2024	2023
TALYA FRANCOSO	150461022PR	35	208011398D001	7	01/04/2024	2023

PRUDENTOPOLIS, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): JORGE REPULA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00510
Nome do(a) Diretor(a): MOACIR BORTOLOZZO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

30305/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1274 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2220
Nome do Município: RIO AZUL
Código do Estabelecimento: 11625
Nome do Estabelecimento: CHAFIC CURY, C E DR-EF M N
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIELY IANKOSKI	152260482PR	1	222011625D001	1	20/03/2024	2023
ALINE DE SOUZA	148401063PR	2	222011625D001	1	20/03/2024	2023
ANA JULIA DANIELSKI	152435460PR	3	222011625D001	1	20/03/2024	2023
ANA PAULA FERRAZ	142094576PR	4	222011625D001	1	20/03/2024	2023
ANDRESSA ROMAN	15.580.470-0PR	5	222011625D001	1	20/03/2024	2023
BRUNA PIETZUK	152264585PR	6	222011625D001	2	20/03/2024	2023
BRUNA TEIXEIRA DOS SANTOS	150527554PR	7	222011625D001	2	20/03/2024	2023

CAROLINE ALES	151002919PR	8	222011625D001	2	20/03/2024	2023
CASSANDRA CONCEICAO MARCINIUK	144360206PR	9	222011625D001	2	20/03/2024	2023
CIBELY APARECIDA STANISZEVSKI	157877984PR	10	222011625D001	2	20/03/2024	2023
DIONATAN SOARES POPOVICZ	14.530.369-9PR	11	222011625D001	3	20/03/2024	2023
ELIZIANE APARECIDA BEDNARZ	153010846PR	12	222011625D001	3	20/03/2024	2023
ERIKA TAIS MATOZO DE OLIVEIRA	154732535PR	13	222011625D001	3	20/03/2024	2023
ERIKA VANESSA ANTONIV	15177349PR	14	222011625D001	3	20/03/2024	2023
GABRIELI VALENGA	149857982PR	15	222011625D001	3	20/03/2024	2023
GUILHERME EDUARDO MANKAZ	144407717PR	16	222011625D001	4	20/03/2024	2023
HELOISA GABRIELLY SURMACZ	157520830PR	17	222011625D001	4	20/03/2024	2023
JACIARA SGUARIO	153833117PR	18	222011625D001	4	20/03/2024	2023
JEAN PAULO MIRANDA	157922963PR	19	222011625D001	4	20/03/2024	2023
JOELMA FERREIRA DE ASSIS	144347072PR	20	222011625D001	4	20/03/2024	2023
JULIANA BRANTES	138876357PR	21	222011625D001	5	20/03/2024	2023
KARINA SAMPAIO BATISTA	158713012PR	22	222011625D001	5	21/03/2024	2023
KAROLAINE DOS SANTOS PEDROSO	153753415PR	23	222011625D001	5	21/03/2024	2023
LARISSA DUDA	147239599PR	24	222011625D001	5	21/03/2024	2023
MARIA JULIA ROMANHUK NOS	14.359.895-0PR	25	222011625D001	5	21/03/2024	2023
MILENA HIORANA BRUCZKOSKI	151796214PR	26	222011625D001	6	21/03/2024	2023
NICOLLY ARASSEM	157530704PR	27	222011625D001	6	21/03/2024	2023
SIBELY DA LUZ SILVA	15.864.997-7PR	28	222011625D001	6	21/03/2024	2023
TAIS DYBACH	158651718PR	29	222011625D001	6	21/03/2024	2023
THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	14.462.313-4PR	30	222011625D001	6	21/03/2024	2023
THASLYNE APARECIDA SOLDA	145947162PR	31	222011625D001	7	21/03/2024	2023
THEOANA EDUARDA CARDOSO ZIELINSKI	14.585.922-0PR	32	222011625D001	7	21/03/2024	2023

RIO AZUL, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MARIA MARGARETE MIROTO KULKA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00148
Nome do(a) Diretor(a): LUCY MARI DA LUZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

30364/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1267 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 940
Nome do Município: GUARANIACU
Código do Estabelecimento: 4936
Nome do Estabelecimento: ANTONIO F F COSTA, C E DES-EF M N P
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	Nº Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALICE FIDELIS DOS SANTOS	136369407PR	17	094004936D001	4	26/03/2024	2023
ANA ALICE MACHADO	147014554PR	18	094004936D001	4	26/03/2024	2023
ANA CARLA DE MELO	146065613PR	19	094004936D001	4	26/03/2024	2023
ANA CAROLINA ROTTA	131333978PR	20	094004936D001	4	26/03/2024	2023
ANA JULIA BOLSON GALVAN	134070072PR	21	094004936D001	5	26/03/2024	2023
ANDREIA FERREIRA	109549185PR	45	094004936D001	9	26/03/2024	2023
ANDRIELI AMARO PIRES DE CARVALHO	141056417PR	22	094004936D001	5	26/03/2024	2023
BEATRIZ DARON SINHURI	124710251PR	23	094004936D001	5	26/03/2024	2023
BRUNA CRISTINA MICHELON	143572790PR	24	094004936D001	5	26/03/2024	2023
CAMILA DARABAS CAVIQUIOLI	141883720PR	25	094004936D001	5	26/03/2024	2023
CAROLÂINE APARECIDA GIACOMEL	153606137PR	26	094004936D001	6	26/03/2024	2023
DANIELE SILVA DE SOUZA	14.188.921-4PR	27	094004936D001	6	26/03/2024	2023
FABIELE PAOLA DOS SANTOS FORNAZARY	136023691PR	28	094004936D001	6	26/03/2024	2023
FABIULA MALGARIN DO NASCIMENTO	129967684PR	29	094004936D001	6	26/03/2024	2023

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FERNANDA MARIA MEURER	141882589PR	30	094004936D001	6	26/03/2024	2023
GABRIELA DE SENE ZANELLA	14.120.403-3PR	31	094004936D001	7	26/03/2024	2023
IZABELA BERTUSSO	14.619.936-4PR	32	094004936D001	7	26/03/2024	2023
LAÍS GABRIELE PADILHA RIBEIRO	153506353PR	33	094004936D001	7	26/03/2024	2023
LETICIA APARECIDA STEFANES FIDELIS	146990886PR	34	094004936D001	7	26/03/2024	2023
LUANA ANTUNES SOARES DE ALMEIDA	146112595PR	35	094004936D001	7	26/03/2024	2023
LUANA LOPES DA SILVA	148041342PR	36	094004936D001	8	26/03/2024	2023
MARIA CLARA DE OLIVEIRA	128333037PR	37	094004936D001	8	26/03/2024	2023
MAYARA KELY DINIS	139838190PR	38	094004936D001	8	26/03/2024	2023
POLIANA RHAYSSA HECK KUHN	14.602.579-0PR	39	094004936D001	8	26/03/2024	2023
SAMIRA LUISA TREVISO POZZOLO	147279663PR	40	094004936D001	8	26/03/2024	2023
STÉFANI SÁFIRA DO NASCIMENTO	7398614SC	41	094004936D001	9	26/03/2024	2023
TAINARA SITADELA DOS SANTOS	156729701PR	42	094004936D001	9	26/03/2024	2023
THAYNARA BRANDÃO DA ROCHA	158330288PR	43	094004936D001	9	26/03/2024	2023
VITOR GEMELLI CHAVES	138268594PR	44	094004936D001	9	26/03/2024	2023

GUARANIACU, 02 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): ISABEL MARIA BALLOTTIN
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 03865
Nome do(a) Diretor(a): TATIANE ZANIN
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

30214/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1282 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2010
Nome do Município: PONTA GROSSA
Código do Estabelecimento: 18712
Nome do Estabelecimento: JOAO R V B DU VERNAY,CE PROF-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM QUIMICA-SUB ET PI

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA FLAVIA DE ARAUJO DOS SANTOS	150529468PR	52	201018712D001	6	19/03/2024	2023
BIANCA APARECIDA SOUZA DO VALE	570901765SP	53	201018712D001	6	19/03/2024	2023
CASSIANE DE SOUZA	145604508PR	54	201018712D001	6	19/03/2024	2023
DEBORA LEIA SOUZA SOARES DOS SANTOS	108497513PR	55	201018712D001	6	19/03/2024	2023
DOUGLAS WILLIAN DE PAULA MACHADO	125693695PR	56	201018712D001	7	19/03/2024	2023
ELTON CARLOS SCHULTZ CHAGAS	90929577PR	57	201018712D001	7	19/03/2024	2023
EVILYN CAROLINE MOISES	7825988SC	58	201018712D001	7	19/03/2024	2023
FELIPE RIBEIRO DOS SANTOS	143439160PR	59	201018712D001	7	19/03/2024	2023
FRANCISCO JOSE DE ALMEIDA BORGES	81139539PR	60	201018712D001	7	19/03/2024	2023
IVAN RAFAEL FERREIRA PEDROSO	103598389PR	61	201018712D001	8	19/03/2024	2023
JEAN CARLOS ALVES	148422010PR	62	201018712D001	8	19/03/2024	2023
JESSICA PEREIRA BORGES	447551590SP	63	201018712D001	8	19/03/2024	2023
KARINE APARECIDA PAES	156510696PR	64	201018712D001	8	19/03/2024	2023
KARLA APARECIDA ALVES	138603920PR	65	201018712D001	8	19/03/2024	2023
NATALI VITORIA CARTES SOARES	158657236PR	66	201018712D001	9	19/03/2024	2023
SORAIA GIOVANA GUIMARAES DE CAMARGO PEREIRA	150541735PR	67	201018712D001	9	19/03/2024	2023
TAINARA GAIAO CURY	140744743PR	68	201018712D001	9	19/03/2024	2023
VINÍCIUS TAUCHERTE TEIXEIRA	99463562PR	69	201018712D001	9	19/03/2024	2023
WIVERTON RAFAEL DA LUZ	127886059PR	70	201018712D001	9	19/03/2024	2023

PONTA GROSSA, 02 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): MATEUS TOMAZ SZCZEREPA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00363
Nome do(a) Diretor(a): CLAUDETE APARECIDA DE CAMPOS ALBUQUERQUE

Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03769

30487/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1276 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 6367
Nome do Estabelecimento: LOUREIRO FERNANDES, C E PROF-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM QUIMICA-INT ET PI

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ISABELLA SEDOSKI DOS SANTOS	12.782.037-6PR	53	069006367D001	1	01/04/2024	2023

CURITIBA, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): CRISCIANE ELISA MARQUES VIEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 02630
Nome do(a) Diretor(a): MICHEL APARECIDO NOCCHI DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 00013

30427/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1268 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2570
Nome do Município: SAO JOSE DOS PINHAIS
Código do Estabelecimento: 28883
Nome do Estabelecimento: CENTRO DE ENSINO GRAU TECNICO - SPJ
Nome do Curso: TEC EM RADIOLOGIA-SUB ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
LEIDILENE SILVA DOS NASCIMENTO	86297906PR	55	257028883D001	1	27/03/2024	2023
MARCIO RODRIGO PIGNATARI DE OLIVEIRA	76822441PR	54	257028883D001	1	27/03/2024	2023

SAO JOSE DOS PINHAIS, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): LUIZ CARLOS DE SOUZA CUSTODIO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01/2023 de 05/01/2023
Nome do(a) Diretor(a): CARLOS AUGUSTO BUENO ORMEROD
Nº Ato do(a) Diretor(a): 02/2019 Data Ato :14/11/2019

30282/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1283 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 2010
Nome do Município: PONTA GROSSA
Código do Estabelecimento: 18715
Nome do Estabelecimento: INST ED E PROF CESAR P MARTINEZ-F M N P
Nome do Curso: TEC EM SAUDE BUCAL-INT ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANDRIELLY APARECIDA HASS	154450653PR	3	201018715D001	1	25/03/2024	2023
BRUNA RAFAELLY PONTES DE OLIVEIRA	13.957.401-0PR	4	201018715D001	1	25/03/2024	2023
GABRIELA KAROLINA DOS SANTOS PEREIRA	142012677PR	5	201018715D001	1	25/03/2024	2023
GRAZIELLE THAYANE CALIXTO	155735864PR	6	201018715D001	2	25/03/2024	2023
ISABELLY CRISTINA MENDONÇA DO PRADO	154525491PR	7	201018715D001	2	25/03/2024	2023
JULIA GABRIELLI PRESTES	153835063PR	8	201018715D001	2	25/03/2024	2023
JULIANA RAMOS	153764999PR	2	201018715D001	1	22/03/2024	2023
KAUAN DALZOTO POLAK	155714905PR	9	201018715D001	2	25/03/2024	2023
KÉSSILYN KAUANY PEREIRA	156560359PR	10	201018715D001	2	25/03/2024	2023
LETÍCIA CARRIEL PONTES	136195638PR	11	201018715D001	3	25/03/2024	2023
LORENA BEATRIZ DE SOUZA PEREIRA	148847304PR	12	201018715D001	3	25/03/2024	2023
MARIA VITÓRIA DE ANDRADE CRUZ	153141029PR	13	201018715D001	3	25/03/2024	2023

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MILLENA KAROLINA RAMOS MARTINS	157603477PR	14	201018715D001	3	25/03/2024	2023
NATALIA PEREIRA DA SILVA	143056074PR	15	201018715D001	3	25/03/2024	2023
THALIA CAROLAINE GUERTES	155418354PR	16	201018715D001	4	25/03/2024	2023
WILLIAN RENAN ARAUJO DE CHAVES	110735499PR	17	201018715D001	4	25/03/2024	2023

PONTA GROSSA, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): VANESSA GRZEBIELUKA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 03910
Nome do(a) Diretor(a): CARMEN LUCIA DE SOUZA PINTO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 06012

30491/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1275 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14731
Nome do Estabelecimento: SANTA MARIA GORETTI, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ESTETICA-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ADRIANA DE ALMEIDA MATOS	146743781PR	72	153014731D001	15	26/03/2024	2023
ALINE DE JESUS NASCIMENTO ROCHA	23781670MT	73	153014731D001	15	26/03/2024	2023
AMANDA YUKI OTA	143330184PR	74	153014731D001	15	26/03/2024	2023
FERNANDA CAZELATO DE SOUZA GUBANI	102548329PR	75	153014731D001	15	26/03/2024	2023
FRANCILAINE APARECIDA SANTANA	100526042PR	76	153014731D001	16	26/03/2024	2023
JAQUELINE HENRIQUE MARTINHO	130067158PR	77	153014731D001	16	26/03/2024	2023
JOSIANE REBECA CAMARGO	99728256PR	78	153014731D001	16	26/03/2024	2023
JULIA RODRIGUES CHIAVEGATTI	22791926MG	79	153014731D001	16	26/03/2024	2023
JULIO CÉZAR DE LIMA SANTOS	138051960PR	80	153014731D001	16	26/03/2024	2023
LETÍCIA ANDRADE DA SILVA	567780028SP	81	153014731D001	17	26/03/2024	2023
MAYARA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA	143022927PR	82	153014731D001	17	26/03/2024	2023
MUNIQUE DA COSTA SANTANA	154055436PR	83	153014731D001	17	26/03/2024	2023
PAULA LORAINE DA SILVA SANTOS	50.517.143-0SP	84	153014731D001	17	26/03/2024	2023
RENATA MICHENCO VENANCIO	12.563.301-3PR	85	153014731D001	17	26/03/2024	2023
ROSIMEIRE BALDUINO ROCHA DA SILVA	138326268PR	86	153014731D001	18	26/03/2024	2023
SUELI FONZAR DOS SANTOS	1492590RO	87	153014731D001	18	26/03/2024	2023
TAINARA CAROLINI DE OLIVEIRA PITON	133051821PR	88	153014731D001	18	26/03/2024	2023
TAYANE MARIA TULIO RIBEIRO	104108741PR	89	153014731D001	18	26/03/2024	2023
WALDIRENE DOS SANTOS GOIS	107359206PR	90	153014731D001	18	26/03/2024	2023

MARINGA, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MARGARETH APARECIDA SOUZA HARTKOPF
Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00137
Nome do(a) Diretor(a): EDILSON APARECIDO LIBERATO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

30368/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1284 - 02/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 480
Nome do Município: CASCAVEL
Código do Estabelecimento: 4399
Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROFIS PEDRO B NETO
Nome do Curso: TEC EM SEG DO TRABALHO-S ET S

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
MARILEI COPATTI	5933697SC	364	048004399D001	72	27/03/2024	2023

CASCAVEL, 02 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): ELIZANDRA APARECIDA DE ANDRADE
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 01225
Nome do(a) Diretor(a): MONICA VIRGINIA MISSAU
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01668

30494/2024

Contrato n.º 11.045 – OEI/SEED-PR, celebrado entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, e o consultor Gabriel Zanchet Gomes.

Protocolo n.º 21.952.213-4

Objeto: Contratação do consultor técnico especializado *Gabriel Zanchet Gomes,* com conhecimento na área arquitetura e urbanismo, visando subsidiar a SEED com o conhecimento específico para o desenvolvimento dos processos de regularização cartorial das escolas da rede estadual de ensino. – OEI/BRA/22/001 – Fortalecimento e Inovação dos mecanismos de gestão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

Recursos Financeiros: Transferência efetivada no âmbito do Termo de Cooperação Técnica Internacional OEI/BRA 22/001 Protocolo n.º 18.073.406 -6.

Valor: R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Vigência: De 04/03/2024 até 04/02/2025

Gestor: João Luiz Giona Junior – Diretor-Geral/SEED

Signatários: Leonardo Barchini, Diretor da OEI no Brasil, e Gabriel Zanchet Gomes, Contratado.

Data da Assinatura: 04/03/2024

30292/2024

Extrato do Contrato n.º 11.047 – OEI/SEED, celebrado entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI e o Consultor Daniel de Almeida Ussler.

Protocolo n.º 21.952.327-0

Objeto: Contratação do consultor técnico especializado *Daniel de Almeida Ussler,* com conhecimento na área arquitetura e urbanismo, visando subsidiar a SEED com o conhecimento específico para o desenvolvimento dos processos de regularização cartorial das escolas da rede estadual de ensino. – OEI/BRA/22/001 – Fortalecimento e Inovação dos mecanismos de gestão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED.

Recursos Financeiros: Transferência efetivada no âmbito do Termo de Cooperação Técnica Internacional OEI/BRA 22/001 – protocolo n.º 18.073.406 -6.

Valor: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Vigência: De 04/03/2024 até 04/02/2025

Gestor: João Luiz Giona Junior – Diretor-Geral/SEED

Signatários: Leonardo Barchini, Diretor da OEI no Brasil, e Daniel de Almeida Ussler, Contratado.

Data da Assinatura: 04/03/2024

30154/2024

Extrato do Contrato n.º 11.044 – OEI/SEED-PR, celebrado entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, e o Consultor Lauro Wendell de Oliveira.

Protocolo n.º 21.952.280-0

Objeto: Contratação do consultor técnico especializado Lauro Wendell De Oliveira, com conhecimento na área arquitetura e urbanismo, visando subsidiar a SEED com o conhecimento específico para o desenvolvimento dos processos de regularização cartorial das escolas da rede estadual de ensino. – OEI/BRA/22/001 – Fortalecimento e Inovação dos mecanismos de gestão da Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Recursos Financeiros: Transferência efetivada no âmbito do Termo de Cooperação Técnica Internacional OEI/BRA 22/001 Protocolo 18.073.406 -6.

Valor: R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Vigência: De 04/03/2024 até 04/02/2025

Gestor: João Luiz Giona Junior – Diretor-Geral/SEED

Signatários: Leonardo Barchini – Diretor da OEI no Brasil, e Lauro Wendell de Oliveira – Contratado.

Data da Assinatura: 04/03/2024.

30164/2024

Extrato do Contrato n.º 11.046 – OEI/SEED-PR, celebrado entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, e a consultora Tais Carolina Pilato.

Protocolo n.º 21.952.373-4

Objeto: Contratação da consultora técnica especializada *Tais Carolina Pilato,* com conhecimento na área arquitetura e urbanismo, visando subsidiar a SEED com o conhecimento específico para o desenvolvimento dos processos de regularização cartorial das escolas da rede estadual de ensino. – OEI/BRA/22/001 – Fortalecimento e Inovação dos mecanismos de gestão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

Recursos Financeiros: Transferência efetivada no âmbito do Termo de Cooperação Técnica Internacional OEI/BRA 22/001 Protocolo n.º 18.073.406 -6.

Valor: R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Vigência: De 04/03/2024 até 04/02/2025

Gestor: João Luiz Giona Junior – Diretor-Geral/SEED

Signatários: Leonardo Barchini – Diretor da OEI no Brasil, e Tais Carolina Pilato, Contratada.

Data da Assinatura: 04/03/2024

30166/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 288/2024 – DG/SEED

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 21.929.977-0,

RESOLVE:
Art. 1.º Designar os servidores, **Ane Carolina Chimanski**, RG n.º 8.705.057-2; **Camila Flávia Fernandes Roberto**, RG n.º 5.816.969-2; **Peterson Herman**, RG n.º 5.956.218-5; **Suellen Rodrigues**, RG n.º 7.683.075-4; **Marytta Rennó Vilela Perez Masselli**, RG n.º 12.499.909-0; **Orivaldo Júnios Alexandre**, RG n.º 6.940.987-3; **Abimael Fernando Moreira**, RG n.º 7.262.222-7; **Cristiane Jakymiu,** RG n.º 6.411.651-7, e **Mariley Duarte Rocha de Oliveira**, RG n.º 8.279.101-9, para comporem, sob a presidência da primeira nominada, a Comissão de Análise de Amostra do Objeto, conforme previsto no Pregão Eletrônico n.º 14/2024, e de acordo com o disposto no item 1.5 do Termo de Referência, anexo do Edital, para a avaliação das amostras dos materiais e verificação de conformidade.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 1.º de abril de 2024.

Alisson Michel Messias
Diretor-Geral interino

30259/2024

RESOLUÇÃO N.º 1648/2024 – GS/SEED
Súmula: Absolve servidor em Procedimento de Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 21.683.527-1,
R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver o servidor Mateus Henrique Ferreira, RG n.º 10.204.XXX-7, professor com vínculo ao Processo Seletivo Simplificado-PSS.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30294/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 1677/2024 - GS/SEED

Súmula: Retifica a Resolução n.º 1545/2024 – GS/SEED.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 19.677.445-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Retificar a Resolução n.º 1545/2024 – GS/SEED, publicada em 21 de março de 2024 no Diário Oficial n.º 11624, que designa servidores para compor a Comissão Paritária, conforme segue:

"Art. 1.º Designar Glaucia Novaes Gonçalves da Silva Lisecki, RG n.º 6.491.XXX-8/PR; Angela Letícia Nezzo Ramos da Silva, RG n.° 6.501.XXX-6/PR e Margarete Maria Lemes, RG n.° 2.097.XXX-5/PR, todas em exercício na Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares da Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a Comissão Paritária para apurar possível descumprimento das competências previstas na Resolução n.º 7.123, de 10 de novembro de 2022, atribuída ao servidor Jesulino Barreiros de Oliveira, RG nº. 3.510.XXX-7/PR, Professor da disciplina de matemática, QPM, LF 01, no exercício da função de Diretor do Colégio Estadual Alberto Santos Dumont – Ensino Fundamental e Médio, município de Ramilândia/PR e jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu/PR, nos anos letivos de 2021 – 2023".

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30249/2024

RESOLUÇÃO N.º 1681/2024 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 21.249.545-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Amelia Carvalho de Andrade, RG n.º 3.577.XXX-1, Daniel Ataídes, RG n.º 6.659.XXX-4 e Fernando Eduardo Forcato, RG n.º 7.521.XXX-4, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Cianorte, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Hannah Aguiar de Sena Santos, RG n.º 12.799.XXX-5, professora contratada pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS, por, supostamente, infringir o art. 279, Inciso I, Art. 285, Inciso XV, todos da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como os preceitos éticos do magistério, previstos no art. 5.º, nos incisos II e V, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I ao VI, da Lei Estadual n.º 6.174/70, bem como o art. 17, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, e inciso I da cláusula nona, do Contrato de Trabalho, sendo cabível, portanto, rescisão contratual.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30255/2024

RESOLUÇÃO N.º 1682/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade e absolve servidoras em Processo Administrativo Disciplinar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 20.256.755-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Viviane da Costa Soeiro Goes, RG n.º 5.700.XXX-8, professora, QPM, LF 01, por infração do art. 279, inciso III e art. 285, inciso IV, do mesmo Diploma Legal, com as devidas anotações em sua ficha funcional.

Art. 2.º Absolver as servidoras Renata Magalhães Frota Alves, RG n.º 13.525.XXX-2, professora, QPM, LF 01; e, Maria Romana Fabricio, RG n.º 4.059.XXX-8, professora, QPM, LF 52, com as devidas anotações em suas fichas funcionais.

Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30299/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N.º 1683/2024 – GS/SEED

Súmula: Instaura Comissão Paritária

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, bem como ao contido no protocolado n.º 18.653.241-4,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar: Maria Bethânia de Araújo, RG n.º 6.133.XXX-8/PR; Angela Letícia Nezzo Ramos da Silva, RG n.° 6.501.XXX-6/PR; e, Luciane Cortiano Liotti, RG n.° 4.476.XXX-0/PR, todas em exercício na Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares da Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a Comissão Paritária para apurar possível descumprimento das competências previstas na Resolução n.º 7.123, de 10 de novembro de 2022, atribuída a servidora Isabela Cristina Miranda Zavataro, RG n.º 7.792.XXX-8/PR, agente educacional II, QFEB, LF 1, no exercício da função de Diretora, no Colégio Estadual Gratulino de Freitas, município de Guaratuba e jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação Paranaguá, nos anos letivos de 2021 – 2023.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Decreto nº. 3664/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30287/2024

RESOLUÇÃO N.º 1684/2024 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

A **Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 21.900.545-8,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Roseli Botelho Perandré, RG n.º 5.691.XXX-5/PR, José Ricardo Matiussi , RG n.º 4.997.XXX-6/PR, Cláudia Milene Posso Moreno**,** RG n.º 6.132.XXX-2/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Goioerê, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Costa Viana, município de São José dos Pinhais, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30426/2024

RESOLUÇÃO N.º 1685/2024 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 21.281.301-0

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Amelia Carvalho de Andrade, RG n.º 3.577.XXX-3 PR, Nádia Aparecida Marquini Lonbardo, RG n.º 6.550.XXX-8 PR e Iane Néia Frederico, RG. n.º 6.935.XXX-1 PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Cianorte, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual João Afonso Camargo, município de Mandirituba, jurisdicionado do Núcleo Regional de Educação de Área Metropolitana Sul.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30258/2024

RESOLUÇÃO N.º 1686/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 17.615.518-3,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Simone Sinara de Souza, RG n.º 4.959.XXX-4, professora, QPM, LF 01 e 02, por infração do art. 279, inciso V, do mesmo Diploma Legal, com as devidas anotações em sua ficha funcional.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30278/2024

RESOLUÇÃO N.º 1687/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 19.113.377-3,

R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Décio Luiz Grando Junior, RG n.º 8.907.XXX-2, agente educacional I, QFEB, LF 01, por infração do art. 279, incisos III e VII e art. 285, incisos V e XVII, do mesmo Diploma Legal, com as devidas anotações em sua ficha funcional.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30291/2024

RESOLUÇÃO N.º 1688/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 20.745.841-4,

R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 90 (noventa) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, as servidoras: Luciana Tardetti Maltezo, RG n.º 8.278.XXX-5, professora, QPM, LF 01; e, Francine Del Sechi Guissman da Silva, RG n.º 7.958.XXX-5, professora, QPM, LF 55, com as devidas anotações em sua ficha funcional.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30423/2024

RESOLUÇÃO N.º 1690/2024 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade e absolve servidores em Processo Administrativo Disciplinar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 18.512.552-1,

R E S O L V E:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, as servidoras: Aparecida da Rocha da SIlva , RG n.º 1.400.XXX-4, professora, QPM, LF 01; Agatha Carolina Hass da Silveira, RG n.º 8.840.XXX-6, agente educacional II, QFEB, LF 01; e, Maria das Graças Silveira, RG n.º 3.239.XXX-4, professora, QPM, LF 01, com as devidas anotações em suas fichas funcionais.

Art. 2.º Absolver o servidor Herbert Doll, RG n.º 6.856.XXX-8, agente educacional II, QFEB, LF 01.

Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30281/2024

RESOLUÇÃO N.º 1691/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 62/2024, de Sindicância, considerando o contido no protocolado n.º 21.449.115-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 21.449.115-0, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30268/2024

RESOLUÇÃO N.º 1693/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 61/2024, de Sindicância, considerando o contido no protocolado n.º 21.474.056-7,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 21.474.056-7, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30270/2024

RESOLUÇÃO N.º 1694/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Procedimento.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 27/2023, de Procedimento de Apuração para verificação do cumprimento das competências e atribuições no âmbito pedagógico, administrativo-financeiro, e, democrático, dos diretores e diretores auxiliares, e, considerando o contido no protocolado n.º 20.874.516-6,

R E S O L V E:

Art. 1º Arquivar o procedimento instaurado em desfavor da servidora Sabrina da Silva Valle Meotti, RG n.º 7.600.XXX-6, professora, QPM, LF 53, com fulcro na Lei Estadual nº 18.590, de 13 de outubro de 2015, no Decreto Estadual n.º 7.943, de 22 de junho de 2021 e na Resolução n.º 7.123, de 10 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Decreto nº. 3664/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30251/2024

RESOLUÇÃO N.º 1698/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Procedimento.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 16/2023, de Procedimento de Apuração para verificação do cumprimento das competências e atribuições no âmbito pedagógico, administrativo-financeiro, e, democrático, dos diretores e diretores auxiliares, e, considerando o contido no protocolado n.º 18.907.091-8,

R E S O L V E:

Art. 1º Arquivar o procedimento instaurado em desfavor dos servidores: Carlos Eduardo Cardoso Tavares, RG n.º 4.729.XXX-5, professor, QPM, LF 01; e, Jeferson Sivek, RG n.º 4.562.XXX-6, professora, QPM, LF 92, com fulcro na Lei Estadual nº 18.590, de 13 de outubro de 2015, no Decreto Estadual n.º 7.943, de 22 de junho de 2021 e na Resolução n.º 7.123, de 10 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Decreto nº. 3664/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30139/2024

RESOLUÇÃO N.º 1699/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Procedimento.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 63/2022, de Procedimento de Apuração para verificação do cumprimento das competências e atribuições no âmbito pedagógico, administrativo-financeiro, e, democrático, dos diretores e diretores auxiliares, e, considerando o contido no protocolado n.º 19.266.501-9,

R E S O L V E:

Art. 1º Arquivar o procedimento instaurado em desfavor dos servidores: Valdeni Hising Munhe, RG n.º 3.020.XXX-6, professor, QPM, LF 88 e 89; e, Maria José dos Santos Macedo, RG n.º 3.335.337-5, professora, QPM, LF 01, com fulcro na Lei Estadual nº 18.590, de 13 de outubro de 2015, no Decreto Estadual n.º 7.943, de 22 de junho de 2021 e na Resolução n.º 7.123, de 10 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2027.
João Luiz Giona Junior
Decreto nº. 3664/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30496/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 1700/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Procedimento.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 64/2022, de Procedimento de Apuração para verificação do cumprimento das competências e atribuições no âmbito pedagógico, administrativo-financeiro, e, democrático, dos diretores e diretores auxiliares, e, considerando o contido no protocolado n.º 19.267.296-1,

R E S O L V E:

Art. 1º Arquivar o procedimento instaurado em desfavor do servidor Luis Antonio Vieira Martins, RG n.º 3.315.XXX-9, professor, QPM, LF 01 e 02, com fulcro na Lei Estadual nº 18.590, de 13 de outubro de 2015, no Decreto Estadual n.º 7.943, de 22 de junho de 2021 e na Resolução n.º 7.123, de 10 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Decreto nº. 3664/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30140/2024

RESOLUÇÃO N.º 1708/2024 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 21.853.105-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Jorge Luis dos Santos, RG n.º 5.038.XXX-4/PR, Vanessa Carla Bonfim Bevilaqua, RG n.º 8.984.XXX-3/PR, ambos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Indígena Cacique Onofre Kanhgren – EIEF, município de São Jerônimo da Serra/PR, jurisdicionado do Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Júnior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30057/2024

RESOLUÇÃO N.º 1711/2024 – GS/SEED

Súmula: Absolve servidor em Processo Administrativo Disciplinar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 19.006.642-8,

R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver o servidor Rogério Schnell, RG n.º 3.989.972-8, professor, QPM, LF 01 e 02.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

30227/2024

RESOLUÇÃO N.º 1715/2024 – GS/SEED

Súmula: Arquiva Procedimento.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, após vistos e examinados os Autos n.º 20/2023, de Procedimento de Apuração para verificação do cumprimento das competências e atribuições no âmbito pedagógico, administrativo-financeiro, e, democrático, dos diretores e diretores auxiliares, e, considerando o contido no protocolado n.º 20.589.349-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar os Autos n.º 20/2023, com fundamento no art. 69, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024.
Alisson Michel Messias
Portaria n.º 24/2024 – GS/SEED
Competência ao Diretor-Geral interino

30439/2024

RESOLUÇÃO N.º 1.721/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 27/2024 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.256.550-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e do Ensino Médio, do Colégio Dom Bosco Fazenda Rio Grande – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Espanha, 66, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida Centro Educacional Iguaçu Ltda e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3223/2023, de 23/05/2023, com vigência até 31/12/2023.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3379/2018, de 23/07/2018, com vigência até 31/12/2020.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3380/2018, de 23/07/2018, com vigência até 31/12/2020.

§ 2º A renovação do reconhecimento dos ensinos é concedida no período de 01/01/2021 a 31/12/2022, exclusivamente para fins de cessação.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

30417/2024

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 0123/2024 – FUNDEPAR

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270 de 25 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418 de 29/12/2014, regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 6.972 de 29 de maio 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais dos contratos de transporte de materiais e mobiliário do Instituto FUNDEPAR.

I - Gestor Titular: Daline Morais Kotleski Calluf – RG: 6.XXX.838-0 e CPF: 026.XXX.849-40 e Suplente: Heidi Mara dos Santos Eiglmeier– RG: 8.XXX.611-7, CPF: 041.XXX.959-09;

II - Fiscal Titular: Regina Kikuti - RG: 4.XXX.504-4 e CPF: 816.XXX.909-10; e Suplente: Rosa Laura Woellner de Arruda - RG: 4.XXX.508-3, CPF: 853.XXX.779-15.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Anote-se.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente
Decreto nº 3270/2023

30440/2024



Secretaria da Fazenda

PORTARIA Nº 66 DTE/SEFA, de 1 de Abril de 2024

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 1 de Abrilde 2024.

Marcos Buarque Montenegro
Diretor do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 66

ÓRGÃO 47 - Secretaria de Estado da Saúde UNIDADE GESTORA 476000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
706	8.049.999,74	8.049.999,74	2024FF000065
Total		**8.049.999,74**	

30309/2024

PORTARIA Nº 67 DTE/SEFA, de 2 de Abril de 2024

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 2 de Abrilde 2024.

Marcos Buarque Montenegro
Diretor do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 67

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO 17 - Escritório de Representação do Governo em Brasília UNIDADE GESTORA 170000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	10.000,00	10.000,00	2024FF000066
Total		**10.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453400			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	2.000.000,00	2.000.000,00	2024FF000066
Total		**2.000.000,00**	

ÓRGÃO 47 - Secretaria de Estado da Saúde UNIDADE GESTORA 476000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
706	20.000.000,00	20.000.000,00	2024FF000066
Total		**20.000.000,00**	

ÓRGÃO 13 - Casa Civil UNIDADE GESTORA 133300			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
501	11.900,00	11.900,00	2024FF000066
Total		**11.900,00**	

ÓRGÃO 33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços UNIDADE GESTORA 330000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	887.000,00	887.000,00	2024FF000066
Total		**887.000,00**	

ÓRGÃO 51 - Secretaria de Estado da Cultura UNIDADE GESTORA 510000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	5.000.000,00	5.000.000,00	2024FF000066
Total		**5.000.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453100			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	500.000,00	500.000,00	2024FF000066
Total		**500.000,00**	

ÓRGÃO 39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública UNIDADE GESTORA 390000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
754	150.000,00	150.000,00	2024FF000066
Total		**150.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades UNIDADE GESTORA 670000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
754	30.531.061,00	30.531.061,00	2024FF000066
Total		**30.531.061,00**	

30466/2024

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS – CCRF
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS – PLENO

Número: 00025/2024 **SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL**
Data/Hora: 02/05/2024 17:00 **Afixada em: 01/04/2024**

---

01) RELATOR (A) EDUARDO MOREIRA LIMA RODRIGUES DE CASTRO

PAF:6634701-0 - A.V.L. FRANCISCO EIRELI / BASÍLIO PROKOPENKO
Procurador(es) : EDSON FELIPE MUCHOLOWSKI
Representante : SANDRO COUTO
Recurso : Rec. Revisão Contrib

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS – CCRF
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS – PLENO

Número: 00026/2024 **SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL**
Data/Hora: 07/05/2024 17:00 **Afixada em: 01/04/2024**

---

01) RELATOR (A) ELEUTÉRIO CZORNEI

PAF: 6633108-3 - COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO
Procurador(es) : MARCIO RODRIGO FRIZZO
Representante : RENATO MELLO MILANESE
Recurso : Rec. Revisão Contrib

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS – CCRF
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS – PLENO

Número: 00027/2024 **SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL**
Data/Hora: 09/05/2024 17:00 **Afixada em: 01/04/2024**

---

01) RELATOR (A) PAULO CEZAR PEREIRA GRUBER

PAF: 6635397-4 - ALPES DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. / FÁBIO MOREIRA NETO
Procurador(es) : LAÉRCIO ALCÂNTARA DOS SANTOS
Representante : SANDRO COUTO
Recurso : Rec. Revisão Contrib

29884/2024

PROTOCOLO Nº : 19.629.414-7

INTERESSADO : Tércio Rhodes Magalhães Silva

ASSUNTO : Prorrogação de regime de Teletrabalho

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 561/2024-SEFA/GS

Trata-se de protocolo inaugurado por requerimento promovido pelo Tércio Rhodes Magalhães Silva, Auditor Fiscal, lotado na Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SEFA/ATIC), por meio do qual solicitou autorização para a **concessão de regime de teletrabalho por 60 (sessenta) dias**, conforme Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor e Plano de Trabalho colacionados (mov. 3);

Após trâmites de praxe, o pedido foi deferido através do **Despacho n° 0406/2023-SEFA/GS** (mov. 13), concedendo-se o regime de teletrabalho ao requerente por 60 (sessenta) dias, o qual foi prorrogado, por igual período, através do **Despacho n° 0867/2023-SEFA/GS** (mov. 39), por 120 (cento e vinte) dias, conforme o **Despacho n° 1267/2023-SEFA/GS** (mov. 56), e por mais 120 (cento e vinte) dias, em atenção ao **Despacho n° 2020/2023-SEFA/GS** (mov. 78);

Considerando que a Diretoria-Geral desta Secretaria de Estado da Fazenda, em Despacho nº 638/2024 - SEFA/DG (mov. 97), manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento do pleito;

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022, da Resolução SEFA nº 592/2022 e da Resolução SEFA nº 593/2022;

Autorizo a prorrogação do regime de teletrabalho ao interessado por **120 (cento e vinte) dias corridos**, nos planos do Plano de Trabalho (mov. 10).

É o despacho.

Curitiba, 01 de abril de 2024

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

30002/2024

PROTOCOLO Nº : 21.560.809-3

INTERESSADO : Raquel Karina Loch Burin

ASSUNTO : Concessão de regime de Teletrabalho

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 562/2024-SEFA/GS

Trata o presente expediente de Protocolo inaugurado através do **Memorando nº. 003/2024 – DTE/DCMF** (mov. 2), por meio do qual a interessada solicitou a concessão de regime de teletrabalho, salientando que: "*a ora requerente é genitora de Isabela Loch Burin, que necessita acompanhamento especial ante suas condições de saúde, especialmente por ter sido diagnosticada com Epilepsia Ociptal, tipo Panayiotopoulos (CID G40.0), condição médica que exige administração de medicação especial e supervisão mais constante, razão pela qual justifica-se a solicitação da servidora à adesão ao regime híbrido de teletrabalho*";

Para fins de comprovação do estado de saúde da filha, a servidora juntou, no ANEXO 1 do expediente, o **Atestado Médico do diagnóstico** devidamente certificado pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM/PR);

Com o término do regime, a solicitante, através do **Memorando Nº. 1636/2024 – DTE/DCMF** (mov. 23), requereu a prorrogação do teletrabalho, com a devida anuência da chefia imediata (mov. 30) ;

Por fim, em Despacho nº 084/2024 - SEFA/CIGT (mov. 31), a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta SEFA informou que: *"entende que a solicitação de teletrabalho do(a) interessado(a) atende os requisitos dispostos no Decreto 9.879/2021"*;

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022, da Resolução SEFA nº 592/2022 e da Resolução SEFA nº 593/2022;

Considerando que, a despeito do pedido de prorrogação de 60 (sessenta) dias pela requerente, a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta SEFA entendeu que a requerente faria jus à **prorrogação de 120 (cento e vinte) dias**;

AUTORIZO a concessão de regime de teletrabalho à requerente pelo período de **120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da publicação desta decisão.

É o despacho.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

30162/2024

PROTOCOLO: 19.927.702-0
INTERESSADA: GLOBOAVES SÃO PAULO AGRO AVÍCOLA LTDA.
CAD/ICMS: 90361015-87
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Expansão. Transferência de créditos. Siscred "Conta Investimento". Complementar. Exclusão da condição de valor mínimo para a realização de transferência. Uso do crédito pelo destinatário em parcela única. Resolução SEFA n. 181/2024.

DESPACHO N. 554/2024-SEFA/GS

I. Com base e nos termos do Relatório AAET/DIF n. 036/2024, complementar ao Relatório AAET/DIF n. 020/2024, autorizo a realização de ajustes em relação aos termos e condições retratadas no Relatório AAET-DIF n. 020/2024, que trata no enquadramento da empresa GLOBOAVES SÃO PAULO AGRO AVÍCOLA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 07.580.512/0001-13 e no CAD/ICMS sob o n. 90361015-87, no Programa Paraná Competitivo, para se excluir a condição relacionada com o estabelecimento de valor mínimo para a realização das transferências em etapas e para esclarecer que a utilização pelo estabelecimento destinatário poderá ser realizada em uma única parcela nos termos da Resolução SEFA n. 70/2024, com alteração introduzida por meio da Resolução SEFA n. 181/2024;
II. Cientifique-se a requerente para manifestação da concordância, no prazo de até dez dias, sob pena de arquivamento;
III. Em aceitando, publique-se no Diário Oficial do Estado - DOE;
IV. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 27 de março de 2024.

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

30455/2024

PROTOCOLO: 20.824.339-0
INTERESSADA: TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A.
CNPJ: 09.469.900/0001-57
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Expansão. Transferência de créditos. Siscred "Conta Investimento". Complementar. Exclusão da condição de valor mínimo para a realização de transferência. Uso do crédito pelo destinatário em parcela única. Resolução SEFA n. 181/2024.

DESPACHO N. 555/2024-SEFA/GS

I. Com base e nos termos do Relatório AAET/DIF n. 035/2024, complementar ao Relatório AAET/DIF n. 019/2024, autorizo a realização de ajustes em relação aos termos e condições retratadas no Relatório AAET/DIF n. 019/2024, que trata no enquadramento da empresa TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A., CNPJ n. 09.469.900/0001-57 e CAD/ICMS n. 90678464-59, no Programa Paraná Competitivo, para se excluir a condição relacionada com o estabelecimento de valor mínimo para a realização das transferências em etapas e para esclarecer que a utilização pelo estabelecimento destinatário poderá ser realizada em uma única parcela nos termos da Resolução SEFA n. 70/2024, com alteração introduzida por meio da Resolução SEFA n. 181/2024;
II. Cientifique-se a requerente para manifestação da concordância, no prazo de até dez dias, sob pena de arquivamento;
III. Em aceitando, publique-se no Diário Oficial do Estado - DOE;
IV. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 27 de março de 2024.

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

30456/2024

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

RESOLUÇÃO Nº 006/2024/SEIC

Designa servidores para Agente de Ouvidoria, Agente de Transparência e Agente de Controle Interno de Secretaria de Estado da Secretaria De Estado da Indústria, Comércio e Serviços

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS no uso de suas atribuições

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

conferidas pelo inciso I, do parágrafo único do art. 90, da Constituição do Estado do Paraná e pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023.

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor FABIO LUIZ DE QUEIROZ TELLES, nomeado pelo Decreto n. 4468 de 18 de dezembro de 2023, para ocupar a função de Agente de Controle Interno.

Art.2º Designar a servidora GISELA CHAMECKI RIGLER SETTE, RG n. 3.621.575-5, nomeada pelo Decreto 4468 de 18 de dezembro de 2024 para ocupar as funções de Agente de Ouvidoria e Agente de Transparência

Art.3º Revoga-se a Resolução n°002/2023 de 29/03/2023.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo efeitos desde 21 de março de 2024.

Curitiba, 21 de março de 2024

RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS

Secretário de Estado

30497/2024

Secretaria de Infraestrutura e Logística

RESOLUÇÃO SEIL Nº 010/2024

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21.352/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado, da Secretaria de Estado e Infraestrutura e Logística – SEIL, nos termos do protocolado nº 21.852.955-0

GRATIFICAÇÃO RODOVIÁRIA			
NOME	**RG**	**HISTÓRICO**	**A PARTIR DE:**
Osmar da Rocha Borba	6.314.487-8	Desempenhar as funções pertinentes ao almoxarifado, atuando no recebimento, distribuição, conferência, armazenamento e registro dos materiais em estoque, bem como na Gestão de planilha de controle de entradas de materiais.	07/03/2024

Curitiba, 27 de março de 2024.

Sandro Alex

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

30003/2024

DER

DESPACHO: 302/2024-DG
PROTOCOLO: 21.702.998-8

1. HOMOLOGO, cumpridas as formalidades legais, com fundamento na Lei nº 15.608/2007, no Decreto nº 4189/2016 e nos termos do Parecer nº 170/2024-PJ/ADM o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº 075/2024-DER/DAF/CA, distribuído em 06 (seis) lotes, ADJUDICADO à empresa EXTINT EXTINTORES LTDA, a prestação de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Extintores de PQS, CO2, AP, ABC e Mangueiras de Incêndio com substituição de componentes, quando estimado no lote, para atender o Edifício Sede e demais unidades do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, conforme segue :

LOTE	VALOR (R$)
01	R$ 6.989,58
02	R$ 1.900,00
03	R$ 15.500,00
04	R$ 5.200,00
05	R$ 4.400,00
06	R$ 12.000,00

2. Publique-se.
3. À Diretoria Administrativo-Financeira para os demais procedimentos.

Em 01 de abril de 2024.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

DESPACHO: 248/2024-DG
PROTOCOLO: 21.780.349-7

1. Com base na justificativa da Diretoria de Operações, demais documentos inclusos no processo em referência e no Parecer nº 28/2024, emitido pela Procuradoria Jurídica deste Departamento em 04/03/024, RECONHEÇO a situação de emergência que deu ensejo a presente Dispensa de Licitação que tem por escopo a execução dos serviços de obra para recuperação do sistema de drenagem, inclusive substituição de BSTC Ø 0,80m no km 169,53 da rodovia PR-180, no município de Cruzeiro do Oeste, no âmbito da Superintendência Regional Noroeste do DER/PR, conforme especificações, quantidades e condições gerais dispostas de acordo com o Termo de Referência, projeto e memorial. AUTORIZO, cumpridas as formalidades legais, a realização da despesa no valor de R$ 1.062.209,62 e ADJUDICO o objeto à empresa Zuli Construtora de Obras Ltda.
2. Publique-se.
3. À Diretoria de Operações para as devidas providências.

Em 01 de abril de 2024.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

DESPACHO: 247/2024-DG
PROTOCOLO: 21.775.124-1

1. Com base na justificativa da Diretoria de Operações, demais documentos inclusos no processo em referência e no Parecer nº 27/2024, emitido pela Procuradoria Jurídica deste Departamento em 01/03/2024, RECONHEÇO a situação de emergência que deu ensejo a presente Dispensa de Licitação que tem por escopo a execução dos serviços para recuperação da obra da estrutura da rodovia no encontro com a ponte sobre o Ribeirão Paixão, localizada no quilômetro 394,42 da rodovia PR-218, próximo ao município de Amaporã, no âmbito da Superintendência Regional Noroeste, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo 01 deste Edital e no projeto Básico de Engenharia AUTORIZO, cumpridas as formalidades legais, a realização da despesa no valor de R$ 532.079,18 e ADJUDICO o objeto à empresa Zuli Construtora de obras ltda..
2. Publique-se.
3. À Diretoria de Operações para as devidas providências.

Em 01 de abril de 2024.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

30553/2024

PORTARIA Nº 130/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XXI do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE:

Designar nos termos da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, os servidores Ramirez Colodel Figueiredo Pereira, RG. 9.***.356-1; Julio Ribeiro Baptista, RG. 8.***.451-9; Roberto Abagge dos Santos, RG. 6.***.042-4, para que, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, para apurar os fatos ocorridos no Contrato nº 098/2020, constantes no protocolo nº 21.727.926-7.

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado eletronicamente)

Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

30288/2024

PORTARIA Nº 134/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 20.748.956-5, RESOLVE:

	Nome /Rg	**Solicitação**	**Histórico**
			Como **Gestor** do **Contrato:**

DESIGNAR	Alex Severo Alves, RG. 3.***.617-0	Mem. n° 70/2024 SR NORTE	**220/2024,** cujo objeto é, a contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Comuns de Engenharia Referentes a Reparos no Escritório Regional do Vale do Ivaí – ERIVAÍ, do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER PR, com área aproximada de 1.751,00 m², sito na Rodovia do Café, BR 376, Km 247, s/n.º, no município de Apucarana, Paraná, conforme planilha orçamentária de referência (Anexo XIII) e demais elementos técnicos instrutores.
DESIGNAR	Joao Candido Saldanha Borsato RG: 2.***.009-1	Mem. n° 70/2024 SR NORTE	Como **Fiscal** do **Contrato: 220/2024,** cujo objeto é, a contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Comuns de Engenharia Referentes a Reparos no Escritório Regional do Vale do Ivaí – ERIVAÍ, do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER PR, com área aproximada de 1.751,00 m², sito na Rodovia do Café, BR 376, Km 247, s/n.º, no município de Apucarana, Paraná, conforme planilha orçamentária de referência (Anexo XIII) e demais elementos técnicos instrutores.

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

30289/2024

PORTARIA Nº 135/2024-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XXIII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido n° 21.934.285-3, RESOLVE:

Designar os servidores **Érica Aurélia de Melo da Silva, RG n° 6.***.081-6 (Pregoeira), Michelle Hasse Varela de Chaves, RG nº 6.***.803-3 (Equipe de Apoio), José Victor Andreatta, RG nº 12.***.526-4 (Equipe de Apoio) e Everson Luiz Pedroso, RG n° 3.***.305-7 (Suplente),** para atuarem como Comissão de Licitação, especificamente para fase externa do Processo Licitatório: **Pregão Eletrônico nº 080/2024- DER/DAF – Protocolo nº 21.708.162-9** – cujo objeto é, Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de fornecimento e instalação de dispositivos de segurança para atender a "Resolução Contran n.º 859 de 2021" que dispõe sobre sistema de segurança para caminhões tipo basculante.

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

30290/2024

Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital

Resolução nº 058/2024

Súmula: Designa servidores para as funções de gestor substituto e fiscal substituto de contrato administrativo.

Diretora-Geral da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital, nomeado pelo Decreto Estadual nº 4671, de 29 de janeiro de 2024 e no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução SEI nº 017/2024, e considerando o contido no Protocolo nº,.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JULIANO BOGUZ OLIANI, RG nº 82129987, para atuar como Fiscal Substituto do Contrato nº 1215/2023, cujo objeto é serviço de motorista, para atender as demandas da SEI.

Art. 2º Designar o servidor Roberto Simoni Neto, RG nº 105540248 para atuar como gestor substituto do Contrato Administrativo nº 1215/2023, cujo objeto é serviço de motorista, para atender as demandas da SEI.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de março de 2024.

Jéssica Ieger
Diretora-Geral da Secretaria de Estado da Inovação,
Modernização e Transformação Digital

30015/2024

Secretaria da Justiça e Cidadania

RESOLUÇÃO Nº 13/2024 – DG/SEJU - RETIFICADO

Súmula: Dispõe sobre a regulamentação do Regime de Trabalho em Turnos (RTT), as trocas de plantões dos Agentes de Segurança Socioeducativos, e o fluxo para obtenção de horário especial de servidor estudante.

A DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 44 da Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03 de 1º de janeiro de 2023 e Resolução nº 34 de 2023 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, nomeada pelo Decreto Estadual nº 1025 em 23 de março de 2023, **RESOLVE**:

CAPÍTULO 1

DO RODÍZIO DO PLANTÃO NOTURNO

Seção I
Disposições preliminares

Art. 1° Caberá à Direção da Unidade Socioeducativa:

§1º Organizar e divulgar, por meio de Edital, a oferta de vagas para os plantões noturnos, nos termos da presente Resolução.

§2º Instituir comissão organizadora, responsável pelo andamento do certame, composta por três membros de cargo diverso dos concorrentes.

Seção II
Das Vagas

Art. 2° O Edital ofertará a quantidade de 50% das vagas preenchidas no serviço noturno, dispensando-se as casas decimais se resultar em número fracionado.

Art. 3° As vagas noturnas dos Agentes de Segurança Socioeducativo serão ofertadas por gênero, cabendo à Direção da Unidade Socioeducativa estipular e apresentar fundamentação expressa acerca da reserva de vagas, respeitando-se o que segue:

I – As vagas destinadas aos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade femininas devem, obrigatoriamente, ser compostas por, pelo menos, uma servidora do gênero feminino, respeitando-se os critérios de classificação.

II – As vagas destinadas aos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade masculinas devem, obrigatoriamente, ser compostas por, pelo menos, um servidor do gênero masculino, respeitando-se os critérios de classificação.

III – As vagas destinadas aos Centros de Socioeducação mistos deverão ser compostas por servidores de ambos os sexos, obedecendo a proporção de vagas para internos de cada gênero, respeitando-se os critérios de classificação.

Seção III
Das Inscrições

Art. 4° Antes de efetuar a solicitação de inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos, cabendo ao mesmo apresentar a documentação exigida.

Art. 5° Os servidores interessados em concorrer às vagas reservadas para o plantão noturno deverão contemplar os seguintes requisitos:

I – Estar em pleno desempenho das atividades do cargo/função;

II – Apresentar à comissão avaliadora a ficha de inscrição em até 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia após a divulgação do Edital de Oferta de Vagas;

III – Não ter sofrido punição disciplinar de natureza grave nos últimos 12 (doze) meses, anteriores à divulgação do Edital, contados ininterruptamente.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§1º Para os fins exclusivos a que se destina esta Resolução, considera-se pleno desempenho das funções o afastamento em virtude de:

I – Férias;

II – Licença especial;

III – Licença paternidade ou maternidade;

IV – Licença para tratamento de saúde, inclusive de familiares;

V – Licença para concorrer a cargos eletivos;

VI – Casamento;

VII – Teletrabalho;

VIII – Ter exercido o cargo de Diretor/ Diretor Assistente de Unidade Socioeducativa ou junto à gestão da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo.

§2º Caberá à comissão organizadora providenciar o dossiê funcional dos candidatos, no primeiro dia útil após o fechamento das inscrições. A emissão da documentação dos candidatos deverá impreterivelmente ser realizada na mesma data.

Art. 6° O servidor que atua no período noturno não poderá se inscrever para concorrer à permanência na vaga por mais um período de 1 (um) ano, salvo aqueles enquadrados em horário especial por força de ordem judicial ou legislação específica.

Seção IV
Da reserva de vagas para servidor estudante

Art. 7° Ao servidor estudante, devidamente matriculado em instituição de ensino de nível superior, devidamente reconhecida pelo MEC e em curso na modalidade presencial, serão reservadas 25% do total de vagas da unidade socioeducativa de lotação, limitadas por categoria profissional, dispensando-se as casas decimais se resultar em número fracionado.

§1º Para casos em que exista a lotação máxima de 2 profissionais na mesma categoria em ambos plantões noturnos, fica definido a oferta de 1 vaga para servidor estudante.

§2º Terão preferência para as vagas específicas de servidor estudante, os servidores devidamente matriculados em curso com grade curricular integral, haja vista a dificuldade de laborarem em horário especial.

§3º Subsidiariamente, no caso de não haver servidores estudantes matriculados em curso de grade curricular integral suficientes para preencher as vagas destinadas ao servidor estudante, poderão concorrer às vagas de que trata esse artigo, servidores que eventualmente estejam matriculados em cursos com grade curricular diurna, matutinos ou vespertinos.

§4º Para concorrer à vaga específica de servidor estudante, o candidato deverá no momento da inscrição atender, além do descrito no Art. 5°, comprovante de matrícula e grade curricular.

§5º O servidor estudante não contemplado por vagas especiais para estudantes, poderá concorrer para as vagas gerais, desde que obedeça os demais critérios de seleção constantes desta resolução.

§6º Ocupadas as vagas destinadas aos servidores estudantes, estas apenas serão disponibilizadas novamente quando extinta a motivação anterior, seja por conclusão, desistência ou não observância das exigências contidas no Art. 8° desta resolução.

Art. 8° O servidor contemplado na vaga destinada a estudante deverá encaminhar à Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo protocolo contendo grade curricular, comprovante de matrícula e cópia da divulgação do edital no qual foi contemplado em até 15 dias após a data de divulgação do resultado final.

§1º. O servidor estudante deverá apresentar mensalmente o comprovante de frequência acadêmica à sua chefia imediata.

§2º. O comprovante de matrícula deverá ser anexado no início de cada novo período, conforme protocolo gerado e especificado no Art.8.

§3º. A inobservância ao estabelecido nos parágrafos anteriores culminará no cancelamento do direito à permanência no plantão noturno, sendo sua vacância suprida pelo suplente, conforme classificação do edital e respeitado ao Art. 26, até sua disponibilização por edital subsequente.

Art. 9º Ficam estabelecidos os seguintes critérios de desempate para vaga noturna de estudante:

I - Menor número de vezes contemplado em horário especial para estudante;

II - Menor Número de protocolos de solicitação de horário especial atendidos;

III - Menor Número de formações superiores;

III - Maior idade.

Seção V
Da Vacância

Art. 10° Não havendo servidores interessados a concorrer à vaga no plantão noturno, terá preferência em permanecer o servidor que desempenhe menos tempo no referido turno, respeitando-se o disposto no Art. 3º.

Parágrafo único. Caso ainda haja vacância, o preenchimento das vagas no plantão noturno poderá ser suprido mediante designação da Direção da Unidade adotando-se, sucessivamente, os seguintes critérios:

I - Assiduidade, aos moldes do estabelecido no Art. 12 desta resolução;

II - Maior tempo de serviço no cargo função;

III - Maior tempo de serviço na Unidade Socioeducativa;

IV - Maior tempo de serviço público;

V - Maior idade.

Seção VI
Da Classificação

Art. 11° Cabe à Comissão avaliadora analisar a documentação e dar continuação ao processo.

Art. 12° A classificação dos servidores para o período noturno será realizada mediante a adoção do critério de assiduidade.

§1º A pontuação obtida classificará o servidor em ordem decrescente, sendo considerado o período dos últimos 12 meses até a data do Edital, adotando-se a seguinte pontuação:

I – Nenhuma falta injustificada: 10 (dez) créditos;

II – Até 1 (uma) falta não justificada: 08 (oito) créditos;

III – Até 2 (duas) faltas não justificadas: 06 (seis) créditos;

IV – Até 3 (três) faltas não justificadas: 04 (quatro) créditos;

V – Até 4 (quatro) faltas não justificadas: 02 (dois) créditos;

VI – Mais de 5 (cinco) faltas não justificadas: nenhum crédito.

§2º A classificação para a vaga do plantão noturno seguirá os seguintes critérios de desempate:

I – Menor número de vezes contemplado em processos anteriores; considerando os últimos 5 anos;

II – Maior tempo ininterrupto de trabalho no período diurno na unidade socioeducativa em que concorre a vaga;

III – Maior tempo de serviço na Unidade Socioeducativa em que concorre ao cargo;

IV – Maior tempo de serviço público;
V – Maior idade.

Art. 13° Para elaboração da relação nominal dos profissionais que passarão para o turno diurno, correspondentes a quantidade de vagas disposta no Art. 2º, será adotada uma ordem classificatória decrescente, tendo como critério o tempo de permanência no plantão noturno, isto é, será realizada a transferência do servidor que atuou por maior tempo no plantão noturno.

Parágrafo único. Em caso de empate, terá preferência em permanecer no plantão noturno o servidor que, na seguinte ordem, dispuser de:

I – Menor número de vezes contemplado em processos anteriores, contados dos últimos 5 anos;
II – Maior tempo de serviço na Unidade Socioeducativa em que concorre ao cargo;

III – Maior tempo no cargo;

IV – Maior idade.

Seção VII
Do Resultado

Art. 14° A divulgação do resultado de classificação deverá ocorrer por meio de publicação de Edital, afixado em local visível e de fácil acesso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia após o término do prazo de inscrição dos servidores, com as seguintes informações:

I – Relação dos servidores que irão compor o plantão noturno em ordem de classificação, sendo especificadas as vagas destinadas aos alunos estudantes, quando houver;

II - Relação de suplentes por ordem de classificação;

III – Relação dos servidores que deixarão de compor o plantão noturno para laborar no período diurno.

Art. 15° O servidor classificado que desistir da transposição ou permanência a qualquer período no plantão noturno, ser considerado como contemplado no processo, e deverá comunicar por escrito à Comissão. Esta providenciará a substituição do servidor seguindo a ordem de classificação estabelecida no Art. 17, parágrafo II.

Parágrafo único: Aos servidores contemplados em vaga para estudante que desistirem ou concluírem o curso será computado, para os efeitos deste edital, o período em que esteve em horário noturno. Será considerado contemplado, em cada ano de permanência no plantão noturno.

Seção VIII
Dos Recursos

Art. 16° Da divulgação do resultado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia após a publicação do resultado, caberá pedido de reconsideração à Direção da Unidade Socioeducativa.

§1º A direção da Unidade Socioeducativa tem o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia após o prazo final para interposição dos pedidos de reconsideração e divulgação do resultado final, de forma expressa, que deverá ser publicizado em local visível a todos, apresentando os motivos da manutenção ou mudança da divulgação do resultado preliminar.

§2º Os pedidos de reconsiderações intempestivos serão indeferidos sumariamente**.**

Art. 17° Da divulgação da análise do pedido de reconsideração realizada pela Direção da Unidade Socioeducativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia após a publicação, caberá recurso à Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo, por meio de protocolo digital, realizado diretamente pelo próprio servidor, devendo comunicar formalmente ao Diretor da Unidade o número gerado pelo protocolado.

§1º O recurso não possui efeito suspensivo.

§2º Recursos intempestivos serão indeferidos sumariamente.

Art. 18° A Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo deverá apresentar resposta em até 10 dias úteis, a contar do primeiro dia posterior à interposição do recurso, com cópia da decisão à Direção da Unidade Socioeducativa.

Seção IX

Da Mudança de Turno

Art. 19° As mudanças de turno, objeto da presente Resolução, serão realizadas no início do mês subsequente à divulgação do resultado do Edital.

Art. 20° A substituição temporária de servidor que estiver afastado pelos motivos elencados no Art. 5º, §1º, no momento da troca de turno, seguirá a classificação disposta no Art. 17, parágrafo II da presente Resolução.

§1º: O tempo que o servidor permanecer afastado, pelos motivos elencados no Art. 5º, §1º, será contabilizado como tempo de jornada noturna.

Art. 21° A troca de turnos entre os servidores deverá respeitar o intervalo mínimo de 24 horas entre a última jornada de trabalho do turno anterior e a primeira jornada de trabalho do novo turno.

Seção X
Das Disposições Gerais

Art. 22° Considerando os riscos à segurança da Unidade Socioeducativa, a permanência do servidor no turno noturno está condicionada à sua conduta funcional, sendo que faltas injustificadas, atrasos, assim como a desobediência às normas da unidade, poderão acarretar na mudança do servidor para o plantão diurno, mediante fundamentação expressa da Direção da Unidade.

Art. 23° Transcorridos 6 meses da publicação anterior, será divulgado novo Edital para provimento de Vagas para o plantão noturno, seguindo os mesmos procedimentos e critérios definidos nesta Resolução, resultando na emissão de nova ordem classificatória dos servidores.

Art. 24° Os afastamentos e vacâncias oriunda de desistência dos servidores do plantão noturno serão supridas pelos suplentes classificados, na seguinte ordem:

I – O primeiro suplente classificado suprirá o afastamento do primeiro servidor titular que usufruir de férias/licença.

II – O segundo suplente classificado suprirá o afastamento do segundo servidor titular que usufruir das férias/licença, e assim sucessivamente.

§1º O período de substituição pelos suplentes aos agentes efetivos, não computará como efetivo trabalho noturno, não podendo ser motivo de impedimento ou de quaisquer desvantagens.

§2º A listagem de suplentes utilizadas para as substituição de servidores afastados/desistentes será sempre a última publicada pela unidade socioeducativa, devendo ser substituído na data da mudança de turnos também as suplências em curso.

§3º Não havendo suplentes classificados, caberá à Direção designar servidor para suprir o afastamento.

Art. 25° Compete à Direção das Unidades Socioeducativas o controle e a rigorosa fiscalização das medidas objeto desta Resolução.

CAPÍTULO II
DAS ESCALAS DE PLANTÃO

Art. 26° A relação dos servidores das Unidades Socioeducativas que trabalham em Regime de Trabalho em Turnos - RTT, de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, deverão constar em Escala de Plantão.

Art. 27° A quantidade de servidores necessários nos turnos diurnos e noturnos será determinada de acordo com a necessidade dimensionada pela Direção da Unidade Socioeducativa.

Art. 28° Cada Unidade Socioeducativa deverá elaborar, mensalmente, as seguintes relações nominais de agentes de segurança socioeducativo:

I – Composição das equipes de cada plantão: Plantão “A” Diurno, Plantão “B” Noturno, Plantão “C” Diurno e Plantão “D” Noturno.

II – Cronograma com a relação nominal dos plantonistas de cada dia do mês;

III – Relação nominal da escala de folgas, férias e licenças;

IV – Relação nominal dos servidores distribuídos nos postos de serviço.

Parágrafo único. As relações especificadas deverão estar afixadas em local de fácil visualização, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

CAPÍTULO III
DAS TROCAS DE PLANTÃO

Art. 29° Serão permitidas, excepcionalmente, até cinco trocas de plantão por mês, desde que o servidor não ultrapasse a jornada de 24 horas ininterruptas de trabalho.

§1º A troca deverá ser solicitada por requerimento, conforme formulário anexo à presente Resolução, assinado pelos servidores interessados na troca de escalas de trabalho.

§2º No requerimento deverá constar a anuência da Direção.

Art. 30° O servidor que não comparecer ao dia da escala de trabalho objeto de troca, por falta não justificada, fica proibido de efetivar qualquer outra troca de escala de trabalho pelos próximos três meses subsequentes à falta consumada.

Art.31° Fica terminantemente proibida a compensação ou reposição de escalas de trabalho por motivo de faltas ao serviço.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32° Compete à Direção das unidades socioeducativas o controle e a rigorosa fiscalização das medidas objeto desta Resolução.

Art. 33° Os casos de protocolos vigentes para permanência no plantão noturno objetivando formação superior deverão seguir os mesmos critérios estabelecidos neste edital, ficando automaticamente vinculado à vaga do servidor estudante.

Art. 34° Os casos considerados omissos, duvidosos ou excepcionais deverão ser submetidos previamente ao Diretor da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo, por meio da direção da unidade, para análise e deliberação.

Art. 35° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36° Revoga-se a Resolução nº 277/2020 – DEASE/SEJUF.

Rúbia Rossi
Diretora Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

30328/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Despacho nº 257/2024 – DG/SEJU
(Protocolo nº 21.666.451-5)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023 e considerando o Memorando nº 039/2024 - SEJU/NAS (mov. 02), na Informação nº 0145/2024 (mov.3) SEJU/NFS, bem como na Informação Técnica nº 079/2024 SEJU/AT (mov.39) a solicitação de autorização para aquisição material de expediente: lápis preto 6B, PE 28/2023 – lote 16, via Sistema de Registro de Preços – SRP realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio do Departamento De Logística Para Contratações Públicas DECON. sendo que este protocolo atenderá as demandas da Secretaria da Justiça e Cidadania, por intermédio da empresa contratada **Companhia: JM PAPELARIA LTDA, CNPJ:38.613.730/0001-30,** no valor de **R$ 180,00 (Cento e oitenta reais).**
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos e prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 26 de março de 2024.

Rúbia Rossi
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

29987/2024

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

Resolução nº 028/2024 - SEMIPI/DG

Designa servidora para responder pela Diretoria de Políticas Públicas para Mulher, nas ausências e impedimentos no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e a Resolução nº 051/2023- GAB/SEMIPI, publicada no DIOE PR edição 11523 de 17/10/2023, nomeado pelo Decreto Estadual nº 493, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 11.359, de 13 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Fátima Ikiko Yokohama, RG 1.XXX.332-X SESP/PR, para responder, nas ausências e impedimentos da Diretora Mariana de Sousa Machado Néris, RG 1.XXX.667 SSP/DF, pela Diretoria de Políticas Públicas para Mulher, vinculada a Diretoria-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

(assinatura eletrônica)

Diego Buligon

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

30391/2024

RESOLUÇÃO Nº 030/2024 – SEMIPI/DG

Dispõe sobre o controle de frequência de servidora, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e a Resolução nº 051/2023-GAB/SEMIPI, nomeado pelo Decreto Estadual nº 493, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 11.359, de 13 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica dispensada do cumprimento de registro de ponto, nos termos do Parágrafo Único do Art. 7º da Resolução nº 11, de 14 de abril de 2023, as servidoras que exercem atividade, interna e externa, incompatível com a fixação de horário de trabalho:

I – Roberta Gomes Justus Costa, RG 3.XXX.077-X SESP/PR;

II – Pollyana Mayumi Gabardo, RG 9.XXX.285-X SESP/PR.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

(assinatura eletrônica)

Diego Buligon

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

30389/2024

Ao sexto dia do mês de Dezembro de dois mil e vinte e três, às nove horas da manhã, reuniram-se ordinariamente no Palácio das Araucárias representantes e conselheiros da sociedade civil do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, Conselheiros e representantes Governamentais e Convidados. **Participantes: Conselheiros Governamentais:** Jane Cristina Lobato Vasques*/SEJU*, André Luiz Serio*/SEIL*, André F. Eiterer*/SEDEST*, Ellen Cunha do Nascimento*/SEEC* Silberto Cardoso*/SEDEF*, Gustavo Mussi/*CCIVIL*, Josil do Rocio Voidela Baptista*/SEIL*, André Luiz Brandão*/SESP*, Clemilda Santiago/*SETI,* Daniele Martin Sandri/ *SEAB* **Conselheiros da Sociedade Civil:** Ana Maria dos Santos/Benzedeiras, Suely Alipio dos Santos/Cipozeiras, Robson Borges Arantes/ Religião de Matriz Africana, Dimas Gusso/Faxinalenses, Zuleide dos Santos/Caiçaras, Ana Maria dos Santos da Cruz/Quilombolas, Misael Jefferson Nobre/Ilhéus. **Convidados:** Eduardo de Oliveira Filho*/SEMIPI*, Ana Carolina Brollo de Almeida*/MPPR*, Pollyana Medeiros*/SEMIPI*, Kethlen Tie/*Terra de Direitos,* Jaqueline*/Terra de Direitos* Daniela Koteski, Matheus *NUCIDH/DPPR*. **Justificativas de Ausência:**. **Secretária Executiva:** Hayanne Iovanovitchi. **Discussão:** Em primeiro momento, Hayanne em sua qualidade de Secretária Executiva deste conselho informou que seriam aguardados alguns minutos para iniciar, considerando o preenchimento do quórum, informa que as conselheiras faltantes estavam subindo, e que a demora se deu pelo problema com os elevadores no palácio das araucárias. **Pautas:** Apreciação e Aprovação das Pautas; Aprovação da Ata de outubro de 2023; Relato das Comissões; Informes da Secretaria Executiva e dos Conselheiros; Calendário Anual 2024 para aprovação; Indicação Gov para presidência; Central de Viagens; Regimento Interno; Cadastro Único de Povos e Comunidades Tradicionais; Informes Gerais; e Encerramento. **Inclusão de pauta: Gustavo Mussi/Casa Civil** - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola; **André Eiterer/IAT** - portaria 241; **Antonio Barbosa/DPE** - como está sendo construído o calendário da CPLI, que as comunidades sejam com antecedência; **Dimas Gusso/Faxinalense** questiona o retorno do ofício enviado ao IAT, para informações sobre o projeto da SEUC, solicitando que fosse apresentado qual o estado atual de andamento do projeto. Aprovados os pontos a serem acrescentados nas pautas. **Pauta - Aprovação da ata de Outubro de 2023**: **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** relata que na ata não apareceu na ata a questão da redistribuição de 2 cadeiras do conselho, relacionado a garantia de uma cadeira aos povos de religiões de matriz africana e faxinalenses. **Gustavo Mussi/Casa Civil** comenta que teria ficado sob a responsabilidade de Pollyanna/SEMIPI para ser estudado como poderia ser feito a mudança das cadeiras, mas que é necessário constar em ata as discussões realizadas sobre o assunto. **Misael Jefferson/Ilhéus** aponta que pode ser feito uma discussão sobre as vagas que ficaram desocupadas com a saída dos povos indígenas e após isso ser feita uma solicitação de alteração da lei, sendo assim, sugere que seja feita a inclusão da discussão sobre a ocupação das cadeiras como ponto de pauta para que os conselheiros representantes da sociedade civil decidam sobre qual segmento irá ocupar as vagas que ficaram desocupadas. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** cita que relacionado a conferência a secretaria está pensando em fazer parcerias com as universidades para que possa ser feito o mapeamento das comunidades tradicionais do estado do Paraná, para então fazer a análise relacionado aos números de cadeira. **Misael Jefferson/Ilhéus** diz que o ponto mais urgente agora é a redistribuição das vagas por segmento, já que existem 2 cadeiras vagas, então pela tarde os conselheiros da sociedade civil vão discutir sobre como redistribuir pois a pauta esta se estendendo a 3 reuniões. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** pontua que aprovou uma ata que não leu, pois no seu entendimento teria ficado os ilhéus e as comunidade de terreiro. **Dimas Gusso/Faxinalense** diz que teria sido indicadas duas mulheres, uma ilhéu e uma faxinalense de pinhão para ocupar as vagas, e reforça a necessidade do comprometimento dos conselheiros com a participação no conselho. **Misael Jefferson/Ilhéus** pede para que seja dado andamento nas pautas. **Retomam a aprovação da ata, com a in-**

clusão da sugestão do Robson. Hayanne/Secretaria Executiva passa para a próxima pauta, fazendo a leitura dos informes. Nenhum conselheiro se manifesta para informe. Segue para a próxima pauta. **Pauta - Aprovação do calendário de 2024:** Os presentes solicitam que seja trocada a data da reunião de fevereiro, pois seria durante o carnaval. É sugerido pelo Misael e Robson que as reuniões sejam feitas de terça e quarta feira, fevereiro será no dia 20 e 21 de fevereiro, abril 16 e 17, 11 e 12 de junho, 13 e 14 de agosto, 22 e 23 de outubro e 10 e 11 de dezembro. **Misael Jefferson/Ilhéus** pede a aprovação. **Jane Vasques/SEJU** sugere que a reunião de dezembro seja feira antes por conta da prestação de contas, então decidem mudar para os dias 3 e 4 de dezembro. **Jane Vasques/ SEJU** pergunta se as reuniões seriam todas no Palácio das Araucárias, **Hayanne/ Secretaria Executiva** diz que precisa avaliar novamente a disponibilidade de salas. Calendário Aprovado. A secretaria executiva passa para a próxima pauta e cita que a Clemilda solicitou que a pauta da presidência fosse mudada para o período da tarde, sem oposições, avança para as pautas das comissões. **Pauta - Relato das Comissões: Andre Eiterer/ IAT inicia** o relato das pautas das comissões pelo protocolo 19.2006.870-3. Cita que entraram em contato com o advogado do faxinalense que sofreu violência no Faxinal de São Roquinho, município de Pinhão. **Misael Jefferson/Ilhéu** pergunta sobre o andamento do processo. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que a noticia final é que foi arquivado o processo, é necessário solicitar via que a defensoria pública. **Jaqueline/ Terra de direitos** solicita que seja oficiado o CAOPJDH-MP/PR, pois foi quem pediu desarquivamento do caso. **Dimas Gusso/Faxinalense** relata que o conflito é com os fazendeiros da região, próximo a uma barragem e segundo os relatos a causa da caça gera conflitos, que o acusado teve a casa invadida por policiais, sem mandado judicial, ocasião em que usaram gás de pimenta de maneira brutal, atacando o Edenilson, que quando teve oportunidade correu, momento em que foram disparados tiros em sua direção. Cita ainda que a vítima registrou boletim de ocorrência mas foi ameaçado para que não fosse levado a diante o processo. Relata que diversos faxinalenses são ameaçados em seus territórios, que já envenenaram até peixes. **Andre Eiterer/IAT** cita que parece que no processo foi invertido os fatos, alegando que o Edenilson que atirou nos policiais em um primeiro momento, e que é necessário solicitar apoio do CAOPJDH. Cita que é um assunto delicado e que é preciso que os presentes ajudem. Aprovado o envio de ofício ao CAOPJDH, para solicitar uma analise sobre o arquivamento do processo, sugerindo que ele seja retomado e oficio solicitando informações para a SESP, e defensoria pública. **Jaqueline/ Terra de direitos** diz que foi a promotoria da comarca que arquivou o processo, onde os policiais militares da região que realizaram a tortura, ocorrendo várias formas de ocultar o caso. Então talvez não seja adequado oficiar a promotoria da comarca. A Plenária aprova a pauta. **Ana Brolo/ MP** pergunta qual o número do oficio do CAOP. **Andre Eiterer/IAT** cita que na verdade o oficio irá sair a partir das discussões da comissão de agora. **Jane Vasques/SEJU** solicita que a secretaria executiva avalie as pastas de 2022. A Secretária Executiva relata que o oficio estava parado na chave do CPCT. **Ana Brolo/MP** ficou responsável por procurar se já existem ofícios nesse sentido. **Andre Eiterer/IAT** da seguimento as pautas. Protocolo 19.2006.591-7, em que a DPU oficiou o CPCT para identificação de comunidade tradicionais no parque e reserva, informa que ficou responsável por levar a discussão para o IAT para que seja possível realizar o levantamento. A plenária aprova. **Misael Jefferson/Ilhéus** pontua sobre a portaria 241, onde a comissão decidiu enviar um protocolo para o IAT solicitando um formulário simplificado para facilitar a compreensão e aplicação da portaria nas comunidades tradicionais, que já é previsto na lei, mas não ocorre. **Jaqueline/Terra de direitos** diz que existiu outro ponto nessa questão, envolvendo a policia como um todo que atuam nessas áreas, dizendo que falando com um sargento apontou que seria necessário um curso para tratar sobre as comunidades tradicionais, pois pela falta de conhecimento da policia, acabam atuando de maneira incorreta. Solicitou a SESP para iniciar a partir da escola de governo a construção de uma capacitação para os policiais do estado relacionadas aos povos e comunidades tradicionais. Além disso, foi sugerido a criação de uma nota técnica que circulasse em todos os batalhões/policiais para acesso a um documento físico. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** sugere que não seja colocado com nome de formação, após, inicia os relatos sobre a comissão que faz parte, inicia com o protocolo 16859726-6, onde a comissão sugeriu encaminhar a solicitação para a SEJU, considerando ser antigo o protocolo em que a união cigana do brasil não entrou na pauta da reunião de 2020, ainda, reforçam a necessidade da comunidade cigana discutir e incluir esse ponto de pauta para que seja colocado na conferência. **Jane Vasques/SEJU** diz que essas pautas agora estão na SEMIPI e pede para explicar o motivo de enviar a pauta para a SEJU. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** explica que o questionamento é do motivo por não ter sido dado encaminhamento à época em que a pasta estava na referida Secretaria. **Jane Vasques/SEJU** sugere que seja enviado o oficio a SEJU e também a SEMIPI. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que conversou com a Clemilda, que se colocou a disposição para enviar o oficio a todos os municípios sobre a situação de acampamento dos povos ciganos, mas mesmo assim a decisão é do prefeito do município, então é importante que esses pontos sejam trazidos para o conselho para ser levado para a conferência. Aprovam o encaminhamento. **Pauta – Cadeiras: Pollyanna Medeiros/SEMIPI** inicia o relato sobre o andamento da alteração da lei, onde a antiga secretaria executiva já havia encaminhado a alteração da lei. Realiza a leitura da lei alterada. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** e **Misael Jefferson/Ilhéu** solicitam a ata onde foi aprovada a alteração da lei, pois não condiz com a vontade dos conselheiros da sociedade civil. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** cita que a alteração é do mês de agosto. **Hayanne/ Secretaria executiva** diz que a alteração do mês de abril foi a alteração para a criação do Conselho dos Povos Indígenas, a alteração do mês de agosto é relacionada as cadeiras. **Ana Brolo/MP** diz que nas últimas reuniões solicitou que fosse exposta a lei como está atualmente. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** lê os itens que foram modificados e as datas em que foram modificados, a mudança das vagas foi realizada em agosto de 2023. **Misael Jefferson/Ilhéu** diz que a lei esta equivocada, pois na reunião em que a Isabella e o Denis estavam presentes foi decidido aumentar uma vaga dos ilhéus e das religiões de matriz africana, e diz que com essas grandes mudanças no conselho, eles não estão conseguindo ter acesso as atas e estão sendo desrespeitados, considerando que não estão sendo consultados nas mudanças, cita que é necessário terem respeito. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** diz que com relação a esse problema das cadeiras, é relacionado a antiga secretaria executiva, e que algumas questões que se perderam no caminho. **Jaqueline/ Terra de direitos** diz que existe um problema recorrente de mudança da secretaria executiva e de presidência, que ocorre a cada seis meses. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** explica que a única alteração feita pela SEMIPI foi com relação ao Denilto e Alfrania, as outras modificações foram de outras secretarias. **Misael Jefferson/Ilhéu** diz que não pode haver a perca de informações e atas, que o governo precisa padronizar e manter o registro. **Hayanne/Secretaria Executiva** diz que existem documentos que não são disponíveis de abrir por causa da mudança das pastas e que esta fazendo o possível para retomar o que foi perdido, bem como para colocar em ordem de agora em diante. **Ana Brolo/MP** diz que a cadeira foi modificada em Abril. **Robson Borges/ Religiões de Matriz Africana** sugere que se a plenária decidir pode ser feita alteração novamente, e que a gestão de agora não pode pagar pelos erros das gestões anteriores. A reunião online cai e a secretaria executiva explica que estão sem técnicos da SEMIPI presentes no prédio. **Pollyanna Medeiros/SEMIPI** informa a plenária que o protocolo de alteração da lei se encontra na ALEP. **Hayanne/Secretaria executiva** pontua que é necessário alterar o regimento interno do conselho, considerando a reforma administrativa. **Jane Vasques/SEJU** pontua que pode ser aproveitado para fazer as correções que sejam solicitadas pelos conselheiros. **Hayanne/Secretaria executiva** sugere que se for aprovado ela pode encaminhar a parte burocrática. **Jane Vasques/SEJU** sugere que uma comissão faça a analise, leve para a plenária, para depois encaminhar. **Misael Jefferson/Ilhéu** sugere que a secretaria executiva faça as alterações lógicas e depois seja feita a análise pela comissão de gestão e financiamento para ser levada a plenária. **Jane Vasques/SEJU** questiona como vai ser encaminhada a questão da lei. **Gustavo Mussi/Casa Civil** explica que os conselheiros da sociedade civil vão discutir, depois vai ser levada a plenária para alteração da lei de acordo com a vontade da sociedade civil. **Pauta - Central de Viagens: Celso Ricardo/SEMIPI** explica sobre a ficha de solicitação de viagem, como informar os horários, quais os processos para as viagens serem aprovados e os prazos para solicitação e prestação de contas. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que para eles algumas questões já estavam resolvidas, que para eles quando eles chegam na cidade a primeira coisa é tirar fotos dos comprovantes e encaminham para a secretaria executiva para na próxima reunião trazer os comprovantes físicos, e diz que eles não tem o custeio de envio de correio, diz que na hora do almoço eles vão para o hotel, porque chegam de madrugada e não conseguem descansar, então eles querem utilizar os translado na hora do almoço também. **Hayanne/Secretaria Executiva** diz que o processo de entrega por foto e o físico na volta para a próxima reunião já era o processo e que isso pode se manter. **Roseli Cristina/SEMIPI** solicita que eles se retirem da reunião por conta de agenda com a Diretora Clemilda. **Misael Jefferson/Ilhéu** questiona que na lista entregue esta escrito que é necessário colocar os comprovantes de alimentação e hospedagem. **Hayanne/Secretaria Executiva** explica que não é necessário, que entende qual é o processo e a dificuldade em entregar os documentos e que vai ajudar no que for preciso, pois também pertence a comunidade tradicional e entende como as coisas funcionam. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** questiona o motivo de Roseli e Celso terem saído, que ainda tem 10 minutos de reunião e que isso pode gerar confusão, pois não terminaram de explicar e esse era o momento para tirar dúvidas. **Misael Jefferson/Ilhéu** encerra a reunião para a pausa do almoço. **Hayanne/Secretaria Executiva** reforça as pautas da tarde. Pausa para o almoço às 12:00 com retorno às 13:00. **Pauta – Indicação Presidência:** Inicia-se com relato da **Clemilda Santiago/SETI** sobre a indicação da presidência para informando sobre a reunião realizada com o gov e indicação da gestão governamental para presidência do CPCT, cita que houve consenso entre os gov para que o Gustavo Mussi assuma a presidência pela proximidade e pelo trabalho que já vem realizando com PCT'S a muitos anos. **Gustavo Mussi/ Casa Civil** agradece a indicação e cita que não muda sua perspectiva sobre o papel da presidência, cita que a presidência não tem atribuição que não seja participar do colegiado e que todas as decisões devem ser realizadas pelo colegiado. **Misael Jefferson/ Ilhéu** declara Gustavo Mussi empossado. **Pauta – Central de Viagens: Celso Ricardo/SEMIPI** inicia realizando uma nova explicação sobre a central de viagens e disse que não é necessário prestar contas da hospedagem e alimentação, somente comprovante de transferência ou saque. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** questiona a questão de enviar fotos dos comprovantes e trazerem o físico na próxima reunião. **Roseli Cristina/SEMIPI** diz que vai confirmar no financeiro para ver se é

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

possível fazer dessa forma. **Ana Maria/Quilombola** pontua que caso não for necessário é preciso receber o valor do combustível até o correio e o valor do correio. **Celso Ricardo/SEMIPI** diz que organizou uma lista de assuntos e lê para a plenária. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que só ficaram duas questões, fotos e encaminhamento por correio e a outra questão é o translado para o almoço. **Celso Ricardo/SEMIPI** diz sobre a necessidade de serem tiradas fotos de boa qualidade para ser possível a leitura do conteúdo. **Roseli Cristina/SEMIPI** diz que vai tirar a dúvida com o financeiro, referente ao translado na hora do almoço. **Hayanne/Secretaria Executiva** pede para encaminhar para a próxima pauta, do cadastro único. **Pauta Cadastro Único PCT'S:** **Misael Jefferson/Ilhéu** inicia falando que são poucas as comunidades tradicionais que tem acesso ao cadastro único, que não conseguem discriminar como comunidades tradicionais. Questiona como podem fazer para ter esses segmentos no cad único. **Magali/SEDEF** inicia a explicação sobre qual é o funcionamento do cad único, gpde, grupo tradicionais específicos, identificados dentro do cad único. Cita que a discussão sobre incluir novos povos já foi levantada, mas existe dificuldade por parte do governo federal. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que existe um decreto federal que descreve 28 comunidades, decreto 6040, PNPCT. **Magali/SEDEF** pede para a Secretaria Executiva projetar o material que ela trouxe para explicar o relatório de informações sociais, com dados demográficos dos cadastrados no cad único e que recebem bolsa família de acordo com segmento. Ela sugere sair um oficio do conselho para a Secretaria Nacional que coordena o cadastro único SAgi CAD, solicitando a inclusão de povos e comunidades tradicionais se apoiando na PNPCT, e diz que elas podem se identificar com mais de uma categoria, ex: ilhéus + pescadores artesanais. **Clemilda Santiago/SETI** diz que existe um decreto estadual que cita os 12 povos dos estado do Paraná de nº 5881/2020 de 7 de outubro de 2020, assinado pelo governador e secretario de saúde, descrevendo as populações citadas como grupos de vulnerabilidade social. **Magali/SEDEF** diz que é melhor colocar a PNPCT pelo o programa do cad único ser nacional. **Misael Jefferson/Ilhéu** como encaminhamento cita para que seja feito o ofício pedindo a inclusão e diz que existe reivindicação de novos segmentos de povos e comunidades tradicionais, mas que é necessário a organização para que possam reivindicar cadeiras. **Elaine/SEDEF** fala sobre a importância de se autodeclarar como tal povo ou comunidade tradicional. **Magali/SEDEF** fala da necessidade dos documentos básicos para o cadastro, mas para quilombolas e indígenas é aceito qualquer documento. Magali diz que o município não pode ter mais de 16% de famílias unipessoais no cad único, exceto indígenas e quilombolas. **Andre Eiterer/IAT** pergunta sobre os territórios coletivos. **Magali/SEDEF** diz sobre modelo de declaração para comprovar que residem em um local específico e que existe modelo de moradia coletiva. **Hayanne/ Secretaria executiva** questiona a questão do comprovante de residência. **Magali/SEDEF** diz que eles declaram onde estão e que eles podem atualizar sempre que mudarem. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** pontua os dados da comunidade de terreiro, porque geralmente o que acontece é a política de reordenamento coordenado pelas atividades religiosas de outros segmentos religiosos e que os povos de terreiro se recusam a participar por conta disso. Ainda, diz que se for pensar que 90% das entidades possuem cunho religioso elas não contemplam os povos de terreiro e geram desconforto para essas pessoas frequentarem esses espaços. **Ana Brolo/MP** pergunta se existe algum calendário ou rotina para fazer a busca dos povos e comunidades tradicionais para incluí-los no cad único, e pergunta se existe um calendário de capacitação para as pessoas que realizam os cadastros. **Magali/SEDEF** diz que o cad único teve crescimento na pandemia ao mesmo tempo que aconteceu a defasagem da capacitação, e que os municípios vão receber recurso para a capacitação, voltada para atualizar o cadastros unipessoais e comunidades tradicionais, e desenvolver com as universidades a busca ativa de povos e comunidades tradicionais para incluir no cad único. **Ana Brolo/MP** pergunta se já se sabe qual é o recurso destinado a esse trabalho, é um recurso federal, se a secretaria sabe desse acesso. **Magali/SEDEF** diz que vai pesquisar o valor desse ano, mas no ano que vem vai ser disponibilizado ainda o valor. **Ana Brolo/MP** pontua que os conselheiros da sociedade civil podem participar da construção desses processos. **Magali/SEDEF** cita que a questão da averiguação do cadastro unipessoal alcançou 224 mil pessoas e o valor era 6 milhões. A plenária aprova o encaminhamento de ofício para o sagi cad. **Ana Brolo/MP** pergunta sobre como as pessoas que se autodeclaram em dois segmentos são mencionadas como povos e comunidades tradicionais. **Magali/SEDEF** diz que isso existe de poder se autodeclaram em dois segmentos e que essa ideia pode ser incluída nos próximos seminários. Encerra-se a pauta. **Retorno da pauta – Central de Viagens:** **Cintia/SEMIPI** diz que o deslocamento para o almoço não é possível, somente por conta, não pode ser utilizado o valor do translado, quanto ao recibo diz que pode ser por foto desde que esteja legível e que exista o comprometimento para trazer os documentos oficiais depois. Encerra-se a pauta. **Retorno da pauta – Cadeiras:** **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** inicia falando sobre terem considerado a necessidade de inclusão de outras comunidades, mas que essas comunidades precisariam se organizar, então eles decidiram que as vagas remanescentes dos povos indígenas ficarão uma vaga para os ilhéus e uma vaga para os povos de terreiro. **Pollyanna/SEMIPI** inicia sua fala dizendo sobre a alteração da lei, onde o antigo coordenador acertou as vagas remanescentes dos povos indígenas e foi acertado diretamente com a Casa Civil, diz que agora é necessário que seja enviada a deliberação do conselho para a Assessoria Técnica do Gabinete para que seja feita uma nova alteração com a decisão do conselho, porém, essa tramitação não ira acontecer esse ano devido ao recesso. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que o que eles gostariam que na primeira reunião do ano que vem eles já tivessem isso alterado. **Pollyanna/SEMIPI** diz que é necessário enviar o protocolo com a deliberação e a justificativa, que se aproxima de um parecer de mérito. **Dimas Gusso/Faxinalense** diz que é necessário levar para a base dos faxinalenses essa nova decisão, já que houve uma expectativa relacionada a abertura de uma nova vaga para este segmento. **Pollyanna/SEMIPI** diz que talvez, quando for acertada as vagas, seja interessante abrir um edital para outras entidades demonstrarem interesse em participar do conselho. **Dimas Gusso/Faxinalense** diz que o conselho nacional vai abrir edital onde as organizações do Paraná já estão demonstrando interesse. **Ana Brolo/MP** diz que relacionado ao edital, a eleição deveria acontecer pela conferência, e que pelo fato dela não ter acontecido ainda gera dificuldade. **Pollyanna/SEMIPI** diz que não necessariamente. **Ana Brolo/MP** diz que na lei diz que precisava fazer a conferência, e que não ocorreu, diz que o Dr. Olympio entrou em contato com a Secretaria Leandre para tratar o assunto. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que em relação a conferência foi realizada uma reunião com a secretaria relacionado a essa especificidade e que esse ano ainda vai acontecer uma reunião para tratar sobre a fase preparatória, buscando parcerias de órgãos e instituições, para a partir disso se iniciar a construção dessa conferência, pontua que será um desafio devido a diversidades de segmentos e etnias dentro do conselho dos povos e comunidades tradicionais. Diz que ano que vem é ano eleitoral, além da questão do orçamento onde deve estar previsto todas as partes de logística do evento, se houver a possibilidade de fazer o edital antes, poderia ser interessante, pois a conferência pode ser pautada para depois das eleições. Pontua que já houverem 2 ou 3 reuniões para organização da conferência. **Ana Brolo/MP** coloca o artigo sobre a necessidade da conferência para as eleições (art. 9, decreto 17.425). **Hayanne/ Secretaria executiva** diz que a Pollyanna falou na reunião anterior que seria no final do segundo semestre do ano que vem. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que não garante, e que é melhor se comprometer com o momento após as eleições para que não se assuma um compromisso que não vai ser possível de executar. **Ana Brolo/MP** diz que a conferência era pra ter acontecido em 2013 e deveria acontecer de dois em dois anos. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que a SEMIPI assumiu o legado, mas que será necessário paciência para construir uma conferência bem organizada que contemple os povos. **Ana Brolo/MP** pergunta sobre o número do processo administrativo ou protocolo sobre as reuniões que estão tramitando sobre as tratativas da Conferência. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que não foram reuniões protocolares, foram reuniões internas. **Ana Brolo/MP** questiona se ainda existe a comissão. **Hayanne/ Secretaria Executiva** diz que ela ainda existe e inclusive aconteceu uma reunião online dessa comissão. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que eles podem criar um calendário de reuniões de acordo com o calendário do Conselho. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que é importante essa construção conjunta, e pergunta que a partir de uma avaliação do fórum, devido a necessidade de diversas pré conferências. **Hayanne/ Secretaria Executiv**a diz que se não houver repasse direto para o município não existe impedimento de ser feito no período eleitoral. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que é complicado que essas conferências ocorram no período eleitoral devido a organização. **Misael Jefferson/Ilhéu** diz que se as eleições não são municipais, não tem motivo para não acontecer, diz que faz dez anos que vem acontecendo esse processo que chega alguém aqui na reunião e diz um motivo para não acontecer a conferência. Que passaram a dos indígenas na frente, depois era para organizar a conferência no primeiro semestre de 2024 e agora no segundo de 2024. Que a parte da Secretaria é organizar para que seja feita no final do primeiro semestre, que já existem questões encaminhadas nas comunidades e minutas, e mais uma vez eles estão colocando desculpas para não realizar a conferência. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz que não estão deixando de escanteio, mas que ele está chegando agora. Que a SEMIPI quer fazer a do CPCT, e que não quer colocar expectativa enquanto não tiver a certeza que será possível de realizar e pergunta se é possível realizar as conferências livres em dois meses. Cita que sem conferências livres para comunicar e preparar as comunidades é difícil. Que não irá fazer o comprometimento de realizar a conferência sem que seja realizado levantamento dos dados e as atividades preparatórias. Pede a paciência para construir o processo com calma e trabalho em cima, sugere fazer um cronograma para a conferência paralelo ao cronograma do CPCT. **Clemilda Santiago/SETI** diz que estas proposições devem surgir da comissão de organização da conferência, e diz que quando o Eduardo coloca o prazo estendido é pela preocupação de um comprometimento com uma data e uma possível impossibilidade de realização das etapas prévias ao evento. Diz que o regimento da conferência deve ser construído antes do inicio das conferências livres, que as parcerias devem ser firmadas com as instituições e universidades, usando de exemplo a construção da conferência dos povos indígenas do paraná. Diz que antes do comprometimento com data é necessário a organização de todas logísticas. Que é necessário que a comissão da conferência trate sobre esses assunto e defina um calendário próprio. **Eduardo Filho/SEMIPI** reforça a necessidade das reuniões paralelas. **Misael Jefferson/Ihéu** diz que o Eduardo diz que estão acontecendo reuniões sem a participação do conselho e diz que relacionado aos povos e comunidades tradicionais, eles já são organizados, se for necessário em um mês eles se organizam nos núcleos organizados desses povos e comunidades e que inclusive já foram definidos alguns delegados para participar da conferência. Que assim que iniciou o mandato da dire-

toria já foi citado 3 datas, e que é necessário trabalhar para que seja realizada no final do primeiro semestre e não protelar para o final. Que o encaminhamento é tentar realizar para o final do primeiro semestre e depois caso não de a gente programa mais pra frente. Que quando for solicitado os delegados, eles se prontificam a organizar, só precisam das datas. **Gustavo Mussi/Casa Civil** sugere como encaminhamento um encontro do gov e das representações do conselho que compõem a comissão para tratar quais são os alinhamentos necessários para realização da conferência. **Clemilda Santiago/SETI** diz que a parte burocrática, de licitação, transporte e afins demora mais de 3 meses, precisamos da previsão de quantas pessoas que vão participar de cada etapa para então começar o processo burocrático e administrativo. **Misael Jefferson/Ihéu** diz que eles estão organizados mas que os ciganos não tem participação e eles não sabem como seria para organizar. **Hayanne/Secretaria executiva** diz que existe 5 organizações dos povos ciganos e que existe possibilidade de organização a partir disso, considerando que cada um tem uma maneira de organização. **Misael Jefferson/Ihéu** sugere que seja seguido a sugestão de Gustavo para as tratativas da conferência. **Eduardo Filho/SEMIPI** diz para tentar seguir para a construção de um calendário. **Dimas Gusso/ Faxinalense** diz que eles já tem algumas agendas e a necessidade de se pensar, e que a sociedade civil precisa se organizar e pensar como é possível ser feito. **Eduardo Filho/SEMIPI** sugere de encaminhamento para comissão a deliberação do calendário. **Tatiani Macarini/ SEMIPI** diz que é necessário construir um regulamento pré conferências para que haja um padrão de funcionamento das conferências. **Misael Jefferson/ Ihéu** diz que o que Gustavo Mussi pediu para encaminhar relacionado a essas datas é que eles precisam organizar as datas, que pra eles não tem carnaval, que eles organizam até fevereiro sem problemas, mas quem tem que fazer isso é a comissão. **Clemilda Santiago/SETI** pergunta quem faz parte da comissão. **Hayanne/Secretaria Executiva** cita os nomes. **Clemilda Santiago/SETI** pergunta se existe possibilidade de realizar a reunião. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que eles não tem agenda no final do mês e que no inicio de janeiro é possível fazer. **Hayanne/Secretaria Executiva** sugere dia 8 ou dia 10 caso seja possível autorização de viagem pela central de viagens. Caso não seja a reunião será agendada para fevereiro, pois a plenária prefere reunião presencial. **Dimas Gusso/Faxinalense** faz um informe as questões com a força verde e diz que criaram um seminário junto com a defensoria publica para dar conta da pauta, primeiro seminário de segurança publica e proteção jurídica dos faxinais, foi importante para entender a realidade a partir da presença no território e vivenciar a realidade, diz que existem diversas especificidades dos faxinalenses da região e que tiraram alguns encaminhamentos deste seminário como a criação do GT até Março, canal de diálogo e denuncia, 181, uma aba própria para os faxinais, formação da força verde a partir de 2024, e dar agilidade no SEUC. **Andre Eiterer/IAT** diz que foi uma oportunidade andar no território e conhecer a realidade faxinalense e que é necessário a integração entre os órgãos e a sociedade civil para que sejam construídas as políticas públicas. **Andre/ SESP** agradece a inclusão da SESP nesse processo e que a partir disso foi criado o canal de comunicação entre estes atores. **Pauta – PNGTAQ: Kethleen/ Terra de Direitos** começa a pauta sobre a PNGTAQ, decreto 11786, para valer nos estados é necessário um termo de adesão/cooperação e possui 5 eixos de objetivos gerais. Em um primeiro momento foi tirado na comissão um ofício que será enviado pela FECOQ para o Conselho pedindo a recomendação da adesão a esta política, onde diversas comunidades quilombolas participaram da construção, então a sugestão é que se inicie uma discussão na casa civil nesse processo, a partir do patrimônio material e imaterial, portaria 20 de novembro IPHAN, para que se inicie uma analise no estado para mapear esses patrimônios. **Clemilda Santiago/SETI** diz que na conferência é necessário discutir a readequação da lei para que se contemple esses povos. **Kethleen/ Terra de Direitos** diz que o que é necessário nesse caos é aderir ao decreto, que a criação de uma política é importante mas que ai precisa acontecer a CLPI, e que o decreto tem que ser aderido até 15 de maio, o que seria antes da conferência. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que na comissão ontem foi decidido que a partir dos ofícios seria criado uma comissão para a análise dessa recomendação de adesão, para que possa ser aprovado pelo conselho, e que o ele e o Andre Eiterer se disponibilizaram a fazer a análise e levar para a comissão. **Andre Eiterer/IAT** sugere que a terra de direitos como colaboradora pode participar. **Gustavo Mussi/Casa Civil** diz que tem duvida sobre a necessidade da CLPI. **Andre Eiterer/IAT** diz que é necessário aprofundar o estudo para depois aprovar a recomendação em plenária. **Robson Borges/Religiões de Matriz Africana** diz que esse decreto pode contemplar os povos de terreiro também. **Clemilda Santiago/ SETI** sugere a realização da uma reunião extraordinária devido a importância da temática. **Hayanne/Secretaria Executiva** recebe a confirmação e diz que as reuniões só vão poder ser realizadas na segunda quinzena de janeiro e pergunta qual a data possível para a reunião. A plenária decide marcar no dia 22 e 23 de janeiro a reunião da comissão organizadora da conferência e reunião da comissão de território. **Pauta - calendário da CLPI:** é reforçado o envio de ofício ao DER solicitando todas as datas e documentos apresentados pelas comunidades, para estabelecer o fluxo de informações para esse calendário de consulta. Com as pautas vencidas, a Secretaria Executiva encerra a plenária. Essa ata foi redigida pela servidora Taise Passos e revisada pela servidora Hayanne Iovanovitchi, secretária executiva em exercício do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

30505/2024

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 20.231.239-0

AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 846/2022 – PRC/PGE, a realização de Contratação por meio de Edital Chamamento Público nº 33/2022, da SANTA CASA DE ENGENHEIRO BELTRÃO / SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ENGENHEIRO BELTRÃO, inscrito no CNPJ sob nº 75.367.268/0001-65, CNES nº 2735962, com sede à Av. Ivaí nº 684, Centro, na cidade de Engenheiro Beltrão, no Estado do Paraná, para fins de estabelecer a garantia da vinculação do parto e atendimento das gestantes, puérperas e recém-nascidos, assim como atendimento das intercorrências, em concordância com os fluxos de vinculação previstos na **Linha Guia – Atenção Materno Infantil** e na Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná.

RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada para utilização do credenciamento, sendo esta situação enquadrada no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme parágrafo único do Art. 24 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

O presente Contrato vigerá pelo prazo de 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, cuja eficácia dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná, observando-se o contido no Art. 105 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e os demais critérios apresentados no Edital de Chamamento Público.

O valor mensal estimado para a execução do presente contrato importa em R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), perfazendo-se o valor estimado de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), para sua completa execução, durante os 60 (sessenta) meses de vigência deste Edital e dos contratos que eventualmente venham a ser firmados.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências legais, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 15.608/2007, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 2 de maio de 2023.

Assinado eletronicamente

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30359/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.410.511-0

AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da** Apae de Faxinal / Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Faxinal, inscrita no CNPJ sob nº 78.299.849/0001-03, Cnes nº 3407640, localizado à Rua Brasil, nº 1219, Centro, Município de Faxinal, através de Contrato para **Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 24.751,63 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 297.019,56 (duzentos e noventa e sete mil e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30277/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.421.227-7

AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância**, situado à Rua Cruz Machado , nº 615, Centro, na cidade de União da Vitória, inscrita no 81.644.718/0001-12, CNES nº 2568373, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais e ou/ Hospitalares nos termos do Programa de Qualificação e Estruturação dos Hospitais - HOSP MAIS e/ou à Estratégia de Qualificação Hospitalar EQH – UE, com fundamento nas Resoluções SESA nº 904/2023 e/ou Resolução SESA nº 905/2023, em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

A vigência inicial do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

O prazo de vigência inicialmente adotado poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária e financeira da SESA, conforme Resolução SESA nº 904/2023 e SESA 905/2023, e ainda, mediante a publicação de nova Resolução Sesa que deverá prever a extensão da vigência dos Programas.

O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato importa em R$ 83.461,29 (oitenta e três mil quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos), com recursos do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor de R$ 1.001.535,48 (um milhão, um mil quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) para a execução do presente contrato durante os 12 (doze) meses de vigência.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30273/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.564.871-0

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;
CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 544/2023, que dispõe sobre a aplicação de recurso financeiro emergencial para custeio de Atenção Especializada;

CONSIDERANDO a(s) Portaria(s) GM/MS nº 2506/23 e 1808/23, a(s) qual(is) define(m) valores individualizados e habilita(m) especificamente o prestador União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, CNPJ 81.270.548/0001-53, CNES 2740338 a receber R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) referente à Portaria GM/MS nº 2506/23 e R$ R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) referente à Portaria GM/MS nº 1808/23 em recursos federais emergenciais, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 288/2023-PGE (fl. 102) e Parecer Referencial nº 20/2023-PGE (fl. 103-124) no processo nº 21.069.835-3, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros emergenciais, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. **RECONHEÇO a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.1405/2018;**

2. **AUTORIZO a celebração de Termo de Convênio formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 81.270.548/0001-53, em cumprimento ao objeto proposto de Conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.1405/2018 SGS, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria GM/MS n.º 544/2023, por meio da aquisição de insumos: Material de Expediente; Material de Copa e Cozinha; Material de Limpeza e Produtos de Higienização; Uniformes, Tecidos e Aviamentos; Manutenção de Conservação de Máquinas e Equipamentos Pessoa Jurídica, por meio da transferência de recursos financeiros da União provenientes de recurso financeiro emergencial para custeio de Atenção Especializada ao(à) União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer entidade sem fins lucrativos, que participa de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).**

3. **O valor para a execução do presente Convênio importa em R$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) proveniente da fonte 706 do Tesouro Federal, que serão repassados em <u>parcela única.</u>**

4. **Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.**

5. **Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPC para as providências.**

Curitiba, *datado e assinado digitalmente***.**

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30272/2024

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.703.255-5

1. **AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto**

Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização do Instituto de Assistência Social e Saúde São José, situado à Rua Barão do Rio Branco , nº 2460, Centro, na cidade de Laranjeiras do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 07.689.270/0001-09, CNES nº 2741873, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais e ou/ Hospitalares nos termos do Programa de Qualificação e Estruturação dos Hospitais - HOSP MAIS e/ ou à Estratégia de Qualificação Hospitalar EQH – UE, com fundamento nas Resoluções SESA nº 904/2023 e/ou Resolução SESA nº 905/2023, em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. **RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.**

3. **A vigência inicial do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022).**

4. **O prazo de vigência inicialmente adotado poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária e financeira da SESA, conforme Resolução SESA nº 904/2023 e SESA 905/2023, e ainda, mediante a publicação de nova Resolução Sesa que deverá prever a extensão da vigência dos Programas.**

5. **O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato importa em R$ 81.154,83 (oitenta e um mil cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos), com recursos do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor de R$ 973.857,96 (novecentos e setenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos) para a execução do presente contrato durante os 12 (doze) meses de vigência.**

6. **Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.**

7. **Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.**

Curitiba, *datado e assinado digitalmente***.**

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30275/2024

RESOLUÇÃO SESA Nº 0386/2024

Declara estabilidade de servidor diante do Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto no Art. 41, § 4° da Constituição Federal, que trata da aquisição de estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, mediante avaliação especial de desempenho;

- o disposto no Art. 36, § 4° da Constituição Estadual, que trata da estabilidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício, tendo como condição obrigatória a avaliação especial de desempenho;

- o disposto na Lei Estadual n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná;

- a Resolução Conjunta SEAP/SESA n° 036, de 15 de setembro de 2017, que institui a Avaliação Especial de Desempenho para aquisição de estabilidade; e

- o contido no protocolado n° 17.843.858-1, que trata da avaliação especial de desempenho do estágio probatório da servidora Licia Daltro Souza Jara.

R E S O L V E:

Art. 1º Declarar a estabilidade, a partir de 11 de junho de 2.024, da servidora Licia Daltro Souza Jara, RG nº 13.231.571-0/PR, nomeada para o cargo de Promotor de Saúde Profissional, na função de Enfermeiro, diante da apresentação de resultado de servidor APTO para o exercício do cargo/função, no Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho do Estagio Probatório.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de abril de 2.024.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30180/2024

RESOLUÇÃO SESA Nº 0387/2024

Declara estabilidade de servidor diante do Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto no Art. 41, § 4° da Constituição Federal, que trata da aquisição de estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, mediante avaliação especial de desempenho;

- o disposto no Art. 36, § 4° da Constituição Estadual, que trata da eAstabilidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício, tendo como condição obrigatória a avaliação especial de desempenho;

- o disposto na Lei Estadual n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná;

- a Resolução Conjunta SEAP/SESA n° 036, de 15 de setembro de 2017, queinstitui a Avaliação Especial de Desempenho para aquisição de estabilidade;

- o contido no protocolado n° 17.733.119-8, que trata da avaliação especial de desempenho do estágio probatório da servidora Raissa Bittencourt.

R E S O L V E:

Art. 1º Declarar a estabilidade, a partir de 24 de fevereiro de 2.024, da servidora Raissa Bittencourt, RG nº 8.134.050-1/PR, nomeada para o cargo de Promotor de Saúde Profissional, na função de Enfermeiro, diante da apresentação de resultado de servidor APTO para o exercício do cargo/função, no Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho do Estagio Probatório.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de abril de 2.024.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30181/2024

RESOLUÇÃO SESA Nº 0388/2024

Declara estabilidade de servidor diante do Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto no Art. 41, § 4° da Constituição Federal, que trata da aquisição de estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, mediante avaliação especial de desempenho;

- o disposto no Art. 36, § 4° da Constituição Estadual, que trata da estabilidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício, tendo como condição obrigatória a avaliação especial de desempenho;

- o disposto na Lei Estadual n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná;

- a Resolução Conjunta SEAP/SESA n° 036, de 15 de setembro de 2017, que institui a Avaliação Especial de Desempenho para aquisição de estabilidade; e

- o contido no protocolado n° 18.112.617-5, que trata da avaliação especial de desempenho do estágio probatório do servidor Sidney Pinto da Silva.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

R E S O L V E:

Art. 1º Declarar a estabilidade, a partir de 11 de junho de 2024, do servidor Sidney Pinto da Silva, RG nº 6.061.757-0/PR, nomeado para o cargo de Promotor de Saúde Execução na função de Técnico de Laboratório, diante da apresentação de resultado de servidor APTO para o exercício do cargo/função, no Relatório Circunstanciado elaborado pela Comissão Especial de Avaliação de Desempenho do Estagio Probatório.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30182/2024

RESOLUÇÃO SESA Nº 0389/2024

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão na Escola de Saúde Pública do Paraná - ESPP em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o contido no protocolado nº 21.904.962-5.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor SANDRO VINICIUS DE ANDRADE BATISTA, RG. nº 8.548.093-6/PR, Auxiliar Administrativo, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão – CCE-10, na Escola de Saúde Pública do Paraná - ESPP, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de 01/04/2024 a 19/04/2024, em substituição, durante a fruição de férias da titular PATRICIA AZARIAS DOS SANTOS BUDEL, RG nº 6.462.873-9/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30183/2024

RESOLUÇÃO SESA Nº 0390/2024

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Seção de Regional de Saúde na 09ª Regional de Saúde em Foz do Iguaçu, durante a fruição de férias da titular.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o contido no protocolado nº 21.562.330-0.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora LUZIA PEREIRA DE SOUZA, RG. nº 4.817.214-8/PR, Técnico Administrativo, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Seção de Regional de Saúde – CCE-13, na 09ª Regional de Saúde, sede em Foz do Iguaçu, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de 08/04/2024 a 22/04/2024, em substituição, durante a fruição de férias da titular ROSANGELA SOARES DA SILVA, RG nº 4.442.081-3/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

30184/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 95 – 27 DE MARÇO DE 2024

Súmula: Prorroga prazo para conclusão de sindicância, instaurada através da Portaria FUNEAS nº 57/2024, conforme solicitação contida no protocolado 21.817.771-9.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro no parágrafo único, art. 145 da Lei nº 8.112/1990, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão da sindicância instaurada através da Portaria FUNEAS nº 57/2024.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

30262/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 96 – 27 DE MARÇO DE 2024

Súmula: Instaura sindicância para apurar suposta irregularidade ocorrida no Hospital Infantil Waldemar Monastier, conforme os fatos narrados no protocolado 21.925.377-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022; e considerando,

- a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;

- o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;

- que toda e qualquer atividade que cause ou possa causar prejuízo à Administração Pública, há de ser examinada, não apenas com finalidade de aplicação do regulamento disciplinar, mas também, como forma de criar mecanismos eficazes de controle da atividade administrativa;

- que certos atos praticados por servidor poderão ser apurados por Sindicância Administrativa, como supostamente revela os fatos narrados no protocolo 21.925.377-0;

- a necessidade de dar a maior transparência possível aos atos da administração, em atendimento aos seus princípios norteadores e aos cânones constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada, de acordo com o art. 10 da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, sindicância, tendo em vista suposta conduta merecedora de apuração que lhe é atribuída, para comprovar a existência dos fatos narrados no protocolado 21.925.377-0.

Art. 2º Designar VANESSA LENCIONI FERREIRA SUCHEK, FRANCIANE APARECIDA DE LARA e MAYARA EUSTACHIO JORGE, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Sindicante, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do procedimento, nos termos da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 3º A Sindicância terá o prazo de conclusão de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 28 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022.

Art. 4º Autue-se esta Portaria como peça inaugural de autos de Sindicância.

Art. 5º Encerrada a sindicância, remeterá a comissão, à autoridade que a instaurou, relatório circunstanciado com base nas regras estipuladas no art. 36 do Anexo I da Resolução FUNEAS nº 29/2022.

Art. 6º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

30265/2024

Secretaria da Segurança Pública

RESOLUÇÃO N° 164/2024

Designar servidores para comporem a Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta à ser oportunizado à empresa SOUTECH

COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO EIRELI,

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e pelo Decreto Estadual nº 4468, de 18 de Dezembro de 2023 e conforme protocolo nº 21.390.320-9.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, nos termos dos arts. 206, inciso II, e 209 e seus incisos, ambos da Lei Estadual n.° 20.656/2021, os servidores Carolina Schmeiske da Graça, CPF: XXX.XXX.899-41 e Danilo Garcia Sanchez, CPF: XXX.XXX.178-81, para comporem, sob a presidência da primeira nomeada, Comissão Provisória de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à ser oportunizado à empresa SOUTECH COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO EIRELI, inscrita sob o CNPJ n.° 36.417.420/0001-15, admitida pelo Contrato n.° 0225/2023 – GMS n.° 1114/2023, cujo objeto seria a aquisição de reagentes químicos, a fim de atender a demanda dos laboratórios de toxicologia forense e química forense da Polícia Científica do Paraná – PCP.

Art. 2º. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato, sendo admitida prorrogação de prazo, desde que motivada, por meio de solicitação a esta autoridade.

Art. 3°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 01 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

30245/2024

RESOLUÇÃO N° 165/2024

Lotação de servidor

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II, VII e X da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e conforme protocolo nº 21.948.237-0

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR o servidor Marcos Antônio de Faria, CPF XXX.XXX.769-49, ocupante de cargo comissionado executivo, na Polícia Militar do Paraná.

Art. 2°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 01 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

30260/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 303 – DRH, 01 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 21.847.805-0,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor Charles Fabio Kiefer, CPF XXX.XXX..070-86, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor da Cadeia Públia de Paranaguá, durante as férias do titular Marcio Maidel, CPF XXX.XXX.269-82, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 06 de maio de 2024 a 04 de junho de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Reginaldo Peixoto
Diretor-Geral da Polícia Penal.

30044/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.120.704-3

I – RECONHEÇO, com fundamento na Lei Estadual nº 14.268/2003, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 3.494/2004, e com base na Informação n.º 0439/2024 – AT/SESP, o direito à indenização, por morte, decorrente de fatos ocorridos em serviço, do Policial Militar SD. QPM 1-0 ODINEI ESPEDITO DE MATOS, CPF nº 010.379.469-79, requerido por VINÍCIUS COCO DE MATOS, filho do de cujus, representado por sua genitora Josiane Aparecida Matos, conforme a ordem sucessória estabelecida no artigo 1.829 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

II – CONDICIONO o pagamento da indenização à existência de saldo orçamentário no exercício, assim como à comprovação da ordem sucessória estabelecida no caso concreto ou, ainda, mediante apresentação de alvará judicial;

III – PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial desta Secretaria para as demais providências.

Curitiba-Paraná, 01 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

30232/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.738.653-5

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2021 e nos termos da Informação 414/2024-AT/SESP e artigo 1º, inciso IV, da Resolução PGE nº 67/2022, a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **MACALE TRANSPORTE E COMERCIO LTDA,** inscrita no CNPJ n° 19.018.615/0001-73, sediada no Município de Almirante Tamandaré/PR – em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1415/2022 – pretendendo a aquisição de mesas em L feitas de MDF, no valor global de **R$ 7.925,32 (sete mil, novecentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos),** conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 164/174.

II. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos de conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 27 de março de 2024.

Cel. PM RR HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

29990/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.763.626-4

I. INDENIZO, conforme o contido no protocolo em referência e com base na Informação nº 0400/2024 – AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, o débito em favor da empresa GVR – Administração e Locação de Bens S/S Ltda., inscrita no CNPJ nº 053.710.070/0001-70, **no valor de R$ 28.548,91 (vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos),** para cobertura de aluguel de imóvel, locação da sede do 30º BPM (antiga 4ª CIPM), localizado na rua Lupercio Pozatto, 555, Pq. Ind. José Belinati – Londrina-PR, após findo o prazo do Contrato nº 465/2016 – relativamente ao período de 01 a 31 de janeiro de 2024.

II. PUBLIQUE-SE;

III. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

30381/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

P O R T A R I A Nº 669-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando protocolo nº 18.042.553-5, resolve,

M A N T E R

ELIZANDRA APARECIDA DE ANDRADE, RG 13312272-9, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE LONDRINA, da Divisão de Polícia Especializada.

Motivo: Em atividade normal, conforme Atestado n.º 015/2024, de 19/02/2024, do CAP.

Curitiba, 25 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 671 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.858.977-4, resolve,

D E S I G N A R

RAFAEL NUNES MOTA, RG 16248259-9, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 58.ª Delegacia Regional de Polícia de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, da 19.ª Subdivisão Policial de FRANCISCO BELTRÃO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pelas Delegacias de Polícia de BARRACÃO, SALGADO FILHO e BOM JESUS DO SUL, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular LUCAS PINTO ARRUDA GONÇALVES DE FARIA, RG 16248210-6, Delegado de Polícia 4ª classe, no período de 16/04/2024 a 30/04/2024.

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 672-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 21.906.774-7;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

CESAR AUGUSTO DA COSTA GALVÃO, RG 8416959-5, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): Delegacia de Polícia do 2.º DISTRITO, da 10.ª Subdivisão Policial de Londrina, da Divisão Policial do Interior.

PARA: Delegacia de Polícia do 4.º DISTRITO, da mesma Subdivisão e Divisão.

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 673 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.735.445-5, resolve,

D E S I G N A R

PAULO RICARDO CUTRIM MACHADO FERREIRA, RG 16248269-6 – Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 47.ª Delegacia Regional de Polícia de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, da 20ª Subdivisão Policial de Toledo, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe da Delegacia de Polícia de SANTA HELENA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante a Licença Gala da titular YASMIN RAMOS ESPICALSKY**,** RG 16635546-0 – Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 18/03/2024 a 26/03/2024.

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 674-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 21.882.421-8, resolve,

D E S I G N A R

EDMILSON SEGUNDA, RG 6964388-4 e **ROSANE DE MELO CAMPANHARO**, RG 6681592-7, PAPILOSCOPISTAS POLICIAIS, em substituição ao servidor JULIANO BEIRAS, lotados na SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE PONTA GROSSA, para a função de Fiscais, do seguinte contrato:

CONTRATO	EMPRESA
653 e 908/2022	PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 675-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo n.º 21.919.415-3;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

LILIAN APARECIDA LIE BORGES KOGA, RG 7646147-3, PAPILOSCOPISTA POLICIAL;

DO(A): SETOR DE ANÁLISE E REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL, Instituto de Identificação do Paraná.

PARA: SUBDIVISÃO ADMINISTRATIVA, do mesmo Instituto.

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 676-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o protocolo nº 21.889.166-7, resolve;

D I S P E N S A R

a partir de 20/03/2024, DIOGO ARAUJO MODESTO, RG 16248135-5, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 9.ª Delegacia Regional de Polícia da LAPA, da 3.ª Subdivisão Policial de SÃO MATEUS DO SUL, da Divisão Policial do Interior, de responder

cumulativamente como Delegado Chefe pela 2.ª Delegacia Regional de Polícia de RIO NEGRO, da mesma Subdivisão e Divisão.

Curitiba, 27 de marco de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 677-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 21.907.737-8, resolve,

D E S I G N A R

ANELYSE ARAUJO, RG 6308002-0 e **CAROLINA PIRES GONÇALVES OSIKE**, RG 7749762-5, AGENTES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, lotadas na DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A SAÚDE, para a função de Fiscais, do seguinte contrato:

CONTRATO	EMPRESA
611 e 1008/2022	PRODUSERV SERVIÇOS LTDA

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 678-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o protocolo sob nº 21.913.061-9, resolve,

D E S I G N A R

ANDRE SILVA DZINDZIK, RG 8784017-4, Delegado de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções na 50.ª Delegacia Regional de Policial de UBIRATÃ, da 16.ª Subdivisão Policial de CAMPO MOURÃO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela Delegacia de Polícia de CAMPINA DA LAGOA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante licença gestação da titular MURIEL D AVILA DA CUNHA, RG 16638597-0, Delegada de Polícia 4ª classe, no período de 13/03/2024 a 08/09/2024.

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 679-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 21.911.563-6, resolve,

D E S I G N A R

CAMILA ZANARDO LOURENÇO DA SILVA COMIM, RG 7545559-3 e **FABIANA ALVES CALDERANI**, RG 12559715-7, PAPILOSCOPISTAS POLICIAIS, lotadas na SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MARINGÁ, para a função de Fiscais, do seguinte contrato:

CONTRATO	EMPRESA
653 e 908/2022	PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 683 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.900.493-1, resolve,

D E S I G N A R

LIVIA GRAZIELA PINI, RG 9437956-3, Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS, da 10.ª Subdivisão Policial de LONDRINA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela DELEGACIA DO ADOLESCENTE e pela Delegacia de Polícia do 3.º DISTRITO, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular WILLIAM DOUGLAS SOARES, RG 8128844-5, Delegado de Polícia 2ª classe, no período de 23/04/2024 a 30/04/2024.

Curitiba, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 684-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 21.907.013-6, resolve,

D E S I G N A R

RAFAEL BACELAR DE SOUZA, RG 8105705-2, Delegado de Polícia, exercendo suas funções na DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA, para a função de Gestor do contrato nº 0682/2023, que abriga a DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL no MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS, em substituição ao servidor GETULIO DE MORAIS VARGAS, RG 6970430-1, Delegado de Polícia.

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 685-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 21.921.268-2, resolve,

D E S I G N A R

ANELYSE ARAUJO, RG 6308002-0 e **CAROLINA PIRES GONÇALVES OSIKE**, RG 7749762-5, AGENTES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, lotadas na DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A SAÚDE, para a função de Fiscais, do seguinte contrato:

CONTRATO	EMPRESA
131/2023	RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 686-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D I S P E N S A R

FABIANO MOZA DO NASCIMENTO, RG 14648934-6 – Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE HOMICÍDIOS, da 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior, de responder cumulativamente como Delegado Chefe da Delegacia de Polícia do 2.º DISTRITO, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 1785-A/2024 da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel e despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.900.267-0".*

Curitiba, 27 de março de 2024

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

P O R T A R I A Nº 687-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

LUIS ROGERIO RAMOS SODRE, RG 9986875-9, Delegado de Polícia 2ª classe, exercendo suas funções na 15.ª Subdivisão Policial de CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe da Delegacia de Polícia do 2.º DISTRITO, da mesma Subdivisão e Divisão, "*conforme Ofício n. 1785-A/2024 da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel e despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.900.267-0*".

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 688 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições contidas no inciso I, e §4º, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

I - R E M O V E R :

PAULO RICARDO CUTRIM MACHADO FERREIRA, RG 16248269-6, DELEGADO DE POLÍCIA;

DO(A): 47.ª Delegacia Regional de polícia de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, da 20ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior.

PARA: Delegacia de Polícia de SANTA HELENA, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 11/2024 da 20ª Subdivisão Policial de Toledo e despacho da Divisão Policial do interior, encartados no Protocolo Digital 21.899.434-2".*

II – D E S I G N A R: para Delegado Chefe da Delegacia de Polícia de SANTA HELENA, da 20ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior.

III – D I S P E N S A R: de Delegado Chefe da 47.ª Delegacia Regional de polícia de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, da 20ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior.

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 689 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições contidas no inciso I, e §4º, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

I - R E M O V E R :

YASMIN RAMOS ESPICALSKY, RG 16635546-0, DELEGADA DE POLÍCIA;

DO(A): Delegacia de Polícia de SANTA HELENA, da 20ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior.

PARA: 47.ª Delegacia Regional de polícia de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 11/2024 da 20ª Subdivisão Policial de Toledo e despacho da Divisão Policial do interior, encartados no Protocolo Digital 21.899.434-2".*

II – D E S I G N A R: para Delegada Adjunta da 47.ª Delegacia Regional de polícia de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, da 20ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior

III – D I S P E N S A R: de Delegada Chefe da Delegacia de Polícia de SANTA HELENA, da 20ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior.

Curitiba, 27 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 690-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 21.811.762-7, resolve,

D E S I G N A R

LEANDRO FARNESE TEIXEIRA, RG 14035124-5, Delegado de Polícia e **FABIANO RODRIGO COSTA**, RG 9138323-3, Agente de Polícia Judiciária, lotados na DIVISÃO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO - NÚCLEO DE CURITIBA, em substituição a servidora ANDRESSA MENINE MANN, RG 13445923-9, para a função de Gestor e Fiscal, respectivamente, do seguinte contrato:

CONTRATO	EMPRESA
611/2022	PRODUSERV SERVIÇOS LTDA

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 691 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.900.575-0, resolve,

D E S I G N A R

VITOR DUTRA DE OLIVEIRA, RG 14161017-1, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na Delegacia de Polícia de IBIPORÃ, da 10.ª Subdivisão Policial de LONDRINA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO e pela Delegacia de Polícia do 1.º DISTRITO, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular EDGARD HILDEBRAND SORIANI, RG 12636565-9, Delegado de Polícia 2ª classe, no período de 01/04/2024 a 30/04/2024.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 692 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.920.540-6, resolve,

D E S I G N A R

DANIELA CORREA ANTUNES ANDRADE, RG 10011019-9, Delegada de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções na Delegacia de Polícia do 3.º DISTRITO, da Divisão Policial da Capital, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela Delegacia de Polícia do 8.º DISTRITO, da mesma Divisão, durante férias da titular SAMIA CRISTINA COSER, RG 7895777-8, Delegado de Polícia 2ª classe, no período de 01/04/2024 a 30/04/2024.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 693-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a determinação do Delegado Geral, resolve,

D I S P E N S A R

a partir de 01/04/2024, MARCIA TAVARES DOS SANTOS, RG 7125001-6, Delegada de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções na ASSESSORIA JURÍDICA, de responder cumulativamente como Delegada Chefe pela SECRETARIA EXECUTIVA, durante Licença Médica da titular ALISON PALUDZYSZYN DE SOUZA, RG 4237212-9, Delegada de Polícia, 1.ª classe.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 694-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o protocolo sob nº 21.565.594-6, resolve,

D E S I G N A R

NATÁLIA FAGUNDES MORARI, RG 16248252-1, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 60.ª Delegacia Regional de Polícia de DOIS VIZINHOS, da 19.ª Subdivisão Policial de FRANCISCO BELTRÃO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela DELEGACIA DA MULHER DE FRANCISCO BELTRÃO, da Divisão de Polícia Especializada, durante licença gestação da titular EMANUELLE CAROLINA BAGGIO, RG 6975359-0, Delegada de Polícia 3ª classe, no período de 28/03/2024 a 26/06/2024.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 695-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o protocolo sob nº 21.565.594-6, resolve,

D E S I G N A R

SUELLEN ANDRESSA PAGNO, RG 10799462-9, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na Delegacia de Polícia de MARMELEIRO, da 19.ª Subdivisão Policial de FRANCISCO BELTRÃO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela DELEGACIA DA MULHER DE FRANCISCO BELTRÃO, da Divisão de Polícia Especializada, durante licença gestação da titular EMANUELLE CAROLINA BAGGIO, RG 6975359-0, Delegada de Polícia 3ª classe, no período de 27/06/2024 a 24/09/2024.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 696 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.928.758-5, resolve,

D E S I G N A R

ISABELLE FREITAS RODRIGUES, RG 14161318-9, Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DA MULHER DE LONDRINA, da Divisão de Polícia Especializada, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE LONDRINA, da mesma Divisão, durante férias da titular KELLY CRISTINA ROCHA AZARIAS BRASIL, RG 16248179-7, Delegada de Polícia 4ª classe, no período de 01/07/2024 a 30/07/2024.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 698-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições contidas no inciso I, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

R E M O V E R

ADRIANO MACHADO, RG 5902777-8, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): 47.ª Delegacia Regional de Polícia de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, da 20.ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior.

PARA: Delegacia de Polícia de SANTA HELENA, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 11/2024 da 20ª Subdivisão Policial de Toledo e despacho da Divisão Policial do interior, encartados no Protocolo Digital 21.899.434-2".*

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 699-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições contidas no inciso I, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

R E M O V E R

ALISON BENHUR WUNSCH, RG 6804830-3, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): Delegacia de Polícia de SANTA HELENA, da 20.ª Subdivisão Policial de TOLEDO, da Divisão Policial do Interior.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARA: 47.ª Delegacia Regional de Polícia de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 11/2024 da 20ª Subdivisão Policial de Toledo e despacho da Divisão Policial do interior, encartados no Protocolo Digital 21.899.434-2".*

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 700-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D I S P E N S A R

BRUNO MIRANDA MACIOZEK, RG 13941308-3 – Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, de responder cumulativamente como Delegado Chefe da Delegacia de Polícia do TURVO, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 906/2024 da 14ª Subdivisão Policial de Guarapuava e despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.907.011-0".*

Curitiba, 01 de abril de 2024

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 701-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

BRUNO MIRANDA MACIOZEK, RG 13941308-3 – Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela Delegacia de Polícia de FOZ DO JORDÃO, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 906/2024 da 14ª Subdivisão Policial de Guarapuava e despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.907.011-0".*

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 702-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D I S P E N S A R

WELLINGHTON YUJI DAIKUBARA, RG 12639513-2 – Delegado de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções na 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, de responder cumulativamente como Delegado Chefe da Delegacia de Polícia do FOZ DO JORDÃO, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 906/2024 da 14ª Subdivisão Policial de Guarapuava e despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.907.011-0".*

Curitiba, 01 de abril de 2024

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 703-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

RAMON GALVÃO ZEFERINO, RG 16248286-6 – Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela Delegacia de Polícia do TURVO, da mesma Subdivisão e Divisão, *"conforme Ofício n. 906/2024 da 14ª Subdivisão Policial de Guarapuava e despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.907.011-0".*

Curitiba, 01 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 704-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Conforme determinação do Delegado Geral Adjunto, resolve,

D E S I G N A R

ANDERSON CASSIO ORMENI FRANCO, RG 9986888-0, Delegado de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções como Delegado Adjunto na DIVISÃO DE POLÍCIA METROPOLITANA, para responder como Delegado Chefe do GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS, durante férias da titular DANIELE DE OLIVEIRA SERIGHELI COSTA, RG 6168367-4, Delegada de Polícia de 2ª classe, durante o período de 08/04/2024 a 05/05/2024.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

30542/2024

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2024

O Chefe do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos do Departamento da Polícia Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela Instrução Normativa nº 01/2018, do Conselho da Polícia Civil,

FAZ SABER:

O servidor **MARCELO MARCOS DE SOUZA**, RG 4070381-0, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, que, pelo presente Edital de Chamamento, fica convidado a justificar por escrito o seu não comparecimento ao trabalho, ou fazer prova de que sua ausência se funda em motivo de força maior ou coação ilegal, no Grupo Auxiliar de Recursos Humanos do Departamento da Polícia Civil, no prazo de **72 (setenta e duas)** horas após a **10ª (décima)** publicação em Diário Oficial do Estado, conforme Instrução Normativa nº 01/2018**,** do Conselho da Polícia Civil, que normatiza o artigo 230, inciso VIII, da Lei Complementar 14/82.

2. E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que será publicado por **10 (dez)** vezes consecutivas, do Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 25 de março de 2024.

DANIELE DE OLIVEIRA SERIGHELI COSTA
Delegada Chefe do GARH/DPC

28068/2024

POLÍCIA CIENTÍFICA
DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 036/2024-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019 e Resolução SESP nº 038, de 23 de janeiro de 2024, RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR o Perito Oficial Criminal 40h CLAUDIO EMANUEL CASTRO DOS ANJOS, CPF XXX.XXX.395-77, da Função Privativa Policial simbologia FPP-5, do Quadro Próprio de Peritos Oficiais – QPPO, de Chefe da Unidade de Execução Técnico-científica de Umuarama, a partir de 1º de abril de 2024.

Art. 2º. DESIGNAR o Perito Oficial Criminal 40h EDILSON MASSAO MIAQUE, CPF XXX.XXX.569-53, para a Função Privativa Policial simbologia FPP-5, do Quadro Próprio de Peritos Oficiais – QPPO, de Chefe da Unidade de Execução Técnico-científica de Umuarama, a partir de 1º de abril de 2024.

Luiz Rodrigo Grochocki,
Diretor-Geral da Polícia Científica.

30418/2024

PORTARIA N° 099/2024-SINDICÂNCIA

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR a portaria nº 53/2024, publicada na edição de n.º 11604, do Diário Oficial do Estado, de 22 de fevereiro de 2024, referente ao protocolo n.º **21.746.884-1**

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis **WANDRO ADRIANO SATURNINO,** RG 4.659.486-0/PR, ocupante do cargo de Polícia Penal, lotado na Regional Administrativa R5 de Maringá/PR, **GILSON MARCIO FERNANDES**, RG 5.123.523-1,/PR, ocupante do cargo de Polícia Penal, lotado na colônia Penal Industrial de Maringá/PR, para que, no **protocolo n° 21.746.884-1**nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.722.665-1**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

DEIVID ALESSANDRO INACIO DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

30061/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 03/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar, **Protocolo 16.995.951-0**, em desfavor da servidora Eliane Nancy Vizentini Lopes, RG 5.100.071-4 – Policial Penal, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 ao Conselheiro Maurício Ferracini dos Santos;
Considerando que a servidora e seu defensor Dr. Paulo Henrique Areias Horácio, OAB/PR 46.675 foram devidamente notificados da data do julgamento, no Edital nº 05/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11613, de 06 de março de 2024;
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 33, de 20 de março de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Vice-Presidência do Sr. Maurício Ferracini dos Santos, presentes os conselheiros Deivid Alessandro Inácio Duarte, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade, Ananda Chalegre dos Santos, Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por maioria de votos, pela aplicação da pena de **ADVERTÊNCIA** à servidora com o Ressarcimento dos Valores e Danos, nos termos do Art. 291, inciso I, da Lei nº. 6.174/70 c/c Art. 93, inciso III, da Lei nº 20.656/2021, pela infração ao disposto no Art. 279, incisos VI e IX, da Lei nº. 6.174/70;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
IV – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 21 de março de 2024.

Maurício Ferracini dos Santos
Vice-Presidente do Conselho da Polícia Penal

30515/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 04/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar, **Protocolo 20.212.601-4**, em desfavor do servidor Lucas Miguel Meurer, RG 9.636.783-0 – Guarda Temporário Prisional, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 à Conselheira Ananda Chalegre dos Santos;
Considerando que o servidor foi devidamente notificado da data do julgamento, no Edital nº 05/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11613, de 06 de março de 2024;
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 33, de 20 de março de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Vice-Presidência do Sr. Maurício Ferracini dos Santos, presentes os conselheiros Deivid Alessandro Inácio Duarte, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade, Ananda Chalegre dos Santos, Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por unanimidade de votos, pela aplicação da pena de **RESCISÃO CONTRATUAL** ao servidor, nos termos do Art. 17, § 1° da Lei Complementar 108/2005, pela infração ao disposto no Art. 279, incisos I e VI da Lei nº 6174/1970;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
IV – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 21 de março de 2024.

Maurício Ferracini dos Santos
Vice-Presidente do Conselho da Polícia Penal

30517/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 05/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar, **Protocolo 20.574.386-3**, em desfavor do servidor Rafael Rogério Lotti da Silva, RG 9.210.837-6 – Agente de Cadeia Pública, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 ao Conselheiro Deivid Alessandro Inácio Duarte;
Considerando que o servidor foi devidamente notificado da data do julgamento, no Edital nº 05/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11613, de 06 de março de 2024;
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 33, de 20 de março de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Vice-Presidência do Sr. Maurício Ferracini dos Santos, presentes os conselheiros Deivid Alessandro Inácio Duarte, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade, Ananda Chalegre dos Santos, Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por unanimidade de votos, pela **ABSOLVIÇÃO** do servidor, nos termos do Art. 187, parágrafo 2º, da Lei nº. 20.656, de 03 de agosto de 2021;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
IV – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 21 de março de 2024.

Maurício Ferracini dos Santos
Vice-Presidente do Conselho da Polícia Penal

30518/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

Edital nº. 09/2024

A Secretária-Geral do Conselho da Polícia Penal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, inciso V, da Resolução nº 342 de 16 de maio de 2023, torna pública a pauta disciplinar da Reunião Ordinária a ser realizada em **17 de abril de 2023,** a partir das 14h00, na sede do Departamento de Polícia Penal do Paraná, na Rua Maria Petroski, 3312, Bacacheri, Curitiba – PR, e que poderá ser acompanhada por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem.

JULGAMENTO

1 – Processo de Sindicância Disciplinar, Protocolo 20.463.322-3
Processado: Casemiro Malanczyn, RG 4.801.686-3/PR – Agente de Cadeia Pública;
2 – Processo de Sindicância Disciplinar, Protocolo 20.980.871-4 /16.869.422-9/ 19.976.167-6
Processados: Reginaldo Marestone, RG 5.963.647-2; Euvio Batista de Mello, RG 5.410.872-9 e Alencar de Almeida, RG. 5.101.418-9 – Ex-agentes de Cadeia Pública;
Advogada: Dra. Regiane Mazett Marestone Moraes, OAB/PR 95.925;
3 – Processo de Sindicância Disciplinar, Protocolo 20.648.848-4
Processado: Diocrecio Izaltino Mendes, RG 9.082.125-3/PR – Guarda Temporário Prisional;

Curitiba, 02 de abril de 2024.

Kássia de Quadros
Secretária-Geral

30586/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Gilberto Alves de Oliveira, RG: 8.942.583-2, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QPM 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3304-4700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.
2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 18 de Março de 2024.

1º Ten, QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subsecão de Implatação - DP1.

(Ref. Boletim Geral nº 051 de 14 de março de 2024, E-protocolo nº 20.589.297-4)

24813/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Antonio Cezar De Melo Carneiro, RG: 13.194.716-0, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QPM 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3304-4700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.
2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 21 de Março de 2024.

1º Ten, QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subsecão de Implatação - DP1.

(Ref. Boletim Geral nº 051 de 14 de março de 2024, E-protocolo nº 20.595.812-6)

26518/2024

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
2º COMANDO REGIONAL
6ª COMPANHIA INDEPENDENTE

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PARANÁ

(E-protocolo 21.420.219-0)

Termo de Doação de Bens Móveis de Pessoa Jurídica, CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre/PR), DOADOR, CNPJ 02.132.034/0001-65, para o Destacamento Policial Militar de Jardim Alegre, CNPJ 76.416.932/0001-81, DONATÁRIO, os bens doados estão incorporados no GPM (Gestão de Patrimônio de Bens Móveis), conforme Termo de Incorporação de Bem Móvel, nº 2501411, com os seguintes objetos e plaquetas, Câmera de Segurança, plaqueta 100003350041, Câmera de Segurança, plaqueta 100003350042, Câmera de Segurança, plaqueta 100003350043, Câmera de Segurança, plaqueta 100003350044, Câmera de Segurança, plaqueta 100003350045, Câmera de Segurança, plaqueta 100003350046, Câmera de Segurança, plaqueta 100003350048, DVR, plaqueta 100003350047.

A referida doação está amparada no Decreto Estadual 12.573/2022, toda a tramitação do processo ocorreu no E-protocolo 21.420.219-0, publica-se em DIOE, para a devida publicidade e transparência.

Maj. QEOPM Marciano Corsini,
Comandante da 6ªCIPM.

30020/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.835.925-6

I. AUTORIZO, nos termos do art. 59 da Lei Estadual nº 6.417/1973 e com base na Informação nº 335/2024-AT/SESP, a indenização em favor do policial civil **EMERSON MAZZA**, inscrito no CPF nº. 393.750.729-91, no valor total de R$ 44.985,64 (quarenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), concernente ao mês de fevereiro de 2024, consoante à auditoria realizada pela Comissão Permanente para Recebimento e Análise de Processos Referente a Ressarcimento de Despesas Médicas Hospitalares do Departamento de Polícia Civil (fl. 11), a título de ressarcimento de despesas médicas;

II. PUBLIQUE-SE;

III. ENCAMINHE-SE à origem para providências.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP.

30156/2024

RESOLUÇÃO N° 163/2024

Designação de Grupo de Trabalho Permanente para avaliação e atualização do Manual de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, artigo 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, pelo Decreto Estadual nº 12, de 1° de janeiro de 2023 e pelo contido no e-protocolo 21.736.515-5.

Considerando a necessidade de avaliação e atualização do Manual de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual.

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento específico da presente literatura.

Considerando a necessidade de otimização de ações.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo elencados, para comporem o Grupo de Trabalho Permanente visando a avaliação e atualização do Manual de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual:

Função	Servidor
Presidente	Saulo de Tarso Sanson Silva, Cel PM, DPP/SESP
Membros	Mariana Ulysséa de Quadros, Perita Oficial Criminal, Polícia Científica (Titular) Carolina Dias, Perita Oficial Criminal, Polícia Científica (Suplente
	Carolina Pauletto Ferraz Zancan, Capitã QOPM, Polícia Militar (Titular) Marina Luiza Monteiro, Cabo QPM 1-0, Polícia Militar (Suplente)
	Juliana Heindyk Duarte, Policial Penal, Polícia Penal (Titular) Liz Ribeiro Wallim, Agente Profissional Médica, Polícia Penal (Suplente)
	Emanuele Maria de Oliveira Siqueira, Delegada, Polícia Civil (Titular) Keilly Melisse Zan, Agente de Polícia Judiciária, Polícia Civil (Suplente)
	Alexandre Creplive Zem, Major QOBM, Corpo de Bombeiros Militar (BM3) Franciane Alves de Siqueira, Major QOBM, Corpo de Bombeiros Militar (Titular) Ivna Caroline Dias, 1º Tenente QOBM, Corpo de Bombeiros Militar (Suplente)
Secretaria	Ronize Stein Piancini, Capitã QOPM, Prumos

Art. 2º DETERMINAR a instalação do presente Grupo de Trabalho em até 30 dias a contar da data da publicação desta resolução.

Art. 3º DETERMINAR a realização mínima de encontro mensal deste Grupo de Trabalho Permanente.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor a contar de 04 de abril de 2024.

Curitiba-Paraná, 01 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

30236/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 698 DE 01/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
AMAURY NUNES PEREIRA				90	20/11/2014	19/11/2019	03/06/2024	31/08/2024
19297250	1	NAUNICA	219042914					

30033/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE
JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 13 DE 27/03/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
ELIANA CRISTINA FONTOLAN	53184103	2	NAUNICA	21856.247-7	01/05/2024	30/04/2026	730

30148/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.848.374-7

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0452/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0257/2023 firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **VMI SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA.**, CNPJ nº 05.293.074/0001-87, sediada no Município de, Lagoa Santa/MG – cujo objeto corresponde à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, para equipamento de inspeção corporal raio-x (bodyscan) para atender as necessidades do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná – DEPPEN, visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 04/04/2024 até 03/04/2025, mantendo-se o valor total do contrato, no importe de R$ 237.600,00 (duzentos e trinta e sete mil e seiscentos reais) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada (fls. 72/73).;

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, *02 de abril de 2024*.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

30561/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.523.553-0

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 433/2024 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor dos militares estaduais a) Cb. QPM 1-0 **Marcelo Kokurudza** RG 6.410.779-8 ; b) Sd. QPM 1-0 **Marlon Bruno Chaves** RG 13.951.774-1; c) Sd. QPM 1-0 **Ricardo Marczak** RG 8.047.504-7; d) Sd. QPM 1-0 **Henrique De Andrade dos Santos** RG 14.640.769-2; e) Sd. QPM 1-0 Carlos Eduardo Araujo Lima RG 14.216.393-4, o valor individual de R$ 87,17 (oitenta e sete reais e dezessete centavos), totalizando o montante global de R$ 435,85 (quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), a título de diárias em razão de deslocamento realizado a bem do serviço público, do município de Curitiba/PR para o Município de Matinhos/PR e consequente retorno, na data de 29 de dezembro de 2023.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 01 abril de 2024.

Cel. QOPM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

30052/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.842.325-6

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e nos termos da Informação nº 429/2024 – AT/SESP, a celebração do **Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº. 0925/2021**, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e a empresa **SAFRAN HELICOPTER ENGINES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**., inscrita junto ao CNPJ sob nº. 48.090.120/0001-53 – cujo objeto consiste na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos motores Arriel 2B1, dos helicópteros EC130 B4, pertencentes a frota do **BPMOA** – visando o reajuste do valor do contrato, passando o valor total contratual de R$ 1.559.056,67 (um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para R$ 1.608.346,25 (um milhão seiscentos e oito mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 73/74).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

30470/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.877.722-8

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0447/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração de Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0479/2022, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a pessoa empresária **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA**, CNPJ n° 17.832.629/0001-09, neste ato representado por Carlos Gomes Adão, CPF nº 661.217.609-15, sediada no Município de Araucária/PR – cujo objeto corresponde à Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de assistente administrativo para atender as necessidades do Departamento de Polícia Penal no interior do estado – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de e **18/07/2024 até 17/07/2025**, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de R$ 5.082.614,52 (cinco milhões oitenta e dois mil seiscentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada (fls. 149/150);

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 02 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

30481/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 20.990.459-4

I. RECONHEÇO e INDENIZO, com fundamento no inciso VI, do art. 3º, da Lei Estadual nº 17.169, de 24 de maio de 2012, no Decreto Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 2012 e de acordo com base na Informação nº 446/2024-AT/SESP, a despesa decorrente de Parcela Transitória de Ensino, no valor total de **R$ 19.425,00 (dezenove mil quatrocentos e vinte e cinco reais),** em favor dos 25 (vinte e cinco) instrutores, conforme lista de distribuição (fls. 65/72), referente às aulas por ele ministradas no Curso de Sargentos– Turma 2022, nos meses de junho a outubro de 2022;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 02 de abril de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

30413/2024

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

AVISO DISPENSA ELETRÔNICA
CONTRATANTE: Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda do Estado do Paraná – SETR/PR

DISPENSA ELETRÔNICA: **90001/2024** **TIPO: MENOR PREÇO** **UASG: 930210** **Protocolo n.º 21.802.580-3** **EXCLUSIVO PARA ME/EPP**	**DATA DA SESSÃO: 10/04/2024** **PERÍODO DE PROPOSTAS:** De 03/04/2024 às 09h00 **Até 09/04/2024 às 10h00** PERÍODO DE LANCES **De 10/04/2024 às 09h00** Até 10/04/2024 às 17h00 **Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.**

1. OBJETO:
O objeto da presente Dispensa Eletrônica é a contratação de empresa especializada para serviço de plotagem e adesivagem para 01 (um) veículo automotor – ônibus, marca Volvo, modelo Masca Granvia, ano 12/12, cor Branca, com dimensões de 2,70 m de altura, 2,60 m de largura e 13,00 m comprimento, onde serão realizados os serviços, para atender a demanda e as necessidades da Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda do Estado do Paraná – SETR/PR, conforme especificações técnicas, quantitativos, requisitos e condições contidos neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2. VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:
O preço máximo para a presente dispensa de eletrônica é de **R$**

32.946,50 (trinta e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), em Lote único.
O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Dotação Orçamentária: 06300.6302.11.333.36.8472 – Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, Natureza da Despesa 3390.3900 – OST – Pessoa Jurídica, Subelemento 3919 – Manutenção e Conservação de Veículos, Fonte 761.

4. SISTEMA DA DISPENSA ELETRÔNICA:
O Dispensa Eletrônica será realizada através do sistema eletrônico de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.gov.br/compras.
O Aviso de Dispensa e o Termo de Dispensa estão disponíveis na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/ e www.comprasparana.pr.gov.br.

Rodolfo Laurentino Pereira
Agente de Contratação
Resolução 013/2023 – SETR

30448/2024

AVISO DISPENSA ELETRÔNICA
CONTRATANTE: Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda do Estado do Paraná – SETR/PR

DISPENSA ELETRÔNICA: **90004/2024** **TIPO: MENOR PREÇO** **UASG: 930210** **Protocolo n.º 21.828.833-2** **EXCLUSIVO PARA ME/EPP**	**DATA DA SESSÃO: 10/04/2024** **PERÍODO DE PROPOSTAS:** De 03/04/2024 às 09h00 Até 09/04/2024 às 10h00 **PERÍODO DE LANCES** De 10/04/2024 às 09h00 Até 10/04/2024 às 17h00 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1. OBJETO:
O objeto da presente Dispensa Eletrônica é a contratação de empresa especializada em serviços de chaveiro, para atender a necessidade da Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 e no art. 148 do Decreto Estadual do Paraná nº 10.086/2022, conforme especificações técnicas, quantitativos, requisitos e condições contidos neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2. VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:
O preço máximo para a presente dispensa de eletrônica é de **R$ 9.325,00 (nove mil, trezentos e vinte e cinco reais), em Lote único.**
O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Dotação Orçamentária: **06300.6302.11.122.36.8233 –** Gestão Administrativa**, Natureza da Despesa 3390.3900 –** OST – Pessoa Jurídica**, Subelemento 3920 –** Manutenção e Conservação de Bens Móveis de Outras Naturezas**, Fontes: 500.**

4. SISTEMA DA DISPENSA ELETRÔNICA:
O Dispensa Eletrônica será realizada através do sistema eletrônico de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.gov.br/compras.
O Aviso de Dispensa e o Termo de Dispensa estão disponíveis na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/ e www.comprasparana.pr.gov.br.

Rodolfo Laurentino Pereira
Agente de Contratação
Resolução 013/2023 – SETR

30585/2024

Receita Estadual do Paraná

PORTARIA REPR Nº 51/2024

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 62, Anexo II do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pelas Resoluções SEFA nºs 1423/2017 e 56/2021, bem como, o contido no eProtocolo nº 21.936.980-8, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **03.06.2024 a 21.06.2024**	ANTONIO GARCIA DE SOUZA JUNIOR RG nº 3.350.977-4 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "G", para responder cumulativamente pela chefia do **Setor de Controle de Arrecadação – SCA**, da Inspetoria Geral de Arrecadação – IGA, em substituição ao titular Gerson Ribeiro, RG nº 4.173.624-0, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Divisão – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 1 de abril de 2024.

Renato Mello Milanese
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 95/2023

30005/2024

PORTARIA REPR Nº 52/2024

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 62, Anexo II do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pelas Resoluções SEFA nºs 1423/2017 e 56/2021, bem como, o contido no eProtocolo nº 21.948.604-9, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **29.04.2024 a 28.05.2024**	LUIZ PAULO ANNONI RG nº 3.472.496-2 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder cumulativamente pela chefia da **Assessoria e Gerência do Simples Nacional – AGSN**, da Receita Estadual do Paraná – REPR, em substituição ao titular Yukiharu Hamada, RG nº 6.991.964-2, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Coordenador – Símbolo "C"**, por motivo de férias.

Curitiba, 2 de abril de 2024.

Renato Mello Milanese
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 95/2023

30321/2024

PORTARIA Nº 50/2024

Altera o Anexo I da Portaria REPR nº 157, de 3 de agosto de 2023, a qual designa servidores para comporem o Grupo de Especialistas de IPVA.

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9.º, incisos I e IX do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017,

ESTABELECE

Art. 1º O Anexo I da Portaria REPR nº 157, de 3 de agosto de 2023, terá as seguintes alterações na sua composição:

ANEXO I

Lotação de Origem	Nome	RG n.º
1ª DRR	Alexandre Seixas	4.XXX.260-3

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3ª DRR	Elenice do Rocio Padilha Bonfim	4. XXX.286-7
6ª DRR	José Antonio Vidal de Figueiredo	7. XXX.671-6
8ª DRR	José Carlos Silva Donato	3. XXX.479-0
8ª DRR	Jose de Carvalho Júnior	3. XXX.765-0
8ª DRR	Leunilton Antonio Giusti	3. XXX.042-7
8ª DRR	Marlon Voigt Machado	5. XXX.030-6
11ª DRR	Tânia Célia de Carvalho Pozzati	4. XXX.071-8
SIPVA/IGA	Adriana Elissa Notoya	6. XXX.581-7

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 1º de abril de 2024.

Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Diretor da Receita Estadual

30284/2024

Autarquias

IDR - PARANÁ

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR-EMATER,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 78 DE 01/04/2024
ORGAO - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR-EMATER

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
AFONSO GERONIMO BUDZIAK				30	21/12/2012	20/12/2017	01/07/2024	30/07/2024
42753696	1	NAPE1	217488923					
AFONSO GERONIMO BUDZIAK				30	21/12/2012	20/12/2017	01/09/2024	30/09/2024
42753696	1	NAPE1	217488923					
AFONSO GERONIMO BUDZIAK				30	21/12/2012	20/12/2017	01/11/2024	30/11/2024
42753696	1	NAPE1	217488923					

30010/2024

AGEPAR

PORTARIA Nº 33/2024-AGEPAR

Designa servidor para responder pela função de Agente de Controle Interno no período de 15/04/2024 a 14/05/2024

O **Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, e no art. 24, inciso II, do Regulamento da Agepar (Anexo aprovado pelo Decreto Estadual n.º 6265/2020), e considerando o disposto no protocolo nº 21.921.762-5;

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor OSMAR ALVES BAPTISTA JUNIOR, RG nº 4.641.199-4, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Agente de Controle Interno, no período de 15/04/2024 a 14/05/2024, referente ao período de férias da titular, Paula Kastrup Carneiro Bond**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1 de abril de 2024.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Antenor Demeterco Neto
Diretor-Presidente, em exercício

29907/2024

PORTARIA Nº 34/2024-AGEPAR

Retifica o art. 1º da Portaria nº 19/2024.

O **Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais, e **considerando**:

(i) o disposto na Portaria nº 19/2024, que designa servidor para responder pela função de Assessor da Diretoria da Presidência da Agepar;

(ii) o requerimento de interrupção de férias constante no protocolo nº 18.906.912-0;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria nº 19/2024, para que passe a constar o período de 18/03/2024 até 27/03/2024, referente à fruição de férias da titular, Márcia Braun.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/03/2024.

Curitiba, 1 de abril de 2024.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Antenor Demeterco Neto
Diretor-Presidente, em exercício

29910/2024

PORTARIA Nº 35/2024-AGEPAR

Altera a Portaria 23/2023, que constitui os Grupos de Trabalho para a execução das atividades da Agenda Regulatória 2023

O **Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 29, § 2º da Lei Complementar nº 222, de 05 de maio de 2020, o art. 24, incs. II e III do Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020 (Regulamento da Agepar) e considerando o disposto no Protocolo nº 19.982.797-9;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o inciso VI, Art. 2º da Portaria nº 23, publicada em 17 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de abril de 2024.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Antenor Demeterco Neto
Diretor-Presidente, em exercício

30532/2024